

IPV - ESEV |



Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Trabalho efectuado sob a orientação de




DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DO TRABALHO

Edgar Correia Campos, n.º 11774, do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara, sob compromisso de honra, que a Dissertação é inédita e foi especialmente concebida para este efeito.

Viseu, 03 de março de 2021.

O aluno,

A handwritten signature in black ink, reading "Edgar Correia Campos", is written over a light blue horizontal line.

AGRADECIMENTOS

Dirijo um sincero e reconhecido agradecimento:

À Professora Doutora Susana Fonseca e à Professora Doutora Maria João Amante, respetivamente, orientadora e coorientadora da dissertação, pela sabedoria, pelo acompanhamento, suporte, apoio, aconselhamento e paciência ao longo da elaboração de todo o trabalho e pela relação de cordial colaboração académica e institucional estabelecida ao longo destes seis anos.

Ao Professor Doutor Jesús Deibe Fernández Simo, da Universidade de Vigo, pela partilha do conhecimento, pela coragem que sempre transmitiu, por ser inspirador na sua entrega constante e dedicada às crianças, jovens e famílias em risco e por ter sido ponte, científica e institucional, entre a realidade portuguesa e galega.

Aos docentes do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, pelas partilhas, pela disponibilidade e pelo entusiasmo face a esta tão complexa temática que nos une a nível pessoal e científico.

Aos coordenadores e técnicos dos CAFAP do norte de Portugal, por terem aderido ao estudo, com tanta abertura, empatia e sentido de cooperação técnica e científica.

Aos responsáveis e técnicos da Fundación Meniños e das outras respostas de intervenção familiar da Xunta de Galicia, pelos ricos e completos contributos que permitiram aprofundar o conhecimento sobre esta realidade galega e se constituíram como importante referência e ponto de comparação para a prossecução dos objetivos traçados.

Aos colegas do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, que tão importantes foram no decorrer deste longo percurso, pela maturidade, pelas experiências, pelos contínuos incentivos e forças e pela amizade consolidada.

À minha família e aos meus amigos, pela crença e entusiasmo inabaláveis, por serem o sustento racional e emocional deste trabalho, mas também, e sobretudo, por serem companheiros fiéis nos desafios, nas conquistas e no complexo e espetacular processo de desenvolvimento e aprendizagem constante que é a vida.

RESUMO

Qualquer intervenção de cariz social pressupõe um constante sentido de avaliação para construir soluções adequadas. O norte de Portugal e a Galiza, embora de países diferentes, dispõem de leis e respostas muito semelhantes a nível da intervenção com famílias em risco psicossocial. O objetivo deste estudo, de caráter qualitativo, exploratório e comparativo, foi conhecer a perceção dos técnicos das duas realidades relativamente a fatores organizacionais, familiares e técnicos que favorecem ou dificultam a intervenção, procurando enquadrá-los nas respetivas leis e trabalhos científicos relacionados. Participaram no estudo 9 técnicos de diferentes CAFAP da região Norte de Portugal (NUT II) e 15 técnicos de intervenção familiar da Xunta de Galicia. Para recolha de dados, foi construído um questionário *ad hoc*, em formato on-line, em português e adaptado para o contexto galego. Os dados foram explorados através da análise descritiva e de conteúdo e evidenciaram: necessidade de maior avaliação e validação destas intervenções em Portugal; enfoque dos técnicos galegos na criação de vínculo entre organização e família e dentro da família; dificuldades nos CAFAP a nível de recursos, equipas e organização do trabalho; poucas referências ao caráter sistémico da intervenção; desvio de respostas dos técnicos galegos sobre fatores organizacionais e técnicos que constroem; valorização da consciencialização e participação da família e preocupação com saúde mental; destaque das competências sócio-afetivas dos técnicos; indicadores de sucesso focados nas relações positivas das famílias; sugeridas melhorias, complementar e concordantemente, ao nível da prevenção, do trabalho em rede, dos recursos e da capacitação dos técnicos.

Palavras-chave: Intervenção; famílias; risco psicossocial; CAFAP; Galiza.

ABSTRACT

Any social intervention presupposes a constant sense of evaluation in order to find adequate solutions. Northern Portugal and Galicia, although from different countries, have very similar laws and responses for the intervention with families at psychosocial risk. The goal of this qualitative, exploratory and comparative study was to know the perception of the technicians of the two realities regarding organizational, family and technical factors that favor or hinder the intervention, seeking to fit them in the respective laws and related scientific works. 9 technicians from different CAFAP in the North of Portugal (NUT II) and 15 technicians from the Xunta de Galicia family intervention participated in the study. For data collection, was created an *ad hoc* on-line questionnaire in Portuguese and adapted for Galician context. The data were explored through descriptive and content analysis and evidenced: the need for further evaluation and validation of these interventions in Portugal; Galician technicians' focus on creating a link between organization and family and within the family; difficulties in CAFAP in terms of resources, teams and work organization; few references to the systemic character of the intervention; diversion of responses from Galician technicians about organizational and technical factors that constrain the intervention; valuing family awareness and participation and concern for mental health; valuing the technicians' socio-affective skills; success indicators focused on positive family relationships; improvements were suggested, complementary and accordingly, in terms of prevention, networking, resources and training of technicians.

Key words: Intervention; families; psychosocial risk; CAFAP; Galicia.

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1. NORTE DE PORTUGAL E GALIZA: PROXIMIDADE GEOGRÁFICA, CULTURAL E POLÍTICA.....	3
2. INFÂNCIA E JUVENTUDE EM RISCO, PERIGO E DESAMPARO...	4
2.1. <i>Legislação de proteção de crianças e jovens em Portugal e na Galiza</i>	7
2.2. <i>Respostas sociais para as crianças e jovens em perigo em Portugal e na Galiza</i>	11
3. FAMÍLIA E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS SISTEMAS DE ACOLHIMENTO DE PORTUGAL E DA GALIZA.....	12
3.1. <i>A família enquanto sistema</i>	12
3.2. <i>As famílias em risco psicossocial</i>	14
3.2.1. <i>Enquadramento legal português e galego para famílias em risco psicossocial</i>	15
3.2.2. <i>Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental</i>	17
3.2.3. <i>A intervenção com famílias em risco psicossocial na Galiza</i>	18
3.3. <i>Desafios organizacionais, familiares e técnicos da intervenção com famílias em risco psicossocial</i>	19
II. PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	21
1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	21
1.1. <i>Questão de estudo</i>	22
1.2. <i>Objetivos específicos</i>	22

2. METODOLOGIA.....	23
2.1. <i>Participantes</i>	23
2.2. <i>Instrumentos</i>	26
2.3. <i>Procedimentos</i>	28
2.4. <i>Procedimentos estatísticos e de análise dos dados</i>	29
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	30
3.1. <i>Dimensão organizacional</i>	30
3.1.1. <i>Caraterização e identificação dos técnicos com a instituição</i>	30
3.1.2. <i>Caraterísticas organizacionais que favorecem a intervenção</i>	34
3.1.3. <i>Caraterísticas organizacionais que dificultam a intervenção</i>	37
3.2. <i>Dimensão familiar</i>	42
3.2.1. <i>Número de famílias acompanhadas nas instituições</i>	42
3.2.2. <i>Análise descritiva das respostas dos técnicos portugueses às questões 16., 17., 18. e 19.</i>	43
3.2.3. <i>Análise descritiva das respostas dos técnicos galegos às questões 16., 17., 18. e 19.</i>	44
3.2.4. <i>Fases da intervenção em que há maior participação das famílias</i>	46
3.2.5. <i>Caraterísticas familiares que favorecem a intervenção</i>	47
3.2.6. <i>Caraterísticas familiares que dificultam a intervenção</i>	51
3.2.7. <i>Taxa de sucesso das intervenções em 2019</i>	55
3.3. <i>Dimensão técnica</i>	56
3.3.1. <i>Suportes teóricos, metodológicos e práticos da intervenção</i>	56
3.3.2. <i>Ferramentas e estratégias de intervenção mais eficazes</i>	57
3.3.3. <i>Caraterísticas dos técnicos que favorecem a intervenção</i>	60
3.3.4. <i>Caraterísticas dos técnicos que dificultam a intervenção</i>	64
3.3.5. <i>Indicadores que sugerem êxito na intervenção</i>	67
3.3.6. <i>Confiança dos técnicos nas suas próprias atuações</i>	70
3.3.7. <i>Sugestões de melhorias a introduzir no âmbito da intervenção</i> ...	71
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	73

CONCLUSÃO.....	86
BIBLIOGRAFIA.....	88
ANEXOS.....	97
<i>Anexo A - Cronograma dos procedimentos para realização do estudo.....</i>	97
<i>Anexo B - E-mail de formalização de pedido aos coordenadores dos CAFAP para colaboração em estudo.....</i>	98
<i>Anexo C - Questionário aos técnicos dos CAFAP.....</i>	99
<i>Anexo D - Cuestionario a técnicos de intervención familiar – Galicia.....</i>	110
<i>Anexo E - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre os principais suportes intervenção.....</i>	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Caraterização sociodemográfica dos sujeitos da região Norte de Portugal.....</i>	24
Tabela 2 - <i>Caraterização sociodemográfica dos sujeitos da Galiza.....</i>	25
Tabela 3 - <i>Caraterização organizacional dos CAFAP do Norte de Portugal.....</i>	31
Tabela 4 - <i>Estatística descritiva das respostas dos técnicos portugueses à questão 11.....</i>	32
Tabela 5 - <i>Caraterização organizacional das instituições de intervenção familiar da Galiza.....</i>	33
Tabela 6 - <i>Estatística descritiva das respostas dos técnicos galegos à questão 11.....</i>	33
Tabela 7 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	34
Tabela 8 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	34
Tabela 9 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	35
Tabela 10 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	36
Tabela 11 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	36
Tabela 12 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção.....</i>	37
Tabela 13 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	38
Tabela 14 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	38
Tabela 15 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	39
Tabela 16 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	40
Tabela 17 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	40

Tabela 18 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção.....</i>	41
Tabela 19 - <i>Estatística descritiva sobre o número de famílias acompanhadas por CAFAP e instituição galega em 2019.....</i>	42
Tabela 20 - <i>Estatística descritiva sobre as entidades que mais famílias encaminharam para respetivas instituições em 2019.....</i>	42
Tabela 21 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre fases da intervenção com maior participação das famílias em 2019.....</i>	46
Tabela 22 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre fases da intervenção com maior participação das famílias em 2019.....</i>	47
Tabela 23 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	48
Tabela 24 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	48
Tabela 25 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	49
Tabela 26 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	49
Tabela 27 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	50
Tabela 28 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica da família que mais favorece a intervenção.....</i>	50
Tabela 29 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica da família que mais dificulta a intervenção.....</i>	51
Tabela 30 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica da família que mais dificulta a intervenção... ..</i>	52
Tabela 31 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica da família que mais dificulta a intervenção.....</i>	52
Tabela 32 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica da família que mais dificulta a intervenção.....</i>	53
Tabela 33 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica da família que mais dificulta a intervenção.....</i>	54
Tabela 34 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica da família que mais dificulta a intervenção.....</i>	54

Tabela 35 - Estatística descritiva das respostas sobre a taxa de sucesso (%) das intervenções no ano de 2019.....	55
Tabela 36 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre os principais suportes intervenção.....	56
Tabela 37 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre estratégias/ferramentas que apresentam melhores resultados na intervenção.....	58
Tabela 38 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre estratégias/ferramentas que apresentam melhores resultados na intervenção.....	59
Tabela 39 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica técnica que mais favorece a intervenção.....	60
Tabela 40 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica técnica que mais favorece a intervenção.....	61
Tabela 41 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica técnica que mais favorece a intervenção.....	61
Tabela 42 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica técnica que mais favorece a intervenção.....	62
Tabela 43 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica técnica que mais favorece a intervenção.....	63
Tabela 44 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica técnica que mais favorece a intervenção.....	63
Tabela 45 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre as características técnicas que dificultam a intervenção.....	65
Tabela 46 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre as características técnicas que dificultam a intervenção.....	66
Tabela 47 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre indicadores que sugerem êxito na intervenção.....	68
Tabela 48 - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre indicadores que sugerem êxito na intervenção.....	69
Tabela 49 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos portugueses à questão 29.....	70
Tabela 50 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos galegos da questão 29.....	70

Tabela 51 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses à questão 30</i>	71
Tabela 52 - <i>Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos à questão 30</i>	72

LISTA DE ABREVIATURAS

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CNPDPJCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, I.P.

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MAIFI - Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada

ONU – Organização das Nações Unidas

PIAF – Plano Integrado de Apoio Familiar

PIF – *Programa de Integración Familiar*

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

INTRODUÇÃO

Serrano (2008) refere que uma qualquer intervenção de cariz social deve sempre ser sustentada por uma atitude reflexiva, sincera e aprofundada, acerca do problema concreto que se quer resolver ou minimizar. Para tal, considera ser necessária uma tomada de consciência da multiplicidade de carências existentes na complexa realidade interventiva (Serrano, 2008).

Ainda antes de ter sido atribuído aos CAFAP um enquadramento legal, através da Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril, já Melo (2011) refletia sobre a importância de analisar as metodologias de intervenção concretizadas nesse âmbito. Na mesma linha, outros autores, que se debruçaram sobre esta temática específica, enfatizaram a escassez de informações provenientes da atuação dos CAFAP, não encontrando qualquer descrição do quanto foi e é realizado, sem ser em alguns relatórios de atividades disponíveis para consulta (Barrocas, 2016; Correia, 2018; Melo & Alarcão, 2009). Para a intervenção com famílias em risco psicossocial na Galiza, o modelo mais praticado é o *Programa de Integración Familiar* (PIF), cujo relatório de atividades anual reúne as principais informações estatísticas relacionadas com a sua implementação (Fundación Meniños, 2020). Nessa linha, a *Xunta de Galicia* e a *Fundación Meniños* (2018), criaram um documento conjunto, *Investigación para la validación e optimización del Programa de Integración Familiar*, em que procuraram explorar os resultados de implementação do programa entre 2014 e 2015, sugerindo a elaboração de trabalhos semelhantes pela intensa dinâmica que a intervenção com famílias apresenta.

O estudo concretizado parece, assim, constituir uma mais-valia no que concerne à avaliação, na visão dos técnicos, das componentes da atuação organizacional e técnica junto de famílias em risco psicossocial, relevando características que favorecem e dificultam a intervenção, através da comparação qualitativa de duas realidades (Galiza e Norte de Portugal – NUT II) que, embora de países distintos, são próximas do ponto de vista geográfico, e encontram muitas semelhanças culturais e políticas (Campos, 2009; Parradellas & Fabeiro, 2017), em particular nas abordagens conceituais, legais e práticas que orientam a intervenção com menores e famílias em risco (Fundación Meniños, 2020; Melo, 2011; Lei n.º 147/99; Ley 3/2011; Portaria n.º 139/2013).

O trabalho divide-se em duas partes:

I -Enquadramento Teórico: ligação histórica, cultural e política entre norte de Portugal e Galiza, sublinhando, especificamente, as semelhanças entre leis de proteção de crianças e jovens em perigo e famílias em risco psicossocial; delimitação concetual de risco, perigo e desamparo, fazendo referência a autores relevantes e ordenamento

jurídico de cada realidade; identificação e exploração de respostas sociais para crianças e jovens em risco nas duas realidades; abordagens conceituais à família enquanto sistema e às famílias em risco psicossocial; enquadramento legal português e galego para famílias em risco psicossocial; exploração da resposta CAFAP e das respostas para famílias em risco psicossocial na Galiza, com ênfase no PIF; síntese dos principais desafios organizacionais, familiares e técnicos da intervenção com famílias em risco psicossocial nas duas realidades.

II -Plano de Investigação: apresentação do estudo, tendo em conta a questão de estudo e os objetivos específicos; metodologia, considerando a caracterização sociodemográfica dos participantes, os instrumentos, os procedimentos de realização do estudo e de análise dos resultados; apresentação e discussão dos resultados.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. NORTE DE PORTUGAL E GALIZA: PROXIMIDADE GEOGRÁFICA, CULTURAL E POLÍTICA

Depois de constituída, em 1981, a Comunidade Autónoma da Galiza e, em 1986, da adesão simultânea de Portugal e Espanha à antiga Comunidade Económica Europeia, foram criadas as condições para encetar um processo cooperativo transfronteiriço, com o intuito de revitalizar e promover o desenvolvimento económico das regiões de fronteira, que, muitas vezes, são negativamente afetadas pela situação periférica em que se encontram (Campos, 2009; Parradellas & Fabeiro, 2017). Já em setembro de 2008, é assinado em Santiago de Compostela, o Convénio de Cooperação Europeia entre a *Xunta de Galicia* e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) para a criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre a Galiza e o Norte de Portugal. Desde esse momento, podem distinguir-se três pilares fundamentais e que promovem o relacionamento entre as duas regiões: as ligações histórico-culturais, os programas de cooperação transfronteiriça e a proximidade geográfica (Lois-González, 2016). Ainda que se deva ter em conta que são duas realidades diferentes a vários níveis (Campos, 2009), não há dúvidas, por outro lado, de que, em muitos momentos da história e com continuidade no presente, o contacto e a mobilidade entre a Galiza e o Norte de Portugal foram e são muito frequentes, sendo que os fluxos demográficos representam, nos dias de hoje, aproximadamente, 50% do total da mobilidade que se realiza entre Portugal e Espanha (V. Ferreira, 2019; Sampedro, 2012).

Em matéria de infância e juventude em risco e em perigo, ver-se-á adiante que existe uma clara semelhança entre abordagens, conceitos e orientações plasmadas nas respetivas leis (cf. Lei n.º 147/99; Ley 3/2011). Esta proximidade de visões sobre a temática, estende-se à intervenção com famílias em risco psicossocial, em que se encontram linhas e modalidades de intervenção muito próximas, sobretudo entre as orientações legais e teóricas referentes aos CAFAP e ao desenvolvimento do PIF na *Xunta de Galicia* (e.g. definições e objetivos da preservação e reunificação familiar) (Portaria n.º 139/2013; Fundación Meniños, 2020).

2. INFÂNCIA E JUVENTUDE EM RISCO, PERIGO E DESAMPARO

Numa ótica intimamente relacionada com a infância e a juventude, o termo “risco” é utilizado no sentido de identificar aquelas pessoas que, pelo seu padrão comportamental atual, se encontram em perigo de estruturar ou organizar padrões relacionais desviantes (Hutz, 2002). Esse conceito inclui não apenas os fatores, experiências e acontecimentos que, de forma direta, atentam ao desenvolvimento, como também a escassez ou ausência de oportunidades de desenvolvimento tidas como normais ou expectáveis para a idade em causa (Hutz, 2002; Magalhães, 2005). Estar em situação de risco representa, assim, uma necessidade de proteção que contribua para a promoção de um desenvolvimento integral e adequado à situação de cada criança ou jovem (Lemos, Scheinvar, & Nascimento, 2014). Na mesma linha, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ, s.d.) refere que é muitas vezes difícil demarcar os conceitos de risco e perigo. Para clarificar essa diferença, a própria CNPDPCJ (s.d.) destaca:

As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (e.g.: as situações de pobreza), embora não atingindo o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra.

A manutenção ou a agudização dos fatores de risco poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, na ausência de fatores de proteção ou compensatórios.

Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo instalar-se perante uma situação de crise aguda (e.g.: morte, divórcio, separação). É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude.

Nas situações de risco, a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista a prevenção primária e

secundária das situações de perigo, através de políticas, estratégias e ações integradas, e numa perspetiva de prevenção primária e secundária, dirigidas à população em geral ou a grupos específicos de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. e.g.: campanhas de informação e prevenção; ações promotoras de bem-estar social; projetos de formação parental; respostas de apoio à família, à criança e ao jovem, RSI, prestações sociais, habitação social, alargamento da rede pré-escolar.

Nas situações de perigo a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra, nomeadamente, pela aplicação de uma medida de promoção e proteção, bem como promover a prevenção de recidivas e a reparação e superação das consequências dessas situações.

Para delimitação da interpretação do termo “perigo”, o art.º 3º, nº 2, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), explorada no capítulo seguinte, define que a criança ou o jovem está nessa situação quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) está ao cuidado de terceiros, durante o período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação; h) tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou

privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional. Este novo conceito de “perigo” está intimamente ligado a uma situação de urgência (configurando-se como uma situação de perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem), que carece de uma atuação rápida, adequada e eficaz (Carvalho, 2015).

Relativamente ao caso Galego, o *Guía de recursos del sistema de protección de menores* (Xunta de Galicia, 2013), denomina, de um modo geral, as situações de risco e de perigo como “situações de desproteção”, subdividindo essa expressão em “situações de risco” e “situações de desamparo”. O mesmo Guia assume que se consideram situações de risco as que acontecem quando a pessoa menor de idade, sem estar privada no seu âmbito familiar da necessária assistência moral ou material, é afetada por qualquer circunstância que prejudique o seu desenvolvimento pessoal, familiar, social ou educativo e que possa conduzir a que, no futuro, se encontre em situação de desamparo, inadaptação ou de exclusão social; e que se consideram situações de desamparo as que ocorrem por motivos de incumprimento ou do inadequado exercício dos deveres de proteção estabelecidos pelas leis para a guarda das pessoas menores de idade, quando estas últimas ficam privadas da necessária assistência moral ou material (Xunta de Galicia, 2013).

Nesta matéria, a *Ley 3/2011, de 30 junio, de apoyo a la familia y a la convivencia de Galicia* (documento explorado posteriormente), nos artigos 49.º e 52.º, descreve, respetivamente, o que são situações de risco (muito parecidas com as definições que constam na Lei n.º 147/99) e situações de desamparo. Sobre as situações de desamparo, refere: a) o abandono da pessoa menor de idade; b) a existência de maus tratos físicos ou psíquicos ou de abusos sexuais por parte das pessoas da unidade familiar ou de terceiras pessoas com consentimento delas; c) a negligência grave no cumprimento das obrigações de alimentação, higiene ou de saúde, sempre que suponha prejuízo grave para a integridade do menor; d) a indução da criança ou adolescente à mendicidade, delinquência, prostituição ou qualquer outra forma de exploração económica ou sexual do menor, ou permissividade face a estas condutas; e) as condutas aditivas da pessoa menor de idade com o consentimento ou a tolerância das pessoas que têm a sua guarda; f) o transtorno mental grave dos pais, mães, tutores, tutoras, ou quem tenha a guarda, que impeça o normal exercício da custódia, tutela ou guarda; g) as condutas aditivas das pessoas que integram a unidade familiar e, em especial, das que têm a custódia ou tutela, sempre que atentem gravemente ao desenvolvimento e bem-estar do menor; h) a convivência num contexto sociofamiliar

que deteriore gravemente a integridade moral da criança ou adolescente, ou prejudique o desenvolvimento da sua personalidade; i) a falta de pessoas às quais cabe exercer as funções de guarda ou quando estas pessoas estejam impossibilitadas para exercê-las ou em situação de exercê-las com perigo grave para a criança ou adolescente; j) a falta à escolarização habitual da criança ou adolescente com o consentimento ou tolerância dos pais, mães ou pessoas que tenham a guarda, sempre que menosprezem o desenvolvimento e bem-estar do menor, ou sempre que suponha prejuízo grave para a criança ou adolescente; k) qualquer outra situação de desproteção que se produza por causa do incumprimento ou de um impossível ou inadequado exercício dos deveres de proteção estabelecidos pelas leis para a guarda das pessoas menores de idade quando estas fiquem privadas da necessária assistência moral ou material.

2.1. *Legislação de proteção de crianças e jovens em Portugal e na Galiza*

Na senda da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), surge a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989). Depois de se assumirem, ao longo da história, diversas interpretações sobre o período da infância, a Convenção, em comparação com as declarações internacionais anteriores, inovou não só pela sua extensão, mas porque reconhece à criança (até aos 18 anos) todos os direitos e todas as liberdades previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), facto que até à data ainda não se tinha verificado (Rosemberg & Mariano, 2010). Neste caso, é o artº. 2.º, n.º 1, que resume em si os valores que dos Estados se espera serem respeitados na relação com as crianças, quando refere que devem “(...) garantir os direitos (...), sem discriminação (...), independentemente (...) de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação”.

Face ao até agora descrito, e atendendo ao contexto português, não poderia desconsiderar-se a Constituição da República Portuguesa (1976) que, como documento nacional de maior relevo, contém, como seria expectável, importantes artigos referentes ao tema das crianças e jovens. Sem descurar o disposto no artº. 1.º da Constituição – “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e igualitária”, é conveniente uma passagem pelo artº. 69.º (Infância):

1. As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.
2. O Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.
3. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.

Importa, então, perceber, de um modo global, como tem funcionado o sistema português de proteção de crianças e jovens, concretização dos artigos transcritos, que, na linha das referidas Declaração e Convenção, procura comprometer-se e assegurar que exista efetiva proteção destas pessoas. Numa incursão histórica, Candeias e Henriques (2012, s.p.), referem:

A Lei de Proteção à Infância de 1911 colocou Portugal na vanguarda da proteção de crianças, distinguindo assim a criança do adulto e o Direito Penal do Direito de Menores. Foi, com este diploma, instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde veio dar origem aos atuais Tribunais de Família e Menores, e instituídas a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças e os Refúgios. Se em 1911 e 1912, respetivamente, são instituídas as Tutorias em Lisboa e no Porto, o resto do país teve de aguardar pela lei de 1925, que regulamentou a expansão do sistema, concluída apenas no Estado Novo. A lei de Proteção à Infância apenas foi objeto de reforma aquando da publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), em 1962. De referir ainda a década de 90, como um importante marco na proteção de menores,

através da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Em Portugal, é a já referida Lei n.º 147/99, com a alteração mais recente vertida na Lei n.º 26/2018, de 05 de julho, que determina as modalidades e linhas orientadoras a levar a cabo para proteger as crianças e jovens menores de idade. No seu art.º 1.º, é afirmado que “tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. O diploma tem 126 artigos dos quais se destacam, por exemplo, o já citado art.º 3.º, n.º 2. Destaca-se ainda o art.º 4.º que define os princípios que devem estar subjacentes à intervenção, onde consta que a respetiva atuação deve ter em conta o “Interesse superior da criança e do jovem”, conceito indeterminado (Manata, 2008, cit. por Cardoso et al., 2017), mas ponto fundamental e irrefutável de toda a atuação e, ainda, que “deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais”. Este último artigo contempla também a importância da privacidade, de uma intervenção o mais precoce possível, de uma intervenção mínima no que concerne às entidades e instituições envolvidas no caso, da proporcionalidade e atualidade, da responsabilidade parental, do primado da continuidade das relações psicológicas profundas, da prevalência da família, da obrigatoriedade da informação e da audição obrigatória e participação da criança e do jovem e dos pais, representantes legais ou quem tenha a guarda de facto (Lei n.º 147/99).

Para fazer face às situações de perigo, a Lei n.º 147/99, no seu art.º 35.º, n.º 1, define as medidas de promoção dos direitos e de proteção, que são: o apoio familiar, principalmente dos progenitores e, na ausência destes, de outros familiares próximos; a confiança a pessoa idónea; o apoio para a autonomia de vida, o acolhimento familiar e/ou em instituição. O n.º 2 do art.º 35.º refere que “as medidas de promoção e de proteção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza (...)”. Resta dizer que estas medidas estão ordenadas de acordo com o impacto que possam ter na vivência da criança ou do jovem e com a diferença de poderem ser executadas ou não em meio natural de vida, só podendo ser aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, mediante a autorização de quem cuida e educa e com o respetivo acordo da criança ou jovem (Lei n.º 147/99).

Interessa, por fim, destacar, que, em Portugal, no ano de 2019, segundo o Relatório CASA 2019 (ISS, I.P., 2020), foram sinalizadas 4072 novas situações de perigo efetivo e foram caracterizadas um total 9522 crianças e jovens, das quais 7046 (74%) em situação de acolhimento e 2476 (26%) com cessação da situação de acolhimento.

Dotada de autonomia legislativa e executiva em algumas matérias, a *Comunidad Autónoma de Galicia* dispõe da *Ley 3/2011, de 30 junio, de apoyo a la familia y a la convivencia de Galicia*. Essa Lei, como o próprio nome e o preâmbulo indicam, sublinha que a família é o motor da sociedade e, enquanto tal, todo o documento é atravessado por essa responsabilização dos seus elementos enquanto chave para o estabelecimento de relações saudáveis e que contribuam para o desenvolvimento pleno de todas as pessoas.

À proteção das crianças e jovens, a *Ley 3/2011* dedica um espaço que se estende desde o art.º 37.º até ao art.º 103.º. À semelhança da Lei n.º 147/99, são também definidos princípios de atuação e intervenção em caso do risco ou desamparo, são definidos e delimitados conceitos, direitos, deveres e atribuídas competências e funções às diversas entidades e técnicos. São de destacar os já citados artigos 49.º e 52.º e o que se encontra plasmado no art.º 55.º (Medidas de protección):

Se consideran medidas de protección:

- a) El apoyo a la familia cuando en la resolución que lo adopte se determine su carácter de medida.
- b) La tutela.
- c) La asunción de la guarda de la o el menor, ejercida mediante el acogimiento.
- d) La adopción.
- e) Las medidas que se adopten con respecto a las menores y los menores en situación de conflicto social.

O relatório de *Estadística de protección de menores 2019 da Xunta de Galicia* (2020) refere que, no ano de 2019, estavam sob a tutela da *Xunta de Galicia* (foram

sinalizados como estando em situação de desamparo), um total de 1843 menores, dos quais 532 em situação de guarda (acolhimento familiar ou acolhimento residencial).

2.2. Respostas sociais para as crianças e jovens em perigo em Portugal e na Galiza

Em Portugal, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P., 2019), define um conjunto de respostas, de cuidado e apoio social, em concordância com as medidas previstas na LPCJP. O principal objetivo dessas respostas é a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em situação de perigo através de medidas orientadas para o desenvolvimento pessoal e social de cada um, proporcionando um ambiente seguro e familiar que seja garantia de bons níveis de saúde, educação, desenvolvimento integral e bem-estar (ISS, I.P., 2019). As respostas são: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) (resposta que se traduz num apoio especializado às famílias com crianças e jovens, através da implementação de medidas preventivas e de reparação de situações de risco psicossocial que procuram favorecer a aquisição e desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das família); Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens (serviço destinado ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que apresentem na sua conduta comportamentos desviantes); Acolhimento Familiar (atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando proporcionar à criança ou jovem a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral); Acolhimento Residencial (tem lugar em casas de acolhimento, que são estabelecimentos de apoio social que asseguram resposta a situações que impliquem o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher) (ISS, I.P., 2019).

Sobre a realidade da Galiza, e segundo dados da *Xunta de Galicia* (s.d.), importa referir que as respostas/ recursos relacionados com a proteção da infância e juventude estão organizados em programas, que são: *Programa de Acogimiento Familiar* (uma pessoa ou mais pessoas recebem no seu lar uma criança ou adolescente que, temporariamente, não pode residir com a sua própria família); *Programa de Acogimiento Residencial* (centros de acolhimento de menores, como residências alternativas nas quais, num determinado período de tempo, se cuidam as crianças ou também onde se

presta apoio apenas durante determinadas horas do dia para aquelas às quais é permitido habitar com as suas famílias, subdivididas em *Centro con fogares, Casas de família, Vivenda tutelada, Minirresidencia, Vivenda assistida*); *Programa de adopciones especiales* (procura de famílias para menores que, normalmente, não se enquadram no perfil procurado pela maior parte das famílias adotantes); *Programa de Integración Familiar* (projetos personalizados de integração para famílias em que se pretende, no prazo de aproximadamente dois anos, alcançar o objetivo de convivência normalizada em contexto familiar); *Programa de Inserción Sociolaboral Mentor* (para preparar para a vida autónoma e independente os jovens, perto de atingir a maioridade, que se encontram sob tutela do sistema de proteção da Xunta de Galicia); *Programa de Evaluación y Tratamiento Terapéutico* (destinado a menores que apresentam desajustes emocionais e de conduta severos, originados ou relacionados com a situação de desproteção que sofreram ou com a existência de dificuldades severas ou crónicas na convivência familiar, relacionadas também com a situação de desproteção a que foram submetidas); *Programa de Atención Ambulatoria* (assistência individualizada e especializada, a nível psicológico e socioeducativo, para os menores com perfis caracterizados por condutas antissociais, por delitos, consumo de drogas, fracasso, expulsão e/ou violência escolar, transtornos psicopatológicos, etc.). Todos os programas referidos são destinados a crianças e jovens em risco ou desamparo e, em alguns casos, às famílias, definindo, cada um deles, os critérios de elegibilidade e as linhas orientadoras próprias de desenvolvimento e execução (Xunta de Galicia, s.d.).

3. FAMÍLIA E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NOS SISTEMAS DE ACOLHIMENTO DE PORTUGAL E DA GALIZA

3.1. A família enquanto sistema

A começar pelo núcleo familiar, assistimos hoje a uma profunda mudança nas formas de viver e pensar as relações (Pinto, 2014). Scarpellini e Carlos (2011), consideram que as várias formas de estruturação familiar vão sendo transformadas em conformidade com o momento histórico que se vive num determinado lugar, corroborados pelas modalidades socioculturais e económicas que se praticam nesse mesmo lugar. Segundo Oliveira e Santana (2014, pp. 3161-3662), “a família como instituição social conhecida atualmente, sofreu diversas modificações ao longo dos séculos, passando pelas mais variadas formas de constituição e organização”.

Nos dias de hoje, existem inúmeras definições, opiniões e percepções sobre a família (Alarcão, 2006). Não obstante, parece consensual que a família deve ser observada e analisada de forma sistêmica, ou melhor, como um todo organizado, na sua unicidade, incluindo as especificidades de cada elemento que a constitui e as interações que dela fazem parte (Alarcão, 2006). Palacios e Rodrigo (2008, cit. por Santos, 2012, p. 6), definem família como um conjunto “de pessoas que partilham um projeto vital de existência comum que se quer duradouro, em que se gerem fortes sentimentos de pertença ao grupo, existe um compromisso pessoal entre os seus membros e estabelecem-se intensas relações de intimidade e dependência”. A este propósito, Gameiro (1994, cit. por Baptista, 2001, p. 41), dizia:

A família, é uma rede complexa de emoções e relações na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são passíveis de ser pensados com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados... A simples descrição dos elementos de uma família, não chega para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura.

Dizer que a família é um sistema, implica assumi-la como “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estados de evolução diversificados (Sampaio, 1984, cit. por Baptista, 2001, p. 41)”. Ao agrupamento desses estados evolutivos, Relvas (1996) atribuiu o nome de ciclo vital da família. Nesta lógica, revela-se fundamental uma análise da família que, além de sistêmica, seja comunicacional, não descurando que, nos últimos anos, o conceito de família tem adquirido um sentido mais vasto, visto que as novas tendências e as novas configurações familiares têm conduzido a novas concepções de família e a novas formas de organização da vida dos seus membros, facto que sugere a necessidade de uma visão única, profunda, real e detalhada de cada membro da família e das interações que entre esses e desses com o meio se estabelecem (Dias, 2011).

Para Alarcão (2006), o sistema familiar encontra-se dividido em subsistemas, com características, funções e papéis específicos, destinados a cada indivíduo que deles faça parte. Segundo o mesmo autor, esses subsistemas são, essencialmente, quatro: individual, conjugal, parental e fraternal (Alarcão, 2006). A família pode ser definida, em suma, como “um conjunto de indivíduos que desenvolvem entre si, de forma sistemática

e organizada, interações particulares que lhe conferem individualidade grupal e autonomia” (Relvas, 2003, p. 26).

A família é um sistema e, contemporaneamente, um processo de interação e de integração dos seus membros, sendo a comunicação o elo que assegura o desenvolvimento e a sustentabilidade de todo o sistema (Giddens, 2004, cit. por Dias, 2011). No processo de formação de subsistemas dentro do sistema familiar, a família reflete um conjunto de interações internas e com o exterior, manifestadas em trocas de informação (Duarte, 2010). Nessas interações, surgem, segundo Minuchin (1979, cit. por Alarcão, 2002, cit. por Duarte, 2010), contínuas pressões, internas e/ou externas, traduzidas em fontes de stress para a família, que grande parte das vezes dão lugar a fatores de risco, focos de vulnerabilidade e diversas problemáticas específicas que carecem de acompanhamento e intervenção tendo em vista a sua minimização ou erradicação, na tentativa de criar espaços familiares dotados de maior funcionalidade.

3.2. Famílias em risco psicossocial

Os estilos e padrões de interação nos sistemas familiares não são todos funcionais, pelo facto de existirem famílias que não reúnem as condições e características necessárias para concretizar adequadamente as suas funções e papeis, podendo em alguns casos, e por diversos motivos, formar um contexto de ameaça para o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens ou até constituir perigo efetivo para a sua integridade psicológica e física, configurando, nos dois sentidos, a situação de família em risco psicossocial (Macedo, 2017). Nunes e Ayala-Nunes (2015) afirmam que as famílias em risco psicossocial, por se depararem com graves problemas, vão formando contextos em que escasseiam recursos fundamentais, podendo vir a acumular diversas experiências de vida stressantes, sendo que essas circunstâncias limitam as competências parentais, criando um panorama desfavorável para o desenvolvimento de estilos educativos benéficos para os filhos. Para a Fundación Meniños (s.d.), que se ocupa da intervenção com famílias, um contexto familiar de risco psicossocial para a infância, é aquele em que se verifica uma situação de deterioração severa (devido a diversas causas como a doença, a precariedade, exclusão, carência de hábitos adequados, crises familiares, violência, etc.) que ameaça e destrói as funções de afeto, segurança e proteção que a família deve mobilizar para proporcionar os cuidados adequados aos seus filhos. Álvarez-Dardet et al. (2010) sublinham que uma família está em risco psicossocial quando apresenta um elevado grau de disfuncionalidade, com uma tendência marcada para proporcionar ambientes de

desenvolvimento desadaptativos, aumentando a probabilidade de problemas comportamentais e relacionais que comprometerão o futuro dos filhos. Hidalgo et al. (2009) associam o risco psicossocial das famílias não só aos problemas que advêm da precariedade económica, laboral e educativa, mas também daqueles que se referem a outros tipos de desafios, relacionados com a realidade pessoal dos adultos enquanto adultos e enquanto progenitores e cuidadores. A Portaria n.º 139/2013, no art.º 4.º, n.º 2, define as famílias em risco psicossocial como aquelas em que, por causas várias “de natureza pessoal, relacional e ou ambiental, os responsáveis pela criança ou jovem ajam de forma inadequada no que respeita ao exercício das funções parentais, prejudicando ou pondo em perigo o desenvolvimento integral da criança ou do jovem”.

3.2.1. Enquadramento legal português e galego para famílias em risco psicossocial

Em Portugal, depois de considerar o art.º 67.º (Família) e o art.º 68.º (Paternidade e maternidade) da Constituição da República Portuguesa, é a Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, que regula especificamente a intervenção com famílias em risco psicossocial. Segundo o disposto na introdução da referida Portaria, o documento assenta na Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprovou as bases gerais do sistema de segurança social, consagrando como objetivos do subsistema de ação social, a prevenção e reparação de situações de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais e a especial proteção dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e jovens. Ainda na introdução, a Portaria n.º 139/2013 destaca a família enquanto estrutura de cidadania plena, caracterizada pela diversidade na sua composição, organização e dinâmicas, em que os aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental assumem especial relevância, bem como as vulnerabilidades que daí possam advir. Reconheceu-se, assim, a necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, na linha do que já era defendido, relativamente aos direitos das crianças e jovens, na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que, de entre os seus princípios orientadores, consagra o princípio da responsabilidade parental. Os CAFAP, que já vinham a assumir especial relevância nesse âmbito, a nível no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva (Melo, 2011), viram aqui estatuída a sua atuação, com a orientação clara de promover o empoderamento familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias para a sua capacitação e autonomia, a melhoria do desempenho da função parental e, em certas situações, a reintegração

da criança ou do jovem no seu meio familiar (Portaria n.º 139/2013). Assim, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro, o Governo, pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, publicaram a Portaria n.º 139/2013. O documento conta com um total de 27 artigos. Destacam-se, em particular, os artigos 3.º, 4.º e 5.º, que definem as bases de toda a atuação, referindo, respetivamente, os objetivos do CAFAP, quem pode beneficiar do apoio por ele prestado e os princípios orientadores que regem toda a intervenção. Há, igualmente, a salientar os artigos que regulamentam especificamente a prática das atuações, que são: art.º 7.º, sobre o modelo de intervenção; art.º 8.º, que define as modalidades de intervenção; art.º 9.º, que refere as fases da intervenção e o seu encadeamento; art.º 10.º, específico sobre a estrutura e o conteúdo do PIAF; art.º 14.º, relativo à avaliação final da intervenção. Deve-se, ainda, sublinhar os artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º, que dizem respeito aos procedimentos técnicos e legais a levar a cabo para, respetivamente, proceder à referenciação, à admissão, à atribuição de coordenador de caso e à obtenção do acordo da família (Portaria n.º 139/2013).

Para a Galiza, segundo a Xunta de Galicia e Fundación Meniños (2018), o trabalho de intervenção com famílias em risco psicossocial coincide com a linha argumentativa explícita nos princípios da *Ley 26/2015, de 28 de julio, de modificación del sistema de protección a la infancia y la adolescencia*, que dá atenção às novas necessidades da infância e da adolescência em Espanha, e com a *Ley orgánica 8/2015, de 22 de julio, de modificación del sistema de protección a la infancia y a la adolescencia*, que visa modificar questões relacionadas com direitos fundamentais e liberdades públicas (artigos 14.º, 15.º, 16.º, 17.º1, 18.º2 e 24.º da *Constitución*). Relativamente aos marcos normativos autónomos galegos, a Fundación Meniños (2020) destaca a *Lei 13/2008, de 3 de decembro, de servizos sociais de Galicia*, e o *Decreto 99/2012, do 16 de marzo*, pelo qual se regulam, em particular, as disposições relativas ao *Servizo de educación e apoio familiar* (artigos 19.º e ss., nomeadamente, 19.ºd, 19.ºe, e 26.ºh) e destaca ainda a *Lei 3/2011, do 30 de xuño, de apoio á familia e á convivencia de Galicia* (artigos 46.º e 47.º). Desta última *Lei*, são ainda relevantes os artigos 59.º (conceitos e conteúdos) e 60.º (atuações de apoio à família), da subsecção relativa ao apoio às famílias, inserida no Capítulo III, de proteção da infância e da adolescência.

3.2.2. Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

Segundo o ISS, I.P. (2019) os CAFAP são uma resposta que se constitui como um serviço especializado de apoio a famílias, com crianças e jovens, que objetiva a prevenção e reparação de fatores e situações que configuram risco psicossocial, através do desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais das famílias.

A intervenção em CAFAP tem como objetivos específicos, numa perspetiva integral e sistémica: a prevenção de situações de risco e perigo através do fomento da parentalidade positiva; a avaliação de fatores de risco e de proteção das famílias, bem como as possibilidades de mudança; o desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais para favorecer o desempenho das funções parentais; o empoderamento das famílias através do fomento e reforço de relações, interações e rotinas quotidianas positivas; a atenuação do peso dos fatores de risco, procurando evitar situações de separação dos menores do seu contexto natural de vida; o incremento da resiliência individual e familiar; favorecer a reintegração das crianças ou dos jovens em meio familiar; o reforço da qualidade relacional da família com a comunidade e a identificação de recursos e respetivas redes de apoio formal e informal (ISS, I.P., 2019). Segundo a Portaria n.º 139/2013, são possíveis três modalidades de intervenção: *Preservação familiar* (visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida); *Reunificação familiar* (visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário); *Ponto de encontro familiar* (constitui-se como um espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal). A intervenção em CAFAP compreende, de forma organizada: a avaliação da situação familiar; a elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF- caracterização sociodemográfica e socioeconómica das famílias, diagnóstico da situação, dos fatores de risco e dos fatores de proteção, fragilidades e potencialidades da família, atividades, recursos, tempos de intervenção e identificação do técnico responsável); desenvolvimento e acompanhamento do PIAF; termo da intervenção (com avaliação final) (Portaria n.º 139/2013). No âmbito das modalidades de intervenção podem também realizar-se outras atividades de formação parental e de apoio psicopedagógico e social (Portaria n.º 139/2013, art.º 11.º). A intervenção prevê os procedimentos de referência, admissão, atribuição do coordenador de caso e de acordo familiar, e uma

equipa técnica multidisciplinar, para cada 100 famílias, constituída por técnico de serviço social, um psicólogo e um educador social, aos quais se podem acrescentar outros técnicos com formação semelhante e técnicos da área da mediação familiar sempre que haja pelo menos 25 famílias inseridas na modalidade de ponto de encontro familiar (Portaria n.º 139/2013). A execução do PIAF tem a duração de um ano que, por necessidade, pode ser prorrogável por outro ano (Portaria n.º 139/2013, art.º 10.º).

Na Carta Social (s.d.) consta a existência de 97 CAFAP em Portugal continental. O Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019 (CNPDPJ, 2020) refere que foram encaminhadas para CAFAP, no âmbito de Acordo de Promoção e Proteção, 1518 crianças e famílias. Segundo o Relatório CASA 2019 (ISS, I.P., 2020), para 61 (5%) das 1210 das crianças e jovens que cessaram o acolhimento, foi definida uma equipa de acompanhamento enquadrada na resposta CAFAP.

3.2.3. A intervenção com famílias em risco psicossocial na Galiza

O *Guía de recursos del sistema de protección de menores* (Xunta de Galicia, 2013), apresenta os diversos serviços de apoio à família em risco psicossocial oferecidos pela Xunta de Galicia. Assim, estas famílias podem aceder: aos *Gabinetes de orientación familiar* (GOF - equipas técnicas multidisciplinares, com profissionais da área da psicologia, serviço social e direito, que proporcionam às famílias a aquisição de competências necessárias para o fortalecimento das dinâmicas familiares e facultam informações relevantes, sempre que se verifiquem problemas relacionados com a afetividade, interação, relações, crises e conflitos que impliquem risco para algum dos seus integrantes); ao serviço de *Mediación familiar* (o mediador facilita a comunicação entre os elementos da família, para procura autónoma de soluções para os conflitos); aos *Puntos de encuentro familiar* (serviço que desenvolve programas psicossociais e socioeducativos para fortalecer relações e atitudes positivas e facilita o regime de visitas quando há guarda partilhada de menor conflituosa, promovendo os encontros entre filhos e pais num espaço neutro e supervisionado); ao *Programa de Integración Familiar* (também designado apenas de PIF, é o programa mais relevante no panorama de intervenção com famílias em risco psicossocial na *Xunta de Galicia*, que procura, mediante uma intervenção educativa, terapêutica e assistencial nos núcleos familiares, conseguir a integração familiar de crianças separadas das suas famílias, especialmente os institucionalizados em centros de acolhimento - *reunificación familiar* - e evitar a separação familiar ou a previsível institucionalização das crianças - *preservación familiar*).

O PIF, leva a cabo uma intervenção integral e sistémica que abarca as áreas de intervenção psicossocial (transmitindo estratégias que melhorem o funcionamento pessoal, familiar e social), de atenção/cuidado infantil (para garantir uma convivência em condições de segurança e afeto para as crianças), de educação familiar (para a aquisição de competências e hábitos para garantir as necessidades dos menores), de terapia familiar (para resolver problemas psicológicos, relacionais e de comportamento), de inserção laboral (para facilitar a incorporação no mercado de trabalho dos pais dos menores que favoreça a estabilidade socioeconómica do núcleo familiar) (Xunta de Galicia, 2013). O PIF conta ainda com a modalidade de intervenção de *funcionalidad familiar* que, a par da modalidade de *preservación e reunificación familiar*, visa erradicar dinâmicas de deterioração grave em famílias que mantêm contacto com os filhos, procurando criar a funcionalidade mínima necessária para constituir uma referência positiva para os filhos (Fundación Meniños, 2020). A *Xunta de Galicia* tem um protocolo estabelecido com a *Fundación Meniños* para a concretização do PIF nas três modalidades, para ser desenvolvido em colaboração com todos os agentes implicados na proteção da infância, através das equipas de *Integración Familiar*, situadas nas quatro províncias da *Comunidade Autónoma de Galicia*, nas subdivisões territoriais da *Fundación* (Fundación Meniños, 2020). O PIF, recorrendo a equipas multidisciplinares semelhantes às portuguesas (Assistente Social, Psicólogo, Educador Social, Pedagogo, etc.), num total de 18 técnicos especializados divididos pelas províncias (Fundación Meniños, 2020), desenvolve-se, normalmente, ao longo de dois anos e conta, de forma ordenada, com as fases: *Admisión, Evaluación y diseño del plan de actuación, Intervención, Seguimiento de las actualizaciones* (revisão e atualização do plano de atuação), *Entrega, Seguimiento de la intervención familiar* (monitorizar a evolução dos casos ao longo de 18 meses), *Valoración final de las fases* (Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

O número total de famílias que participaram no PIF em 2019 foi de 201, das quais 74 em *reunificación familiar*, 93 em *preservación familiar* e 34 em *funcionalidad familiar* (Fundación Meniños, 2020).

3.3. Desafios organizacionais, familiares e técnicos da intervenção com famílias em risco psicossocial

A avaliação possibilita reconhecer os erros e os sucessos da prática, a fim de integrá-los numa perspetiva dinâmica que permite reconhecer os avanços, os retrocessos e os desvios no processo de consolidação de uma intervenção social e que

a situa na etapa em que se encontra (Serrano, 2008). Segundo Pena (2005), as intervenções de cariz organizacional devem partir de um diagnóstico e monitorização constantes das atividades realizadas e modalidades adotadas.

No âmbito da intervenção na infância e adolescência em risco em Portugal, e concretamente com famílias em risco psicossocial, Melo e Alarcão (2009), consideravam a existência de fragilidades associadas à atuação dos interventores nesta matéria, que se relacionavam com escassa preparação, com a ausência de procedimentos de avaliação sustentados cientificamente, com um desconhecimento dos fatores de risco apresentados na literatura desta especialidade e ainda com uma insuficiente capacidade reflexiva e crítica. Os mesmos autores complementavam, mais tarde, referindo que, em Portugal, se verificava a falta de protocolos de análise compreensiva da intervenção, devidamente validados e avaliados, e ainda modelos que tivessem subjacentes racionais teóricos integradores que orientassem os técnicos nesse sentido e facilitassem a estruturação de hipóteses compreensivas dos vários casos acompanhados, que respeitassem a multidimensionalidade das situações de risco psicossocial ou de perigo (Melo & Alarcão, 2011). O MAIFI, criado por Melo (2011), foi uma tentativa de organizar a intervenção feita com as famílias em risco psicossocial em Portugal, numa estruturação sustentada cientificamente. Ainda assim, por trabalhos de investigação recentes realizados nesta área, parecem subsistir em Portugal e, em específico, na intervenção em grande parte dos CAFAP, lacunas que dizem respeito à escassez de recursos, à falta de preparação dos técnicos, a alguma dificuldade na organização do trabalho institucional e em rede, à dificuldade em captar a adesão e participação das famílias, à falta de insistência em mais ações preventivas e à ausência de estudos na área das famílias em risco psicossocial (Barrocas, 2017; Correia, 2018; Macedo, 2017; Rivero et al., 2013; Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011). Nesta linha e, ainda que a nível interno cada CAFAP tenha os seus mecanismos de diagnóstico, intervenção e avaliação, e os exponha, pontualmente, nos relatórios anuais de atividades, não existe em Portugal nenhum organismo, de natureza pública ou privada, que se ocupe da monitorização global deste tipo de ação com famílias, à semelhança do que já se encontra, por exemplo, relativamente aos menores em risco, no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019 (CNPDP CJ, 2020) e no Relatório CASA 2019 (ISS, I.P., 2020).

No caso da intervenção com famílias em risco psicossocial na Galiza a perceção é um pouco diferente, muito porque programas como o PIF, já sustentados cientificamente, têm sido alvo de análises sob diversas perspetivas, procurando a sua

otimização e validação ao longo do tempo (Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018), emergindo, com isso, a necessidade de cada vez maior evidência científica na atuação (Villa et al., 2011). A par dessa análise científica, são também apresentados anualmente relatórios estatísticos e descritivos sobre a participação da família e a intervenção dos técnicos no PIF (Fundación Meniños, 2020). Porém, os autores que investigam sobre esta matéria, não deixam de apontar lacunas no que diz respeito aos recursos, à necessidade de formação, a uma insistência maior na prevenção e, sobretudo, à dificuldade em enfrentar problemas na adesão e efetiva participação das famílias, procurando envolvê-las plenamente na definição e prossecução dos objetivos traçados, tendo em vista o seu empoderamento e autonomização (Agra, 2017; Agra & Romarís, 2012; Hidalgo et al., 2009; Melendro, De-Juanas, & Bravo, 2016; Rivero et al., 2013; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

II – PLANO DE INVESTIGAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

O cronograma dos procedimentos para realização do estudo encontra-se no Anexo A. A questão de estudo e os objetivos específicos associados, explanados de seguida, conduzem esta investigação por uma linha qualitativa, revestida de carácter exploratório (Maia, 2020). De facto, os estudos qualitativos na área das ciências sociais e humanas, pela multiplicidade de representações e inferências dos dados recolhidos (Souza, Costa, & Moreira, 2011), permitem uma compreensão direcionada para as interações e complexidade humanas, numa análise que procura conhecer e explorar os significados que cada sujeito atribui às suas vivências, sobretudo através do aprofundamento das suas respostas contextuais aos fenómenos que vão surgindo no seu quotidiano (Bogdan & Biklen, 2013; Pinto, Campos, & Siqueira, 2018). A finalidade de conhecer e aprofundar as perceções dos técnicos sobre a sua própria realidade de intervenção, no que respeita a fatores de ordem organizacional, técnica e humana que favorecem ou condicionam a intervenção, direção assumida por este trabalho, parece ser a incorporação clara desses conceitos qualitativos. Assim, do ponto de vista da estruturação do estudo, recorre-se à recolha de informação através de um questionário *on-line* (Cohen, Manion, & Morrison, 2007; Murthy, 2008) e à sua subsequente

exploração, usando a estatística descritiva (frequências e percentagens, média, desvio-padrão, mínimo e máximo) (Marôco, 2018; Moreno & Morcillo, 2019) e a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2015; Caregnato & Mutti, 2006; Nascimento & Menandro, 2006), cujos resultados são posteriormente confrontados (Fortin, 2009; Flick, 2005; Maia, 2010) com referências teóricas e legais e outros estudos relacionados.

1.1. Questão de estudo

Num trabalho de investigação, o objetivo principal, aqui assumido como questão de estudo, "constitui um enunciado declarativo que precisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação, indicando, conseqüentemente, o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo" (Freixo, 2011, p. 164).

A questão de estudo que subjaz o presente trabalho prende-se com a comparação entre as perceções dos técnicos dos CAFAP e dos técnicos de apoio familiar da *Xunta de Galicia*, da região norte de Portugal e da Região da Galiza, respetivamente, sobre fatores de ordem organizacional, familiar e/ou técnica que favorecem ou dificultam a intervenção com famílias em risco psicossocial.

1.2. Objetivos específicos do estudo

Do conjunto dos diversos objetivos, deve estabelecer-se uma clara diferenciação entre aquele considerado geral e os específicos, sendo que estes últimos são a materialização do primeiro (Baptista e Sousa, 2011). Por conseguinte, definiram-se para o presente estudo os seguintes objetivos específicos:

- Caraterizar os CAFAP do norte de Portugal e as instituições da Galiza que se ocupam da intervenção com famílias em risco psicossocial;
- Caraterizar as famílias em risco psicossocial acompanhadas pelos CAFAP e pelos técnicos de apoio familiar da *Xunta de Galicia*;
- Caraterizar os técnicos que se ocupam da intervenção com famílias em risco psicossocial nos CAFAP da região norte de Portugal e na Galiza;
- Analisar a perspetiva dos técnicos sobre fatores organizacionais que favorecem e/ou dificultam a intervenção, comparando as duas realidades;
- Analisar a perspetiva dos técnicos no que respeita ao envolvimento e participação das famílias nas várias fases do processo de intervenção, comparando as duas realidades;
- Analisar a perceção dos técnicos sobre as características técnicas a fomentar ou evitar para maior sucesso das intervenções, comparando as duas realidades;

- Identificar metodologias e estratégias de diagnóstico, ação e avaliação operacionalizadas pelos técnicos, comparando as duas realidades;
- Analisar a opinião dos técnicos sobre metodologias e estratégias de diagnóstico, ação e avaliação que apresentam maior sucesso na intervenção, comparando as duas realidades;
- Verificar se as metodologias e estratégias de diagnóstico, ação e avaliação operacionalizadas na intervenção se adequam ao previsto nas leis das duas realidades;
- Conhecer a opinião dos técnicos relativamente a alterações/melhorias a introduzir nas respetivas instituições ou nas políticas públicas, comparando as duas realidades.

2. METODOLOGIA

2.1. Participantes

Participaram no estudo 24 técnicos que realizam a sua intervenção com famílias em risco psicossocial, 9 em CAFAP da região Norte de Portugal (NUT II) e 15 integrados no *Programa de Intervención Familiar da Xunta de Galicia (Fundación Meniños* e outras instituições galegas). Na Tabela 1 encontram-se os dados sociodemográficos dos sujeitos da região Norte de Portugal e, na Tabela 2, os da Galiza. Há a destacar a predominância do género feminino (88.9% em Portugal, 80 % na Galiza), de assistentes sociais nos sujeitos do norte de Portugal (55.6%) e de educadores sociais nos sujeitos da Galiza (53.3%) e a existência de experiência anterior com crianças e jovens e/ou famílias em risco (88.9% no norte de Portugal, 66.7% na Galiza). É de sublinhar, ainda, que no norte de Portugal, relativamente aos anos de experiência na resposta de intervenção social atual, a distribuição é heterogénea, sendo que se destacam os 2 anos de experiência (22.2%) e mais de 5 anos de experiência (22.2%). Na Galiza, predominam os técnicos com mais de 5 anos de experiência (60%). Sobre as funções exercidas na instituição, no norte de Portugal, 8 (88.9%) realizam intervenção direta com as famílias, sendo que desses, 5 acumulam funções de direção/coordenação técnica e 1 exerce somente essa função. Na Galiza, 14 (93.3%) realizam intervenção direta, 4 de direção/coordenação técnica e 2 exercem outras funções. No caso da Galiza, por existirem técnicos que exercem outras funções, não é possível determinar quem acumula a função de intervenção direta com a função de direção/coordenação técnica. Destaca-se ainda a média, desvio-padrão e mínimo e máximo de idades das duas realidades.

Tabela 1

Caraterização sociodemográfica dos sujeitos da região Norte de Portugal

Idade	M	DP	Min-Máx
	38.11	6.66	26-44
	n	%	
Género			
Feminino	8	88.9	
Masculino	1	11.1	
Outro	0	0	
Categoria Profissional			
Assistente Social	5	55.6	
Educador(a) Social	2	22.2	
Psicólogo(a)	2	22.2	
Técnico(a) de Mediação Familiar	0	0	
Outra	0	0	
Exp. anterior com crianças/jovens/famílias em risco			
Sim	8	88.9	
Não	1	11.1	
Tempo de experiência profiss. na resposta atual			
<1 ano	1	11.1	
1 ano	1	11.1	
2 anos	2	22.2	
3 anos	1	11.1	
4 anos	1	11.1	
5 anos	1	11.1	
>5 anos	2	22.2	
Funções exercidas			
Intervenção direta famílias	8	88.9	
Direcc./Coord. Técnica	6	66.7	
Outro(a)	0	0	

Tabela 2

Caraterização sociodemográfica dos sujeitos da Galiza

Idade	M	DP	Min-Máx
	38.87	9.03	25-53
	n	%	
Género			
Feminino	12	80	
Masculino	2	13.3	
Outro	1	6.7	
Categoria Profissional			
Educador(a) Social	8	53.3	
Psicólogo(a)	3	20	
Pedagogo(a)/Educador(a)	1	6.7	
Trabajador(a) Social	3	20	
Técnico de Mediación Familiar	0	0	
Otra	0	0	
Exp. anterior com crianças/jovens/famílias em risco			
Sim	10	66.7	
Não	5	33.3	
Tempo de exp. profiss. na resposta atual			
<1 ano	1	6.7	
1 ano	1	6.7	
2 anos	2	13.3	
3 anos	1	6.7	
4 anos	1	6.7	
5 anos	0	0	
>5 anos	9	60	
Funções exercidas			
Interv. directa famílias	14	93.3	
Direcc./Coord. Técnica	4	26.7	
Otro(a)	2	13.3	

2.2. Instrumentos

Tendo em consideração o período pandémico, que trouxe consigo inúmeras limitações do ponto de vista da investigação científica, achou-se que o mais oportuno seria a utilização de meios digitais para obter a colaboração dos respondentes (fonte primária), assegurando, não obstante, que houvesse rigor na forma de recolher informações e se conseguisse um número razoável de respostas (Fortin, 2009). Assim, utilizou-se a técnica de recolha de informação de inquérito, sob forma de questionário (Maia, 2020) em formato *on-line* (Cohen, Manion, & Morrison, 2007; Murthy, 2008), elaborado *ad hoc* na plataforma Google Forms®. Embora acarrete algumas desvantagens, como a ausência do investigador no momento da resposta, o surgimento de respostas incompletas ou que não respondem ao que se pretende e/ou a integridade e segurança das informações (Cohen, Manion, & Morrison, 2007), o questionário digital é uma alternativa igualmente válida para os objetivos propostos, podendo apresentar como vantagens a rapidez no tratamento dos dados, a melhor gestão das informações recolhidas (Flick, 2005) e um cuidado maior em questões que pressuponham resposta aberta (Murthy, 2008). O questionário foi inicialmente construído em português e, posteriormente, traduzido para Castelhana, tendo resultado na existência de dois questionários que apresentam essencialmente como diferença o idioma e adaptação à realidade de intervenção psicossocial com famílias da Galiza (e.g. categorias profissionais, organismos que encaminham os casos para as instituições, expressões relacionadas com a intervenção social).

A construção do questionário, depois da confrontação com bibliografia de base, e tendo como referência as indicações de Cohen, Manion e Morrison (2007) e Maia (2020), percorreu as seguintes etapas: 1- elaborou-se um texto de apresentação (considerando condições de participação) e foi incluída uma questão sobre a concordância ou não concordância com a participação no estudo, em jeito de consentimento informado; 2- tendo por base os objetivos específicos, decidiu-se subdividir o tema em 4 secções diferentes: de caracterização sociodemográfica dos respondentes, de caracterização organizacional, de análise das características das famílias acompanhadas e da sua participação e de reflexão dos técnicos sobre a sua própria atuação atual e futura; 3- decidiu-se incluir questões de resposta não-estruturada e estruturada; 4- procurou-se incluir nas 2ª, 3ª e 4ª secções questões de resposta aberta sobre fatores que favorecem ou dificultam a intervenção (embora com indicação de limitação de 3 fatores por resposta e ordenados do mais para o menos importante), segundo a temática correspondente (organização, famílias e técnicos, respetivamente);

5- foram acrescentadas questões de resposta por escala (na 2ª secção, sobre a identificação do técnico com a organização; na 3ª secção, sobre as modalidades de intervenção praticadas e sobre o nível de consciência e envolvimento das famílias; na 4ª secção, sobre a confiança do técnico na sua própria intervenção); 6- foram adicionadas a todas as secções questões de resposta imediata (por categoria, numéricas e nominais), com espaço a preencher e por listagem, para obter mais informações sobre a caracterização das instituições, dos técnicos e da intervenção; 7- foram acrescentadas questões de resposta aberta, para aprofundar a reflexão dos técnicos sobre eventuais prevalências que encontrem nas atuações (fases em que há mais participação das famílias, referenciais teóricos, metodológicos e práticos que apresentam melhores resultados e indicadores de sucesso da intervenção) e orientações políticas e/ou institucionais que pudessem introduzir melhorias relevantes no panorama interventivo; 8- foi atribuído carácter obrigatório a todas as questões, à exceção da que solicita indicação de fases em que há mais participação da família (pela marcada subjetividade da questão); 9- procedeu-se à tradução do questionário para a língua Castelhana; 10- foi pedida opinião sobre o questionário a uma técnica portuguesa de um CAFAP (teste-piloto) e a um responsável da *Fundación Meniños* (diálogos informais através da rede de contactos do estudante); 11- depois das opiniões recolhidas, foram introduzidas alterações simples, essencialmente ligadas à tradução para língua Castelhana e adaptação ao contexto galego (Cohen, Manion, Maia, 2020; & Morrison, 2007).

Como já foi explicitado, sendo o presente estudo de carácter qualitativo e exploratório, não houve pretensão de criar um instrumento demasiadamente rígido e/ou em que se objetivasse o estabelecimento de relação clara entre variáveis/caraterísticas, mas procurou-se dar liberdade de resposta aos participantes, promovendo a reflexão sobre o seu próprio contexto, sem colocar o enfoque em respostas exatas e/ou quantificáveis, mesmo em questões em que, a título de exemplo, era pedida uma resposta por escala tendo em vista a análise de frequências (questões 17., 18., 19.) (Bogdan & Biklen, 2013; Maia, 2020; Pinto, Campos, & Siqueira, 2018). Este aspeto, porém, não invalida que se possam vir a assumir ligações entre respostas aquando da análise dos resultados. Cada questionário contém, no total, 30 questões, sendo que as mais relevantes se centram nos fatores que favorecem ou dificultam a intervenção, sob três perspetivas: organizacional, familiar e técnica. A versão portuguesa do questionário, “Questionário aos técnicos dos CAFAP”, pode ser consultada no Anexo C e a versão galega do questionário, “Cuestionario a técnicos de intervención familiar”, no Anexo D.

2.3. Procedimentos

Depois da decisão do tema, revisão literária e definição da questão de estudo e dos objetivos específicos (Baptista e Sousa, 2011; Freixo, 2011), construiu-se um questionário *ad hoc* (cf. 2.2. Instrumentos), por forma a recolher informações junto de técnicos dos CAFAP da região Norte de Portugal e dos técnicos de intervenção familiar da *Xunta de Galicia*, com a finalidade de criar uma análise comparativa sobre fatores de ordem organizacional, familiar e técnica que favorecem ou dificultam a intervenção com famílias em risco psicossocial. O questionário português foi respondido por uma técnica portuguesa de um CAFAP (teste-piloto) e o questionário galego (em Castelhana) foi submetido à apreciação de um responsável da *Fundación Meniños*, através de contactos informais, por forma a obter opinião sobre a formulação e possíveis melhorias a introduzir (Cohen, Manion, & Morrison, 2007; Maia, 2020). Em alguns contactos informais com técnicos e instituições sociais, com o objetivo de aferir a viabilidade da realização do estudo, percebeu-se que o período pandémico afetou a estruturação do trabalho da maior parte das organizações, aumentando consideravelmente o volume de tarefas a realizar. Face a essas informações, e com plena consciência das dificuldades decorrentes, decidiu-se solicitar apenas a indicação de um técnico que representasse cada instituição.

Para a recolha de dados, foram selecionados os CAFAP do norte de Portugal, que respeitassem os seguintes critérios: encontrar-se em zona geográfica correspondente à região Norte de Portugal (NUT II), ter protocolo com o Instituto de Segurança Social, I.P. e ter dados atualizados (pelo menos a partir de janeiro de 2020) na Carta Social (s.d.). Depois da seleção dos participantes, segundo os critérios elencados, elaborou-se uma carta, enviada posteriormente por e-mail, dirigida a cada Diretor/Coordenador da resposta CAFAP, por forma a obter autorização de participação e indicação de um técnico que a representasse. Nesse e-mail, intitulado de “Pedido de colaboração em estudo”, que pode ser consultado no Anexo B, além dos aspetos já descritos, foram explicados os objetivos do estudo, as condições de participação (por exemplo, técnicos que exercessem funções, pelo menos, desde 2019) e assegurado o anonimato e confidencialidade das informações. Todos esses aspetos foram novamente expostos na parte de apresentação de cada questionário. Obtida a aprovação de cada responsável e o contacto do técnico respondente, enviou-se e-mail com o link do questionário e foi solicitado um e-mail de resposta com a confirmação da participação. A cada e-mail de confirmação, foi endereçado um agradecimento ao respondente e demonstrada disponibilidade para a prestação de outros esclarecimentos. Num total de

24 CAFAP selecionados, e na sequência de diversos contactos efetuados, obteve-se resposta efetiva ao questionário de 9 deles.

No caso da Galiza, depois da apresentação do questionário, objetivos, condições de participação (um técnico por equipa, a exercer funções, pelo menos, desde 2019) e garantia de anonimato e confidencialidade a um responsável da *Fundación Meniños* (através de contacto informal), e obtida respetiva aprovação, foi realizada partilha do link pelas diversas equipas da instituição e por outros técnicos que, embora não pertencentes à *Fundación Meniños*, se ocupam da intervenção com famílias em risco psicossocial na região da Galiza. Obteve-se um total de 15 respostas efetivas ao questionário de técnicos a exercer funções em diferentes equipas/instituições.

Os dados foram recolhidos entre outubro e dezembro de 2020. Posteriormente, foi concretizada a análise dos resultados. As questões de caracterização das organizações, das famílias e dos técnicos, bem como as questões 11. e 29., foram alvo de análise estatística descritiva (Marôco, 2018; Moreno & Morcillo, 2019) e as restantes questões foram exploradas recorrendo à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2015; Caregnato & Mutti, 2006; Nascimento & Menandro, 2006). Os resultados dessas análises foram apresentados sempre em linha comparativa, sendo que para cada questão surgem sempre juntos os dados portugueses e galegos. Por fim, os resultados foram discutidos através da sua confrontação com referências teóricas e legais e outros estudos relacionados (Fortin, 2009; Flick, 2005; Maia, 2020)

2.4. Procedimentos estatísticos e de análise dos dados

Como já afirmado anteriormente, a análise dos dados resultantes dos questionários, respondidos pelos técnicos portugueses e galegos, desdobrou-se em duas técnicas. A primeira, de análise estatística descritiva (Moreno & Morcillo, 2019) das questões relacionadas com a caracterização geral das organizações, das famílias e dos técnicos e também das questões 11. e 29. Esta abordagem, parece a mais indicada, se se tiver em conta a natureza desses dados, numericamente quantificáveis, e o objetivo claro de realizar uma análise comparativa entre eles (Pestana & Gageiro, 2005). Por isso, foram concretizadas análises tendo em consideração frequências e percentagens e medidas como a média, o desvio-padrão e os mínimos e máximos, recorrendo à transposição dos dados das questões abrangidas do Google Forms© para o *Statistical Package Social Sciences* (SPSS), na versão da IBM 25 (Marôco, 2018; Pestana & Gageiro, 2005). A segunda técnica utilizada foi a análise de conteúdo, na sua aceção quantitativa, ou seja, considerando a frequência das características que se repetem no

conteúdo das respostas (Caregnato & Mutti, 2006). Foi usada para as questões que exigiam uma resposta aberta ou que, mesmo solicitando respostas mais organizadas, diretas e concisas, apelavam à reflexão e partilha de opinião por parte dos respondentes. Neste sentido, o trabalho de análise de conteúdo, pautou-se por um critério indispensável: assumir apenas o que estava explicitamente representado nas respostas, evitando subentendidos (Nascimento & Menandro, 2006). Depois da leitura das respostas, procedeu-se à sua categorização (Nascimento & Menandro, 2006). As dimensões de cada resposta estavam definidas *a priori*, ou seja, são o espelho dos temas das questões dirigidas aos técnicos, enquanto as categorias foram definidas *a posteriori*, na sequência de uma leitura mais aprofundada das respostas, em que se notou a prevalência de algumas expressões ou palavras que se repetiam de resposta para resposta (Bardin, 2015; Caregnato & Mutti, 2006). Seguiu-se o agrupamento final das unidades de registo (palavra ou expressão com significado específico e autónomo) transformando-as em determinadas subcategorias, tendo a contagem de frequência como regra de enumeração (Bardin, 2015; Nascimento & Menandro, 2006).

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos dados obtidos surge no presente capítulo, que está estruturado de forma a seguir o encadeamento das dimensões expressas nos questionários. Nessa linha, e tendo já sido exposta a caracterização sociodemográfica, são apresentadas, em primeiro lugar, informações de cariz organizacional, seguindo-se as respeitantes às famílias e, por fim, à intervenção técnica. Porque os questionários não contêm diferenças significativas na sua construção, à exceção do idioma, a análise das respostas é sempre comparativa, ou seja, a cada conjunto de dados do norte de Portugal é associado o conjunto de dados da Galiza, referente à mesma questão. Os dados galegos foram traduzidos, tanto quanto possível, para língua portuguesa.

3.1. Dimensão organizacional

3.1.1. Caracterização e identificação dos técnicos com a instituição

A Tabela 3, relativa às respostas às questões 8., 9. e 10., procura sintetizar de um modo global, através da análise de frequências e percentual, as características dos CAFAP que colaboraram no estudo. Participaram instituições de quase todos os distritos da região Norte de Portugal. Importa ressaltar que, no caso de Vila Real, a Carta Social (s.d.) informa que não existem instituições com a valência de CAFAP. O Porto foi o

distrito com mais instituições a aderir ao estudo (44.4%), seguindo-se o distrito de Braga (22.2%). No que respeita aos profissionais que constituem as equipas, todos os respondentes assumiram a presença do Assistente Social, Educador/a Social e Psicólogo/a (100%, cada) e grande parte a presença também de Técnico/a de Mediação Familiar (77.8%). Sobre as modalidades de intervenção praticadas em cada CAFAP, todos responderam que praticam Preservação Familiar (100%) e grande parte pratica também Reunificação Familiar (88.9%) e Pontos de Encontro Familiar (77.8%).

Tabela 3

Caraterização organizacional dos CAFAP do Norte de Portugal

	n	%
Localização geográfica		
Aveiro	1	11.1
Braga	2	22.2
Bragança	1	11.1
Porto	4	44.4
Viana do Castelo	0	0
Vila Real	0	0
Viseu	1	11.1
Outra	0	0
Profissionais nas equipas		
Assistente Social	9	100
Educador(a) Social	9	100
Psicólogo(a)	9	100
Técnico(a) de Mediação Familiar	7	77.8
Outro(s)	0	0
Modalidades de intervenção praticadas		
Preservação Familiar	9	100
Reunificação Familiar	8	88.9
Pontos de Encontro Familiar	7	77.8

A Tabela 4 procura resumir, através da análise de frequência e percentual dos dados, a colocação dos técnicos do CAFAP relativamente à sua identificação com a instituição, as suas caraterísticas e metodologias de intervenção. É importante sublinhar

que todos os técnicos colocaram as suas respostas em tendências de maior identificação com a instituição, nomeadamente, 66.7% “Sempre” e 33.3% “Quase sempre”.

Tabela 4

Estatística descritiva das respostas dos técnicos portugueses à questão 11.

11. Enquanto técnico(a), revê-se na missão, visão, valores e modalidades de trabalho do CAFAP onde exerce as suas funções?	n						%				
	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Q. nunca	Nunca		Sempre	Quase sempre	Às vezes	Q. nunca	Nunca
	6	3	0	0	0		66.7	33.3	0	0	0

A Tabela 5, de análise de frequências e percentual dos dados, relativa às respostas às questões 8., 9. e 10., procura sintetizar de um modo global as características das instituições galegas que colaboraram no estudo. Há a destacar a inclusão no estudo de instituições de quase todas as províncias da Região da Galiza. A participação de A Coruña foi a mais frequente (33.3%), seguindo-se a de Lugo, Ourense e Santiago de Compostela (20%, cada) e Vigo (6.7%). Relativamente aos profissionais nas equipas, o/a Educador/a Social está presente em todas (100%), o/a Psicólogo/a em 80%, assim como o/a *Trabajador/a Social* (80%). Há ainda a sinalizar o/a Pedagogo/a em 20% das equipas e *Otro/a* em 13.3%. Sobre as modalidades de intervenção praticadas, 86.7% afirma praticar a *Preservación Familiar*, 60% pratica a *Reunificación Familiar* e 26.6% refere praticar outras modalidades. Aqui, há a salientar a ausência de prática dos *Puntos de Encuentro Familiar*.

A Tabela 6, que surge imediatamente a seguir à Tabela 5, de análise de frequência e percentual dos dados, apresenta o sentido de colocação dos técnicos de intervenção familiar da Galiza relativamente à sua identificação com a instituição, as suas características e metodologias de intervenção. É importante destacar que quase todos os técnicos colocaram as suas respostas em tendências de maior identificação com a instituição, nomeadamente, 66.7% “Siempre” e 26.7% “Casi siempre”. Há ainda um técnico que só se identifica “A veces” com a instituição (6.7%).

Tabela 5

Caraterización organizacional das institucións/equipas de intervención familiar da Galiza

	n	%
Localización geográfica		
A Coruña	5	33.3
Lugo	3	20
Ourense	3	20
Pontevedra	0	0
Santiago de Compostela	3	20
Vigo	1	6.7
Otra	0	0
Profesionais nas equipas		
Educador(a) Social	15	100
Psicólogo(a)	12	80
Pedagogo(a)/Educador(a)	3	20
Trabajador(a) Social	12	80
Técnico de Mediación Familiar	0	0
Otro(a)	2	13.3
Modalidades de intervención practicadas		
Preservación Familiar	14	86.7
Reunificación Familiar	9	60
Puntos de Encuentro Familiar	0	0
Otro(a)	4	26.6

Tabela 6

Estadística descriptiva das respostas dos técnicos galegos à cuestión 11.

	n					%				
11. Como técnico(a), ¿te identificas con las señas de identidad y modalidades de actuación del recurso de intervención familiar en el que trabajas?	Siempre	Casi siempre	A veces	Casi nunca	Nunca	Siempre	Casi siempre	A veces	Casi nunca	Nunca
	10	4	1	0	0	66.7	26.7	6.7	0	0

3.1.2. Características organizacionais que favorecem a intervenção

As Tabelas 7, 8 e 9 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos portugueses à questão 12., relacionada com as 3 características organizacionais que mais favorecem a intervenção com famílias. Foram criadas as categorias de “estruturação da intervenção”, “equipa técnica”, “recursos” e de “trabalho em rede”.

Tabela 7

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística organizacional que mais favorece a intervenção	Estruturação da intervenção	5	Proximidade com as famílias	2
			Sistémica	1
			Flexibilidade	1
			Empreendedorismo	1
	Equipa técnica	3	Boa relação	3
	Recursos	1	Recursos humanos acima do protocolado	1

Tabela 8

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª caraterística organizacional que mais favorece a intervenção	Equipa técnica	5	Multidisciplinar	3
			Competente	2
	Estruturação da intervenção	3	Espaços de atendimento próximos	1
			Empoderamento das famílias	1
			Suporte de superiores hierárquicos	1
	Trabalho em rede	1	Articulação com outras instituições	1

Tabela 9

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção	Estruturação da intervenção	7	Variedade de oferta de serviços	1
			Acompanhamento da coordenação	1
			Legitimidade	1
			Flexibilidade	1
			Empatia e disponibilidade	1
			Motivação	1
			Organização funcional do trabalho	1
	Equipa técnica	1	Multidisciplinar	1
	Trabalho em rede	1	Proximidade e confiança de entidades externas	1

No caso dos CAFAP, a maior parte dos técnicos relaciona a característica organizacional que mais favorece a intervenção com a estruturação dessa mesma intervenção proporcionada pela organização. Esse aspeto, embora seja menos considerado na 2ª característica mais favorecedora, volta a ganhar relevo na 3ª característica, agrupando quase a totalidade das respostas. De um modo geral, características ligadas às competências e ao funcionamento das equipas técnicas, parecem ser também um motivo preponderante no sucesso das intervenções, com destaque na 1ª, mas sobretudo na 2ª característica mais favorecedora. São ainda referidos o trabalho em articulação com outras instituições e, por último, a existência de recursos suficientes para a ação com as famílias.

As Tabelas 10, 11 e 12 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos galegos à questão 12., relacionada com as 3 características organizacionais que mais favorecem a intervenção com famílias. À semelhança dos dados portugueses, também para os dados galegos foram atribuídas as categorias de “estruturação da intervenção”, de “equipa técnica” e de “trabalho em rede”, com ausência, porém, de subcategorias relacionadas com os recursos.

Tabela 10

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística organizacional que mais favorece a intervenção	Estruturação da intervenção	12	Vínculo com a família	6
			Centrada nas forças da família	3
			Vínculo terapêutico	2
			Boa organização do trabalho	1
			Autonomia	1
			Equipa técnica	3
	Equipa técnica	3	Experiência	1
			Estabilidade	1

Tabela 11

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica organizacional que mais favorece a intervenção	Estruturação da intervenção	13	Identificação clara das características da família	2
			Vínculo terapêutico	1
			Vínculo com a família	1
			Modelo claro de trabalho	1
			“Mirada apreciativa”	1
			Intervenção sistémica	1
			Ausência de juízos de valor	1
			Prevalência do critério técnico	1
			Capacidade de escuta	1
			Flexibilidade	1
			Enfoque na aquisição de bons estilos de parentalidade	1
			Continuidade do serviço	1
			Equipa técnica	1
	Trabalho em rede	1	Articulação com outras instituições	1

Tabela 12

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica organizacional que mais favorece a intervenção	Estruturação da intervenção	7	Intervenção sistémica	3
			Intervenção centrada nas forças/envolvimento da família	1
			Flexibilidade de horários	1
			“Mirada apreciativa”	1
			Vínculo com a família	1
	Equipa técnica	6	Competente	2
			Trabalho em equipa	2
			Facilitação de oportunidades	1
			Aposta na formação contínua	1
			Trabalho em rede	2

Relativamente aos resultados galegos, existe uma clara tendência para assumir como característica mais favorecedora a estruturação da intervenção proporcionada pela organização, aspeto que mantém a prevalência nas 2ª e 3ª características. Neste sentido, verificou-se o uso recorrente do termo “vínculo”, seja no sentido da ligação empática da instituição com a família, seja na relação terapêutica que com ela é estabelecida. Este último aspeto é notório também nas 2ª e 3ª características mais favorecedoras, que contemplam igualmente 4 respostas que privilegiam a intervenção sistémica. Fatores relacionados com a equipa técnica têm também algum peso na descrição das 3 características, tendo sido referidos, no total, por 10 vezes, com particular ênfase na 3ª característica mais favorecedora. O trabalho em rede tem aqui pouca relevância, ainda que seja referido 3 vezes, mas nunca como 1ª característica que mais favorece.

3.1.3. Características organizacionais que dificultam a intervenção

As Tabelas 13, 14 e 15 agrupam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos portugueses à questão 13., respeitante às 3 características organizacionais que mais dificultam a intervenção com famílias. Foram criadas as categorias de “estruturação da intervenção”, “equipa técnica”,

“recursos”, “trabalho em rede”, espelhando as que foram utilizadas na análise das respostas à questão anterior. Porém, sentiu-se necessidade de acrescentar as categorias “perfil familiar” e “nada a referir”.

Tabela 13

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística organizacional que mais dificulta a intervenção	Estruturação da intervenção	4	Abrangência distrital	2
			Número de processos	1
			Localização/acessibilidade	1
	Recursos	4	Recursos humanos insuficientes	2
			Infraestruturas desadequadas	2
	Nada a referir	1	Nada a referir	1

Tabela 14

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção	Estruturação da intervenção	5	Burocracia	2
			Acumulação de funções e tarefas	1
			Incapacidade de resposta	1
			Elevado número de processos	1
	Recursos	2	Parcos recursos materiais	1
			Inexistência de veículo exclusivo	1
	Trabalho em rede	1	Sinalização inadequada	1
Nada a referir	1	Nada a referir	1	

Tabela 15

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção	Estruturação da intervenção	6	Acolhimento residencial sobreposto à reunificação familiar	1		
			Falta de conhecimento	1		
			Dispersão territorial	1		
			Pouco envolvimento da direção	1		
			Trabalho de apoio à CPCJ	1		
			Processos com muitos anos de intervenção de outras equipas	1		
			Perfil familiar	1	Falta de motivação para a mudança	1
			Recursos	1	Técnicos em regime parcial	1
			Nada a referir	1	Nada a referir	1

As respostas dos técnicos portugueses à questão 13. voltam a enfatizar a preponderância de fatores ligados à estruturação da intervenção, mas desta vez assumindo-os como aspeto que dificulta a intervenção, sendo a categoria mais abordada nas 1ª, 2ª e 3ª características. Todavia, na 1ª característica que mais dificulta a intervenção, aspetos da estruturação da intervenção surgem a par das dificuldades relacionadas com os recursos disponíveis, facto que é ainda frisado nas 2ª e 3ª características. Note-se ainda as referências isoladas a fatores de trabalho em rede (na 2ª característica) e a aspetos que dizem respeito a características das famílias (na 3ª característica que mais dificulta). Há, por fim, a destacar uma das respostas, em que o técnico reconhece não ter encontrado qualquer característica na sua organização que dificulte a intervenção.

As Tabelas 16, 17 e 18 agrupam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos galegos à questão 13., sobre as 3 características organizacionais que mais dificultam a intervenção com famílias. À semelhança dos dados portugueses, também aos dados galegos foram atribuídas as categorias de “estruturação da intervenção”, “equipa técnica”, “trabalho em rede”, “perfil familiar” e “recursos” e acrescentou-se a de “caraterísticas do meio”.

Tabela 16

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística organizacional que mais dificulta a intervenção	Estruturação da intervenção	4	Tempos insuficientes	3
			Priorização de burocracia	1
			Falta participação das famílias	2
	Perfil familiar	7	Não consciência dos problemas	2
			Dependência da intervenção	2
			Ausência de vínculo	1
	Equipa técnica	1	Falta de formação específica	1
	Recursos	2	Insuficientes	2
	Trabalho em rede	1	Famílias mal sinalizadas	1

Tabela 17

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção	Estruturação da intervenção	4	Seleção não exaustiva famílias	1
			Falta de supervisão	1
			Acumulação de funções	1
			Intervenção tardia	1
	Perfil familiar	7	Má comunicação com equipa	1
			Inconstância	1
			Adições	1
			Problemas de saúde mental	1
			Inconsciência das necessidades	1
	Recursos	3	Isolamento	1
			Contexto estrutural desfavorável	1
			Necessidade de mais recursos	3
	Trabalho em rede	1	Dificuldade de coordenação	1

Tabela 18

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica organizacional que mais dificulta a intervenção	Estr. da intervenção	1	Excesso de funções atribuídas	1
	Perfil familiar	4	Problemas de saúde mental	3
			Não praticam orientações	1
	Equipa técnica	1	Mau ambiente laboral	1
			Falta de apoio da Xunta de Galicia	1
	Recursos	3	Falta de recursos humanos	1
			Dependência de ajudas públicas/privadas para prosseguir com a intervenção	1
	Caraterísticas do meio	1	Condições socioeconómicas e laborais atuais	1
			Caráter coercivo do sistema de proteção	1
	Trabalho em rede	5	Dificuldades	1
			Poucas respostas p/ encaminhar	1
			Sobreposição de intervenções	1
Famílias mal sinalizadas			1	

Ainda que tenha sido solicitada resposta sobre características organizacionais que dificultam a intervenção, os técnicos galegos colocam o perfil familiar (caraterísticas específicas das famílias) como razão institucional para o insucesso, prevalecendo esta indicação nas 1ª e 2ª caraterísticas e tendo um peso considerável na 3ª caraterística. Fatores relacionados com a estruturação da intervenção são também referidos diversas vezes, sobretudo nas 1ª e 2ª caraterísticas. Problemas no trabalho em rede são assumidos principalmente como 3ª caraterística e a falta de recursos é referida nas 3 caraterísticas, embora com menor frequência. Questões sobre a equipa técnica e caraterísticas do meio, ainda que referidas, têm pouco peso.

3.2. Dimensão familiar

3.2.1. Número de famílias acompanhadas nas instituições

A Tabela 19 apresenta os resultados de estatística descritiva relacionados com o número de famílias que foi acompanhado por cada instituição durante o ano de 2019. Destaca-se no norte de Portugal uma média de famílias superior à da Galiza.

Tabela 19

Estatística descritiva sobre o número de famílias acompanhadas por CAFAP e instituição galega em 2019

	M	DP	Min-Máx
Nº famílias por CAFAP	79.78	17.81	50-110
Nº famílias por instituição da Galiza	49.67	35.70	8-135

Na Tabela 20 estão descritos os resultados de análise de frequências e percentual das entidades que mais encaminharam as famílias para as respostas sociais respeitantes no ano de 2019. No caso do norte de Portugal, predominam os Tribunais e o Instituto de Segurança Social, I.P., enquanto na *Xunta de Galicia* prevalece o *Servicio de Familia e Menores*.

Tabela 20

Estatística descritiva sobre as entidades que mais famílias encaminharam para respetivas instituições em 2019

	n	%
Entidades portuguesas		
Tribunais	4	44.4
CPCJ	1	11.1
Instituto da Segurança Social, I.P.	3	33.3
Outras entidades públicas	1	11.1
Outras entidades privadas	0	0
Entidades galegas		
Juzgados	1	6.7
Servicio de Familia e Menores de Xunta de Galicia	11	73.3
Servicios Sociales/Municipales	1	6.7
Otro(a): Centros educativos	2	13.3

3.2.2. Análise descritiva das respostas dos técnicos portugueses às questões 16., 17., 18. e 19.

Pelo seu caráter eminentemente nominal, relativo à participação das famílias, as respostas às questões 16., 17., 18. e 19., são aqui apresentadas sob forma descritiva.

Assim, quanto à questão 16., que solicitava a indicação dos três principais tipos de famílias acompanhadas pela instituição em 2019, os técnicos assumiram o tipo “Pais a viver juntos” como o mais frequente (n=8, 88.9%). Seguiram-se os tipos “Pai ausente” (n=5, 55.6%) e “Outros(as) cuidadores(as) família alargada” (n=5, 55.6%). Quanto aos restantes tipos, “Pais separados/divorciados com guarda partilhada do menor” foi indicado por 4 respondentes (44.4%) e “Mãe ausente” por 1 respondente (11.1%). Dois dos respondentes selecionaram a opção “Outro” (22.2%), sem descrição específica do tipo de família.

Relativamente à questão 17., foi pedido, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Nenhuma família” a “Todas as famílias”), que os respondentes indicassem com que frequência praticaram com as famílias, em 2019, as diferentes modalidades de intervenção. A modalidade “Preservação familiar” foi a mais praticada, com 4 dos respondentes a colocar a resposta em “Muitas famílias” (44.4%) e 5 a colocar a resposta em “Todas as famílias” (55.6%). Seguiu-se a modalidade “Ponto de Encontro Familiar”, com 3 dos respondentes a referir que a praticaram com “Poucas famílias” (33.3%), 1 com “Metade das famílias” (11.1%), 1 com “Muitas famílias” (11.1%) e 4 com “Todas as famílias” (44.4%). Sobre a modalidade de “Reunificação familiar”, 1 técnico referiu que não a pratica com “Nenhuma família” (11.1%), 3 com “Poucas famílias” (33.3%), 1 com “Metade das famílias” (11.1%), 3 com “Muitas famílias” (33.3%) e 1 com “Todas as famílias” (11.1%).

No que diz respeito à questão 18., foi solicitada aos respondentes a correspondência de vários níveis de consciência das famílias, acompanhadas em 2019, sobre a necessidade de intervenção, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Nenhuma família” a “Todas as famílias”). Ao nível de “Totalmente conscientes”, 2 técnicos fizeram corresponder “Nenhuma família” (22.2%), 3 “Poucas famílias” (33.3%), 1 “Metade das famílias” (11.1%), 2 “Muitas famílias” (22.2%) e 1 “Todas as famílias” (11.1%). Ao nível “Muitas vezes conscientes”, 3 fizeram corresponder “Poucas famílias” (33.3%), 2 “Metade das famílias” (22.2%), 2 “Muitas famílias” (22.2%) e 2 “Todas as famílias” (22.2%). Ao nível “Às vezes conscientes”, 4 fizeram corresponder “Poucas famílias” (44.4%), 2 “Metade das famílias” (22.2%) e 3 “Muitas famílias” (33.3%). Ao nível “Poucas vezes conscientes”, 1 fez corresponder “Nenhuma família” (11.1%), 6

“Poucas famílias” (66.7%), 1 “Metade das famílias” (11.1%) e 1 “Muitas famílias” (11.1%). Ao nível “Nada consciente”, 2 fizeram corresponder “Nenhuma família” (22.2%), 5 “Poucas famílias” (55.6%), 1 “Metade das famílias” (11.1%) e 1 “Muitas famílias” (11.1%).

No que concerne à questão 19., relacionada com a participação/envolvimento das famílias na intervenção, realizada em 2019, os técnicos foram convidados a corresponder diferentes níveis de participação à quantidade de famílias, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Nenhuma família” a “Todas as famílias”). Ao nível “Participam sempre”, 1 técnico fez corresponder “Nenhuma família” (11.1%), 1 “Poucas famílias” (11.1%), 1 “Metade das famílias” (11.1%), 3 “Muitas famílias” (33.3%) e 3 “Todas as famílias” (33.3%). Ao nível “Participam quase sempre”, 1 fez corresponder “Nenhuma família” (11.1%), 1 “Poucas famílias” (11.1%), 1 “Metade das famílias” (11.1%), 3 “Muitas famílias” (33.3%) e “Todas as famílias” (33.3%). Ao nível “Participam às vezes”, 1 fez corresponder “Nenhuma família” (11.1%), 4 “Poucas famílias” (44.4%), 1 “Metade das famílias” (11.1%), 2 “Muitas famílias” (22.2%) e 1 “Todas as famílias” (11.1%). Ao nível “Participam poucas vezes”, 2 fizeram corresponder “Nenhuma família” (22.2%), 6 “Poucas famílias” (66.7%) e 1 “Metade das famílias” (11.1%). Ao nível “Nunca participam”, 6 fizeram corresponder “Nenhuma família” (66.7%) e 3 “Poucas famílias” (33.3%).

3.2.3. Análise descritiva das respostas dos técnicos galegos às questões 16., 17., 18. e 19.

As respostas dos técnicos galegos às questões 16., 17., 18. e 19., são aqui apresentadas, também, sob forma descritiva.

Assim, quanto à questão 16., que solicitava a indicação dos três principais tipos de famílias acompanhadas pela instituição em 2019, os técnicos assumiram o tipo “Padre ausente” como o mais frequente (n=14, 93.3%). Seguiram-se os tipos “Los progenitores viven juntos” (n=10, 66.7%) e “Progenitores separados/divorciados com responsabilidad compartida” (n=10, 66.7%). Quanto aos restantes tipos, “Otros(as) cuidadores(as) de la familia extensa” foi indicado por 4 respondentes (26.7%) e “Madre ausente” por 1 respondente (6.7%). Dois dos respondentes selecionaram a opção “Outro”, descrevendo um dos tipos como “Violencia filio-parental” (6.7%) e outro como “familias monomarentales, madres a cargo y padres periféricos” (6.7%).

Relativamente à questão 17., foi pedido, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Ninguna familia” a “Todas las familias”), que os respondentes indicassem com que frequência praticaram com as famílias, em 2019, as diferentes modalidades de intervenção. A modalidade “Preservación familiar” foi a mais praticada, com 9 dos respondentes a colocar a resposta em “Muchas familias” (60%), 2 a colocar a resposta em “Todas las familias” (13.3%), 3 em “Mitad de las familias” (20%) e 1 em “Pocas familias” (6.7%). Seguiu-se a modalidade “Reunificación familiar”, com 8 dos respondentes a referir que a praticaram com “Pocas familias” (53.3%), 3 com “Mitad de las familias” (20%), 3 com “Muchas familias” (20%) e 1 com “Ninguna familia” (6.7%). Sobre a modalidade de “Puntos de encuentro familiar”, todos os respondentes indicaram que não a praticaram (15, 100%). Resta ainda considerar que 9 não praticaram qualquer outra modalidade (60%), 4 praticaram outras modalidades com “Pocas familias” (26.7%), 1 praticou outras modalidades com “Mitad de las familias” (6.7%) e 1 praticou outras modalidades com “Todas las familias” (6.7%).

No que diz respeito à questão 18., foi solicitada aos respondentes a correspondência de vários níveis de consciência das famílias, acompanhadas em 2019, sobre a necessidade de intervenção, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Ninguna familia” a “Todas las familias”). Ao nível de “Plenamente consciente”, 10 técnicos fizeram corresponder “Pocas familias” (66.7%), 3 técnicos “Mitad de las familias” (20%) e 2 técnicos “Muchas familias” (13.3%). Ao nível “Muchas veces conscientes”, 6 fizeram corresponder “Pocas familias” (40%), 6 “Mitad de las familias” (40%) e 3 “Muchas familias” (20%). Ao nível “A veces conscientes”, 8 fizeram corresponder “Pocas familias” (53.3%), 4 “Mitad de las familias” (26.7%), 2 “Muchas familias” (13.3%), 1 “Todas las familias” (6.7%). Ao nível “Pocas veces conscientes”, 9 fizeram corresponder “Pocas familias” (60%), 3 “Mitad de las familias” (20%) e 3 “Muchas familias” (20%). Ao nível “Nunca consciente”, 2 fizeram corresponder “Ninguna familia” (13.3%) e 13 “Pocas familias” (86.7%).

No que concerne à questão 19., relacionada com a participação/envolvimento das famílias na intervenção, realizada em 2019, os técnicos foram convidados a corresponder diferentes níveis de participação à quantidade de famílias, através de uma escala de *Likert* de 5 níveis (de “Ninguna familia” a “Todas las familias”). Ao nível “Participan siempre”, 3 técnicos fizeram corresponder “Pocas familias” (20%), 5 “Mitad de las familias” (33.3%) e 7 a “Muchas familias” (46.7%). Ao nível “Participan muchas veces”, 1 fez corresponder “Pocas familias” (6.7%), 5 “Mitad de las familias” (33.3%), 8 “Muchas familias” (53.3%) e 1 “Todas las familias” (6.7%). Ao nível “Participan a veces”,

9 fizeram corresponder “Pocas familias” (60%), 3 “Mitad de las familias” (20%) e 3 “Muchas familias” (20%). Ao nível “Participan pocas veces”, 14 fizeram corresponder “Pocas familias” (93.3%) e 1 “Mitad de las familias” (6.7%). Ao nível “Nunca participan”, 3 fizeram corresponder “Ninguna familia” (20%) e 12 “Pocas familias” (80%).

3.2.4. Fases da intervenção em que há maior participação das famílias

A Tabela 21 apresenta as categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre as fases da intervenção em que as famílias mais participaram/se envolveram no ano de 2019. Como a questão sugeria a indicação de existirem ou não fases de maior participação, assumiram-se as categorias de “Sim” e “Não”, com as respetivas descrições dessas fases feitas pelos técnicos.

Tabela 21

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre fases da intervenção com maior participação das famílias em 2019

Categorias	F.	Subcategorias	F.
		Na avaliação diagnóstica	4
Sim	8	Se tiver motivação para a mudança, participa em todas as fases	1
		Elaboração e execução do PIAF	1
		Famílias nucleares com filhos adolescentes	1
		Variável de acordo com a família e rumo de intervenção	1
Não	1		1

No caso do norte de Portugal, parece ser a fase inicial do diagnóstico a que mais colhe adesão por parte das famílias, ainda que haja técnicos que, embora assumindo que verificam fases de maior envolvimento, tendem a relativizar, considerando a especificidade de cada família. Neste sentido, houve quem referisse a questão das características ou motivação das famílias e até o rumo da intervenção como fatores que influenciam a participação.

A Tabela 22 também apresenta as categorias e subcategorias das respostas sobre as fases da intervenção em que as famílias mais participaram/se envolveram no ano de 2019, mas aqui referente à intervenção galega. Assumiram-se as categorias de “Sim” e “Não”, à semelhança do contexto português, mas acrescentando a categoria

“Depende”, referida por 2 técnicos. Um dos técnicos considera não haver qualquer fase de maior envolvimento.

Tabela 22

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre fases da intervenção com maior participação das famílias em 2019

Categorias	F.	Subcategorias	F.
		Diagnóstico inicial	3
		No diagnóstico inicial, mas com menos participação ou abandono nas fases seguintes que requerem assiduidade	1
		No diagnóstico inicial, mas com menos participação ou abandono nas fases seguintes e retoma no final	1
Sim	8	Entre os 6 meses e 1 ano de intervenção	1
		Desde que se estabelece relação terapêutica	1
		No final, mas depende da família	1
Depende	2	Da fase	1
		Da situação familiar	1
Não	5		5

O diagnóstico inicial, ou fases iniciais da intervenção, são para os técnicos galegos o momento em que as famílias, normalmente, mais participam. Porém, há ainda quem assuma o momento do estabelecimento de relação terapêutica ou até o final da intervenção como o de maior envolvimento. Dois dos técnicos referiram que depende da fase e da situação. Cinco dos técnicos não encontram fases de maior participação.

3.2.5. Características familiares que favorecem a intervenção

As Tabelas 23, 24 e 25 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos portugueses à questão 21., relacionada com as 3 características das famílias que mais favorecem a intervenção com elas realizadas. Foram criadas as categorias de “participação”, “relações familiares” e “história familiar”.

Quanto às respostas, é possível verificar que questões relacionadas com a participação/envolvimento das famílias são as mais referidas pelos técnicos. Neste sentido, a vontade de mudar, de perceber as próprias necessidades e a adesão à intervenção, confiando naquilo que ela envolve, são os motivos mais facilitadores. As

relações que se estabelecem nas famílias, sobretudo relacionadas com sentimentos que unem os seus elementos, têm igualmente um peso significativo nas 3 características mais favorecedoras. Histórias familiares em que se reúnam importantes fatores de proteção, parecem ser também uma das características mais importantes, embora tenham sido menos assumidas pelos técnicos e colocadas apenas na 3ª característica mais importante.

Tabela 23

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística familiar que mais favorece a intervenção	Participação	6	Motivação para a mudança	4
			Colaboração	1
			Adesão à intervenção	1
	Relações familiares	3	Amor	2
			Ligação entre os elementos, sentido de pertença e identidade familiar	1

Tabela 24

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª caraterística familiar que mais favorece a intervenção	Participação	7	Consciência das necessidades	2
			Confiança na equipa	2
			Colaboração com a equipa	1
			Potencial interno de mudança	1
			Abertura à experiência	1
	Relações familiares	2	Vínculo parental	1
		União	1	

Tabela 25

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.	
3ª característica familiar que mais favorece a intervenção	Participação	5	Vontade de mudança	2	
			Confiança na equipa	1	
			Aceitação de estratégias facultadas	1	
			Capacidade de reflexão	1	
			Pouca intervenção anterior	1	
	História familiar	3	Retaguarda familiar	1	
			Experiências positivas	1	
			Relações familiares	1	
				Vínculo afetivo com criança/jovem	1

As Tabelas 26, 27 e 28 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos galegos à questão 21., relacionada com as 3 características das famílias que mais favorecem a intervenção com elas realizadas. Foram criadas, à semelhança das respostas portuguesas, as categorias de “participação”, “relações familiares”, acrescentando, ainda, as de “redes de apoio” e “recursos”.

Tabela 26

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística familiar que mais favorece a intervenção	Participação	9	Consciência das necessidades	4
			Envolvimento na intervenção	2
			Sinceridade	1
			Iniciativa	1
			Partilhar propósito da intervenção	1
	Relações familiares	6	Vínculo	4
			Existe figura de apego positiva	1
			Pouco dano emocional	1

Tabela 27

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica familiar que mais favorece a intervenção	Participação	7	Consciência das necessidades	2
			Motivação para a mudança	2
			Estabilidade emocional	1
			Disponibilidade temporal	1
			Confiança na intervenção/equipa	1
	Relações familiares	7	Empatia	3
			Afeto	1
			Referências estáveis e seguras	1
			Capacidade de estruturação	1
			Sentimento de pertença	1
	Redes de apoio	1	Rede de apoio familiar e social	1

Tabela 28

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica da família que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica familiar que mais favorece a intervenção	Participação	10	Motivação para a mudança	2
			Capacidades cognitivas e emocionais	2
			Respeito pela intervenção	2
			Adaptabilidade	1
			Capacidade reflexiva	1
			Envolvimento dos adultos	1
			Participação do maior número possível de elementos da família	1
			Relações familiares	2
	Capacidade de organização	1		
	Redes de apoio	2	Formal e informal	2
	Recursos	1	Ausência dificuldade económica	1

Relativamente às respostas dos técnicos galegos, é possível verificar que questões ligadas à participação são as mais preponderantes nas 3 características familiares mais favorecedoras. Neste aspeto, a consciência das necessidades, o envolvimento e disponibilidade na intervenção e as competências emocionais e cognitivas são dimensões enfatizadas. As relações familiares positivas, com existência de vínculo, empatia, afeto e sentido de identidade, são também aspetos determinantes nas 3 características favorecedoras. Destacam-se também, embora com menor peso, a existência de redes de apoio formal e informal e a ausência de dificuldades económicas.

3.2.6. Características familiares que dificultam a intervenção

As Tabelas 29, 30 e 31 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos portugueses à questão 22., que diz respeito às 3 características das famílias que mais dificultam a intervenção com elas realizadas. À semelhança da análise à questão anterior, respondida pelos técnicos portugueses, foram assumidas as categorias de “participação”, “relações familiares” e “história familiar”, acrescentando as de “recursos” e “estruturação da intervenção”.

Tabela 29

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	5	Não reconhecer dificuldades	2
			Família não se sente respeitada	1
			Indisponibilidade da família	1
			Não prontidão para a mudança	1
	Relações familiares	2	Elevado grau de litigância conjugal	1
			Pontos de vista diferentes dos pais	1
			História familiar	1
	Estrut. da intervenção	1	Baixa escolarização dos cuidadores	1
			Mudanças na equipa	1

Tabela 30

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.	
2ª característica familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	5	Desistência	1	
			Não aceitação encaminhamento	1	
			Desconfiança nos serviços	1	
			Falta de motivação para a mudança	1	
			Distância geográfica	1	
	Recursos	2	Necessidades básicas não satisfeitas	1	
				Fragilidade económica	1
	História familiar	1	Famílias “multiassistidas”	1	
	Relações familiares	1	Elevado grau de conflito parental	1	

Tabela 31

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	4	Desistência	1
			Obrigatoriedade da intervenção	1
			Pouca vontade de mudança	1
			Ser recorrentes no sistema e conhecerem todas as consequências	1
	História familiar	3	Doença mental	2
			“Multi-intervenção”	1
	Relações familiares	2	Baixas competências parentais e de gestão doméstica	1
			Desamor	1

No caso das características familiares que mais dificultam a intervenção, as respostas dos técnicos portugueses são mais díspares, ainda que continuem a prevalecer aspetos ligados à categoria da participação. Nesta linha, são apontadas características como o não reconhecimento da situação e não aceitação da intervenção, com atitudes que atestam essa disposição. As relações familiares (conflitos, falta de competências e de vínculo) e a história da família (doença mental, intervenções múltiplas e nível baixo de escolaridade) constituem também fatores que dificultam a intervenção. Há ainda menções relacionadas com a falta de recursos, sobretudo materiais, e com a estruturação da intervenção (mudanças na equipa), embora este último aspeto esteja mais relacionado com fatores de nível organizacional.

As Tabelas 32, 33 e 34 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos galegos à questão 22., que diz respeito às 3 características das famílias que mais dificultam a intervenção. Foram definidas as categorias de “participação”, “relações familiares”, “história familiar”, “rede de apoio” e “recursos”.

Tabela 32

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
Caraterística familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	8	Inconstância na participação	2		
			Resistência à mudança	2		
			Não reconhecer dificuldades	1		
			Ocultação da realidade	1		
			Falta de confiança no técnico	1		
			Intervenção tardia	1		
	Relações familiares	4	Falta de vinculação	3		
			Perpetuação de conflitos	1		
			História familiar	3	Trauma	2
					Problemas de saúde mental	1

Tabela 33

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.			
2ª característica familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	5	Inconstância	2			
			Não reconhecer dificuldades	1			
			Resistência à mudança	1			
			Dificuldade em ser parte ativa	1			
	Relações familiares	5	5	Instabilidade emocional	3		
				Deterioração	1		
				Falta de vinculação cuidadores	1		
				Rede de apoio	3	Falta de apoios socioeconómicos	3
				História familiar	2	Dependências	1
						Problemas de saúde mental	1

Tabela 34

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica da família que mais dificulta a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.	
3ª característica familiar que mais dificulta a intervenção	Participação	4	Inconstância	2	
			Falta de tempo	1	
			Incompreensão da intervenção	1	
	História familiar	4	4	Dependências	2
				Problemas de saúde mental	2
	Relações familiares	3	3	Falta de vinculação	1
				Desorganização da vida diária	1
				Desinteresse face aos filhos	1
				Redes de apoio	2
				Défice de instituições de apoio	1
Recursos				2	Pobreza material

As respostas dos técnicos galegos colocam em plano de destaque, nas 3 caraterísticas familiares que mais dificultam a intervenção, à semelhança dos resultados portugueses, os aspetos relacionados com a participação. Também neste caso, inconstâncias e resistências à intervenção ganham destaque. A par destas questões, o desequilíbrio das relações familiares, espelhado essencialmente na falta de vínculo, instabilidade emocional, desorganização e desinteresse, são também fatores prevalentes nas 3 caraterísticas que mais dificultam. Não menos importante, são ainda os aspetos ligados à história familiar, marcada por problemas de saúde mental, dependências e traumas, facto relevado nas 1ª, 2ª e 3ª caraterísticas. A falta ou inadequação de resposta por parte de redes de apoio é também considerada uma condicionante à intervenção, sendo referida nas 2ª e 3ª caraterísticas. Por último, surge ainda indicação de aspetos que dizem respeito à pobreza material das famílias, apenas referida na 3ª caraterística que mais dificulta.

3.2.7. Taxa de sucesso das intervenções em 2019

A Tabela 35 reflete a estatística descritiva das respostas dos técnicos do norte de Portugal e da Galiza sobre a taxa de sucesso das intervenções do ano de 2019 (questão 23.), tendo em consideração aspetos, entre outros, como o cumprimento dos objetivos previamente definidos dos programas/planos de intervenção familiar de cada realidade. Os resultados demonstram uma taxa de sucesso mais elevada na Galiza, com média de 61.47 pontos percentuais, face aos 39.00 pontos percentuais do norte de Portugal. Destaca-se também o mínimo e máximo dos valores das intervenções realizadas no norte de Portugal, com uma instituição em que a taxa não ultrapassou os 10 %, sendo que de um modo geral nenhuma delas teve mais de 50% de sucesso.

Tabela 35

Estatística descritiva das respostas sobre a taxa de sucesso (%) das intervenções no ano de 2019

	M	DP	Min-Máx
Norte de Portugal	39.00	26.50	10-50
Galiza	61.47	13.10	40-80

3.3. Dimensão técnica

3.3.1. Suportes teóricos, metodológicos e práticos da intervenção

A Tabela 36, que diz respeito às respostas dos técnicos portugueses à questão 24., agrupa e organiza por categorias, através da análise de conteúdo, os principais programas, projetos, métodos, referenciais teóricos e/ou instrumentos que sustentam as várias fases da intervenção com as famílias. Foram criadas as categorias de “referenciais teóricos e metodológicos”, de “técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação” e “estratégias específicas de intervenção”.

Tabela 36

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre os principais suportes intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
			MAIFI	4
	Referenciais teóricos e metodológicos	10	“Anos incríveis”	3
			Modelos ecológico-desenvolvim.	1
			“Triplo P”	1
			“Mais Família-Mais Jovem”	1
			Entrevistas individuais e familiares	3
Suportes/ orientações da intervenção	Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação	7	Observação participante	2
			Questionário da Avaliação das Competências Parentais	1
			Anamnese	1
			Mediação familiar	2
			Terapia familiar	2
	Estratégias específicas de intervenção	10	Atendimento de proximidade	2
			Visitas domiciliárias	1
			Reflexão com pais sobre dinâmicas	1
			Chamadas telefónicas	1
			Definição conjunta de objetivos	1

As respostas dos técnicos portugueses reuniram um total de 27 referências a teorias, métodos e orientações práticas que suportam a intervenção. No caso dos referenciais teóricos e metodológicos, o MAIFI e o Programa “Anos Incríveis”, são os mais apontados. Relativamente a técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação, prevalecem as entrevistas individuais e familiares e a observação participante e, quanto a estratégias específicas de intervenção, destacam-se a mediação familiar, a terapia familiar e o atendimento de proximidade. De um modo global, os técnicos apontaram mais referenciais teóricos e metodológicos e estratégias específicas de intervenção, ainda que mecanismos de recolha e tratamento de informação tenham um peso substancial na sustentação da atuação.

No que concerne às respostas dos técnicos galegos à questão 24., pela elevada quantidade e variedade de aspetos mencionados, remete-se a tabela de análise de conteúdo para os anexos. Nesse sentido, é possível encontrar no Anexo E a tabela intitulada de *Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre os principais suportes intervenção*. São aqui, por isso, apresentados os resultados sob forma descritiva. As categorias assumidas são as mesmas consideradas na análise das respostas portuguesas. Os técnicos galegos mencionaram, no total, 81 suportes da intervenção. Referenciais teóricos e metodológicos foram referidos 13 vezes, sendo que se destaca a “Teoria do apego” (5 vezes) e o “Programa de Competencia Familiar” (3 vezes). Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação foram considerados 24 vezes, sendo mais prevalentes a “entrevista” (7 vezes), a “observação” (4 vezes), o “mapa emocional” (3 vezes), as “visitas domiciliárias” (2 vezes) e o “genograma” (2 vezes). Estratégias específicas de intervenção foram mencionadas 44 vezes, assumindo mais relevância as “sessões formativas” (15 vezes), “competências parentais” (4 vezes), “intervenção sistémica” (4 vezes) e “análise das competências e potencialidades da família” (3 vezes).

3.3.2. Ferramentas e estratégias de intervenção mais eficazes

A Tabela 37 apresenta os resultados de análise de conteúdo das respostas dos técnicos portugueses à questão 25., relativa a ferramentas e estratégias que normalmente apresentam melhores resultados na intervenção com famílias. Criaram-se as categorias de “referenciais teóricos e metodológicos”, “estratégias específicas de intervenção”, “técnicas de recolha e análise de informação”, “trabalho em rede” e “variável”.

Tabela 37

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre estratégias/ferramentas que apresentam melhores resultados na intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
Estratégias/ ferramentas com melhores resultados	Estratégias específicas de intervenção	11	Relação de confiança técnico/família	1		
			Intervenção direta com família	1		
			Escuta ativa	1		
			Compreensão do ponto de vista da família sobre as necessidades por ela detetadas	1		
			Formação em parentalidade positiva	1		
			Mediação familiar	1		
			Reflexão das dinâmicas com os pais	1		
			Intervenção “in loco”	1		
			Privilegiar forças da família	1		
			Reformulação constante das hipóteses sistémicas	1		
			Participação direta nas interações da família	1		
			Referenciais teóricos e metodológicos	3	MAIFI	1
					“Anos incríveis”	1
					“Tripla P”	1
			Técnicas de recolha e análise de informação	2	Observação participante	1
		Instrumentos de sistematização de informações	1			
Trabalho em rede	1	Com profissionais e instituições	1			
Variável	1	De acordo com perfil da família e tipo de intervenção	1			

As respostas dos técnicos portugueses são díspares, sendo que a dimensão mais referida está relacionada com estratégias específicas de intervenção. Um dos

respondentes considera ainda que a eficácia é variável de acordo com perfil familiar ou tipo de intervenção. Há ainda a sublinhar a insistência de alguns técnicos em alguns referenciais teóricos e metodológicos, cuja construção e conteúdo, quando implementados, parecem apresentar maior eficácia.

A Tabela 38 apresenta os resultados de análise de conteúdo das respostas dos técnicos galegos à questão 25., relativa a ferramentas e estratégias que normalmente apresentam melhores resultados na intervenção com famílias. Criaram-se as categorias de “estratégias específicas de intervenção”, “instrumentos de recolha de informação” e “trabalho em rede”.

Tabela 38

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre estratégias/ferramentas que apresentam melhores resultados na intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
Estratégias/ ferramentas com melhores resultados	Estratégias específicas de intervenção	15	Relação terapêutica	3		
			Treino de competências no domicílio	2		
			Intervenções consensuais	1		
			Traçar metas alcançáveis	1		
			Escuta reflexiva	1		
			Reflexão sobre a história de vida	1		
			Coerência entre estratégia de intervenção e diagnóstico	1		
			Considerar abordagens e emoções das pessoas	1		
			Intervenção com toda a família	1		
			Sessões práticas restaurativas	1		
			“Mirada apreciativa”	1		
			“Roll playing”	1		
			Trabalho em rede	3	Articulação entre profissionais	1
					Colaboração em procedimentos	1
					Processos de referenciação profissional	1
Instrumentos de recolha de informação	2	BASC	1			
		Entrevistas individuais e grupais	1			

As respostas dos técnicos galegos concentram-se, essencialmente, em estratégias muito específicas de intervenção que parecem conduzir a melhores resultados quando implementados. Relativamente a esta última dimensão, destacam-se o estabelecimento de relação terapêutica e o treino de competências no domicílio como aspetos mais vezes mencionados. Para alguns dos respondentes, fatores relacionados com o trabalho em rede e alguns instrumentos de recolha de informação tendem também a ser mais eficazes.

3.3.3. *Caraterísticas dos técnicos que favorecem a intervenção*

As Tabelas 39, 40 e 41 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos portugueses à questão 26., relacionada com as 3 caraterísticas e/ou atitudes dos técnicos que mais favorecem a intervenção com famílias. Tendo por base a natureza dos contributos recolhidos e as indicações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P., 2011), que dizem respeito aos diversos domínios do saber, que devem ser mobilizados pelos profissionais no âmbito da sua atuação, definiram-se como categorias o “domínio cognitivo” (saber-saber) e o “domínio sócio-afetivo” (saber ser/saber-estar).

Tabela 39

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a caraterística técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterística técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	8	Empatia	2
			Relação de confiança com a família	1
			Humildade	1
			Proatividade	1
			Transparência com a família	1
			Empreendedorismo	1
			Abertura à experiência sistémica	1
			Domínio cognitivo	1

Tabela 40

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 2ª característica técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	8	Escuta ativa	2
			Trabalho em equipa	2
			Atitude colaborativa	1
			Ética profissional	1
			Compreensão das necessidades da família	1
			Capacidade de lidar com a incerteza	1
	Domínio cognitivo	1	Conhecimento técnico	1

Tabela 41

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre a 3ª característica técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
3ª característica técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	9	Postura de “não saber”	1
			Capacidade reflexiva	1
			Positividade	1
			Assertividade	1
			Flexibilidade	1
			Respeito	1
			Acreditar que a família é única e especial	1
			Disponibilidade	1
			Provocar a reflexão no outro	1
	Domínio cognitivo	2	Formação em parentalidade positiva	1
		Conhecimentos técnicos	1	

As características técnicas mais referidas pelos respondentes do norte de Portugal prendem-se marcadamente com o domínio sócio-afetivo. Se na 1ª característica que mais favorece a intervenção as respostas são mais díspares, prevalecendo apenas a

atitude empática, na 2ª característica que mais favorece verifica-se um nível ligeiramente maior de concordância entre os técnicos, em aspetos relacionados com a escuta ativa e com o trabalho em equipa. Na 3ª característica que mais favorece, as respostas voltam a ser mais díspares, e houve técnicos que, nesta posição, indicaram mais do que uma característica. Ainda que as subcategorias das respostas sejam diferentes, nota-se uma tendência dos respondentes para ligar o domínio sócio-afetivo à relação e atitudes estabelecidas com a família e com os colegas de trabalho. Por fim, importa ressaltar a referência de alguns técnicos à necessidade de formação para competências teóricas e técnicas que permitam intervenções mais ajustadas e eficazes.

As Tabelas 42, 43 e 44 sintetizam e organizam, através da técnica análise de conteúdo, a informação das respostas dos técnicos galegos à questão 26., relacionada com as 3 características e/ou atitudes dos técnicos que mais favorecem a intervenção com famílias. Como para as respostas dos sujeitos do norte de Portugal, também aqui se consideraram o “domínio cognitivo” e o “domínio sócio-afetivo” como categorias.

Tabela 42

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a característica técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
Caraterística técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	13	Empatia	4		
			Respeito	2		
			Vínculo	2		
			Empatia e vínculo	1		
			Comunicação	1		
			Compreensão	1		
			Saber estar	1		
			Saber relacionar-se	1		
			Domínio cognitivo	2	Conhecimento teórico	1
					Formação específica e contínua	1

Tabela 43

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 2ª característica técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
2ª característica técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	15	Empatia	3
			Ver capacidade de mudança da família	2
			Capacidade de motivar	1
			Criatividade	1
			Escuta ativa	1
			Flexibilidade	1
			Otimismo	1
			Saber relacionar-se	1
			Reforço positivo	1
			Ser bom comunicador	1
			“Mirada apreciativa”	1
			Competências de relação pessoal	1

Tabela 44

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre a 3ª característica técnica que mais favorece a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
3ª característica técnica que mais favorece a intervenção	Domínio sócio-afetivo	12	Trabalho em equipa	3		
			Comunicação	2		
			Empatia	1		
			Saber mediar	1		
			Habilidade para acalmar	1		
			Fazer a família sentir-se acompanhada e apoiada	1		
			Respeito pelos tempos da família	1		
			Escuta	1		
			Vínculo	1		
			Domínio cognitivo	3	Conhecimento da teoria da educação social	1
					Conhecimento da rede de recursos do contexto	1
					Formação sobre intervenção familiar	1

Os resultados das respostas dos técnicos galegos indicam, à semelhança dos resultados portugueses, uma clara prevalência de fatores técnicos de domínio sócio-afetivo que favorecem a intervenção. Não obstante, no caso galego, relativamente à 1ª característica, existe maior concordância nas respostas. Destacam-se, sobretudo, a empatia, o respeito e o estabelecimento de vínculo. Na 2ª característica mais facilitadora, volta a emergir a atitude empática como fundamental, junta com a qualidade técnica de poder ver a capacidade de mudança da família. Na 3ª característica mais favorecedora, é mais evidente a questão do trabalho em equipa e da capacidade comunicativa. De um modo geral, as capacidades cognitivas do técnico são também abordadas, ainda que sem expressão clara. Em muitos aspetos e pequenos detalhes das subcategorias, as respostas dos técnicos galegos, assemelham-se à dos técnicos portugueses, com uma tendência para ligar o domínio socio-afetivo à relação adequada e profícua com a família e com os colegas de trabalho.

3.3.4. Características dos técnicos que dificultam a intervenção

A Tabela 45 apresenta os resultados de análise de conteúdo das respostas dos técnicos portugueses à questão 27., em que era solicitada aos respondentes a reflexão sobre intervenções que não tivessem tido o sucesso previsto, relevando fatores da sua atuação enquanto técnicos que tenham condicionado o sucesso e persecução/cumprimento dos objetivos traçados. Se nas respostas às questões anteriores, relativas a fatores de ordem técnica que favorecem as intervenções, tinha sido possível assumir como categorias os domínios cognitivo e sócio-afetivo, aqui foi necessário criar outras categorias, visto que a maioria dos técnicos não corresponderam exatamente ao que estava enunciado na questão, sendo que as respostas se desviaram das características específicas dos técnicos, focando-se noutras dimensões ligadas, essencialmente, a características específicas das famílias e à estruturação organizacional/institucional do trabalho. Neste sentido, foi mantida a categoria de “domínio sócio-afetivo” e acrescentaram-se a de “estruturação da intervenção” e a de “perfil familiar”. Foi ainda necessário adicionar outra categoria (“não conseguimos identificar”), por um dos respondentes ter afirmado que não conseguiu identificar qualquer atuação que não tivesse tido o sucesso previsto.

Tabela 45

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre as características técnicas que dificultam a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterísticas dos técnicos que dificultam a intervenção	Estruturação de intervenção	10	Inadequação da resposta	2
			Excesso de equipas técnicas a atuar	1
			Dificuldade em manter disponibilidade para periodicidade necessária	1
			Planificação não eficiente de sessões	1
			Falta de supervisão	1
			Distância geográfica da resposta	1
			Exaustão da equipa	1
			Mudanças na equipa	1
			Esgotamento de estratégias	1
			Perfil familiar	2
			Falta da motivação das famílias	1
	Domínio sócio-afetivo	2	Incapacidade para sintonizar com a família	1
			Dificuldades de articulação	1
Não conseguimos identificar	1	Não conseguimos identificar	1	

O total de menções foi 15. As respostas centraram-se em questões relacionadas com a organização e estruturação do trabalho subjacente à intervenção com as famílias. Sobre esse aspeto, foram enfatizadas caraterísticas que tinham que ver, sobretudo, com a inadequação da resposta e de estratégias e com a desadequada gestão das equipas técnicas. Foram ainda destacadas caraterísticas das famílias como justificação do insucesso, embora com um peso inferior. Só as respostas ligadas à categoria de “domínio sócio-afetivo” corresponderam ao que era solicitado.

Na Tabela 46 encontram-se plasmados os resultados da análise de conteúdo efetuada às respostas dos técnicos galegos à questão 27. Na mesma linha das respostas dos técnicos portugueses, também no caso da Galiza a tendência foi o desvio face ao que era solicitado na questão. As categorias assumidas foram as mesmas das definidas para as respostas dos técnicos portugueses, à exceção de “não conseguimos identificar”.

Tabela 46

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre as características técnicas que dificultam a intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Caraterísticas dos técnicos que dificultam a intervenção	Perfil familiar	17	Falta de tempo	3
			Deterioração da situação familiar	2
			Incompreensão dos danos causados aos filhos	2
			Problema de saúde mental na família	2
			Desacordo entre elementos	1
			Guarda do menor em separações conflituosas	1
			Escassa participação	1
			Resistência à mudança	1
			Falta de respostas especializadas	1
			Falta de apoio social	1
	Défice cognitivo	1		
	Preferência por assistencialismo	1		
	Estruturação da intervenção	8	Definição desadequada de objetivos	2
			Inadequação da resposta	2
			Mudanças na equipa técnica	1
			Duração da intervenção	1
			Ausência de espaços adequados	1
Domínio sócio-afetivo	5	Objetivos não partilhados	1	
		Relação difícil com colegas	2	
		Tendência técnica para isomorfismo	1	
		Dificuldade na relação terapêutica	1	
			Incapacidade para fomentar participação	1

O total de características apontadas pelos técnicos galegos foi de 30. Apesar de, face aos técnicos portugueses, terem centrado as respostas em mais características relacionadas com o domínio sócio-afetivo, especificamente ligado ao perfil do técnico, prevalece o desvio de respostas para tendências que dizem respeito à organização/estruturação da intervenção e às características das famílias (aspecto mais prevalente). No caso do perfil familiar, as respostas recaem acima de tudo sobre questões de participação, do desequilíbrio das relações familiares e da existência de psicopatologias. Por outro lado, na vertente da estruturação familiar, são enfatizadas questões de inadequação da resposta em si e dos mecanismos e da estrutura da intervenção.

Importa, por fim, sublinhar os evidentes desvios nas respostas ao que era solicitado, em ambos os casos. Ainda que a sequência e encadeamento das questões seguisse uma ordem lógica - fatores técnicos que favorecem a intervenção e, logo de seguida, fatores técnicos que dificultam a intervenção – e os técnicos tivessem respondido adequadamente à primeira, o desvio verificado pode significar a má formulação da questão em causa, aspecto que, hipoteticamente, terá dificultado a sua interpretação.

3.3.5. Indicadores que sugerem êxito na intervenção

Na Tabela 47 encontram-se os resultados de análise de conteúdo das respostas dos técnicos portugueses à questão 28., respetiva a indicadores que, normalmente, sugerem o êxito/sucesso da intervenção. Tendo em conta a natureza das respostas, que se centravam essencialmente no funcionamento interno das famílias, nas relações que elas estabelecem com o exterior e em decisões judiciais, definiram-se as categorias de “competências intrafamiliares”, de “relação da família com o exterior” e de “medida/processo”.

Os técnicos portugueses apontaram, no total, 29 indicadores de sucesso das intervenções. Fatores ligados a competências internas da família foram os mais prevalentes, destacando-se a erradicação de fatores de risco, a consciência das próprias necessidades, a reorganização do funcionamento familiar e o crescimento da preocupação dos pais com o bem-estar dos filhos. A positividade das relações da família com o exterior foi também um fator muitas vezes referido, sendo que os respondentes sublinharam sobretudo a autonomização, a confiança nos técnicos e a clareza na troca de informações como indicadores de sucesso preponderantes. Para um número mais

reduzido de técnicos, o encerramento da medida ou de processo constitui um indicador importante da eficácia da intervenção.

Tabela 47

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses sobre indicadores que sugerem êxito na intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.		
Indicadores de sucesso	Competências intrafamiliares	18	Erradicação de fatores de risco	5		
			Consciência das necessidades	3		
			Reorganização familiar	3		
			Pais centram-se no bem-estar da criança	3		
			Perceção de bem-estar	1		
			Fortalecimento das relações	1		
			Verdade na troca de informação	1		
			Retorno da criança à família	1		
			Relação da família com o exterior	9	Autonomização	3
					Confiança entre técnicos e família	2
	Clareza na troca de informações	2				
	Execução de objetivos traçados	1				
	Medida/processo	2	Capacidade para pedir ajuda	1		
			Encerramento	2		

A Tabela 48, apresentada de seguida, reúne os resultados da análise de conteúdo das respostas dos técnicos galegos à questão 28., sobre os indicadores de êxito da intervenção. Como as respostas apresentadas são semelhantes à dos técnicos portugueses, considerou-se que as mesmas categorias já definidas poderiam conter as respostas galegas. Todavia, os técnicos da Galiza não fizeram qualquer referência, como indicador de sucesso, a medidas ou processos atribuídos pelas entidades competentes da *Xunta de Galicia*, pelo que não foi necessária a inclusão da categoria de “medida/processo”.

Tabela 48

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre indicadores que sugerem êxito na intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Indicadores de sucesso	Competências intrafamiliares	22	Vínculo	7
			Resolução de problemas	3
			Praticar dinâmicas aprendidas	2
			Suprir necessidades básicas	2
			Reflexão	2
			Compreensão	1
			Estabilidade	1
			Interesse	1
			Autonomia dos menores	1
			Motivação	1
			Melhoria da situação emocional	1
			Relação da família com o exterior	20
	Procura de rede de apoio	4		
	Confiança nos profissionais	3		
	Compromisso de trabalho	3		
	Valorização mútua	3		
	Visão semelhante	2		
	Melhoria da relação com pares	1		

No total das 42 menções sobre indicadores de sucesso, verifica-se um equilíbrio entre as competências internas das famílias e as competências que as famílias mobilizam para a sua boa relação com o exterior. Ainda assim, as competências internas colheram mais indicações dos técnicos, com destaque para o estabelecimento de vínculo dentro da família e da capacidade para resolver problemas, praticar dinâmicas aprendidas, suprir as necessidades básicas e refletir sobre o próprio funcionamento familiar. Sobre as competências mobilizadas para relação positiva com o exterior, sobre as quais os técnicos manifestaram maior concordância, predominam a autonomia e a procura de redes de apoio.

Tanto no caso das respostas dos técnicos portugueses como nas dos técnicos galegos, nota-se uma tendência para, em algumas subcategorias, relacionar as competências de relação da família com o exterior com as abordagens mais positivas que as famílias apresentam face à intervenção e aos técnicos que a proporcionam.

3.3.6. Confiança dos técnicos nas suas próprias atuações

Na Tabela 49 encontram-se descritos os resultados da análise de frequências e percentual das respostas dos respondentes portugueses à questão 29., respeitante à confiança dos técnicos nas intervenções por eles levadas a cabo.

Tabela 49

Estatística descritiva das respostas dos técnicos portugueses à questão 29.

29. Sente, enquanto técnico(a), que o seu trabalho com as famílias tem bons resultados no efetivo empoderamento de cada uma delas?	n						%				
	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Q. nunca	Nunca		Sempre	Quase sempre	Às vezes	Q. nunca	Nunca
	2	2	5	0	0		22.2	22.2	55.6	0	0

Os resultados indicam uma tendência de colocação da maior parte dos técnicos portugueses em “Às vezes”. Os restantes, consideram ter um nível mais elevado de confiança na sua própria atuação e nos resultados que dela advêm, colocando-se nas posições de “Quase sempre” e “Sempre”. Não se verificaram respostas com colocações mais inferiores do que as descritas.

A Tabela 50 também reúne os resultados de análise de frequências e percentual da questão 29., mas desta vez provenientes das respostas dos técnicos galegos.

Tabela 50

Estatística descritiva das respostas dos técnicos galegos da questão 29.

29. ¿Sientes, como técnico(a), que tu trabajo con las familias/unidades de convivencia tiene buenos resultados en el empoderamiento efectivo de cada una de ellas?	n						%				
	Siempre	Casi siempre	A veces	Casi nunca	Nunca		Siempre	Casi siempre	A veces	Casi nunca	Nunca
	1	9	5	0	0		6.7	60	33.3	0	0

Os resultados demonstram que a maioria dos técnicos galegos confia “Casi siempre” no seu trabalho. Um dos técnicos confia sempre na sua atuação. Há ainda a registar a colocação de um número substancial de técnicos na opção “A veces”.

3.3.7. Sugestões de melhorias a introduzir no âmbito da intervenção

Na Tabela 51 constam os resultados da análise de conteúdo das respostas dos técnicos portugueses à questão 30., sobre que tipos de apoios/melhorias poderiam ser implementados por parte da própria instituição, de outras instituições com responsabilidade pública ou do Governo para realizar intervenções em CAFAP com maior sucesso. Foram consideradas as categorias de “estruturação da intervenção”, “recursos”, “capacitação dos técnicos”, “trabalho em rede” e “legislação”.

Tabela 51

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos portugueses à questão 30.

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Melhorias a introduzir	Estruturação da intervenção	9	Apostar na prevenção	2
			Apostar na intervenção precoce	2
			Redução de casos por técnico	2
			Parelha de técnicos	1
			Programas de parentalidade	1
			Redução de burocracia	1
	Recursos	5	Aumento de recursos humanos	3
			Melhores condições financeiras	1
			Melhores condições processuais	1
	Capacitação dos técnicos	3	Formação específica e contínua	3
			Trabalho em rede	3
	Maior envolvimento no projeto	1		
	Existência de plataforma digital	1		
	Legislação	2	Para aumentar técnicos	1
Para pontos de encontro familiar			1	

Os técnicos portugueses, num total de 22 sugestões, enfatizaram aspetos relacionados com a estruturação da intervenção, aconselhando, sobretudo, uma maior aposta na prevenção, na intervenção precoce e na redução de casos atribuídos a cada técnico. A questão dos recursos foi também sublinhada, com a proposta específica de aumentar o número de profissionais. Embora com menos ênfase, foi também sugerido o aumento de formação específica e contínua, tendo em vista a capacitação dos técnicos. A par

deste último aspeto, foram sugeridas melhorias ao nível do trabalho em rede, com uma proposta específica de um dos respondentes de criação de uma plataforma digital onde fossem partilhadas pelas várias entidades e instituições informações relevantes sobre as famílias, para facilitar a articulação técnica e interinstitucional e o ajuste das intervenções. Por fim, houve quem tivesse mencionado aspetos relacionados com a introdução de melhorias à legislação, com o objetivo de aumentar o número de técnicos e orientar o funcionamento dos pontos de encontro familiar.

A Tabela 52 explana os resultados da análise de conteúdo das respostas dos técnicos galegos à questão 30. Foram assumidas as mesmas subcategorias da análise das respostas portuguesas, à exceção da que diz respeito à legislação. Foi também adicionada a categoria de “políticas sociais”.

Tabela 52

Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos à questão 30.

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
Melhorias a introduzir	Capacitação dos técnicos	9	Formação especializada	6
			Mais evidência científica	1
			Aceção mais positiva	1
			Melhor compreensão do trauma	1
	Trabalho em rede	9	Coordenação de respostas	4
			Melhorar	2
			Encaminhamento adequado	2
			Uniformização da intervenção	1
	Estruturação da intervenção	5	Mais prevenção	3
			Disponer de mais tempo	1
			Mais colaboração com famílias	1
	Recursos	5	Mais recursos humanos	2
			Para necessidades básicas das famílias	2
			Mais respostas de saúde mental	1
	Políticas sociais	2	Aposta nos direitos, igualdade e dignidade	1
Intervenção contra o assistencialismo			1	

As respostas dos técnicos galegos, que reuniram um total de 30 sugestões, colocaram o enfoque, sobretudo, nas dimensões de capacitação dos técnicos e do trabalho em rede. Quanto à primeira, houve relativa concordância, ao ser várias vezes sugerido o aumento de formação especializada. Relativamente à segunda, são essencialmente propostas uma maior coordenação de respostas, uma melhoria do trabalho de articulação e a realização de encaminhamentos mais adequados. É referida também uma necessidade de melhorar a organização da intervenção, sobretudo através de mais ações preventivas. É sugerido ainda um aumento de recursos humanos, de recursos materiais para suprir as necessidades básicas das famílias e a criação de mais respostas para saúde mental. Por fim, importa destacar, ainda que tenha pouco peso para os técnicos, a introdução de melhorias às políticas sociais, procurando apostar mais nos direitos básicos das pessoas e no combate ao mero assistencialismo.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Procura-se, neste capítulo, acrescentar à análise dos resultados já concretizada uma confrontação com referências bibliográficas e legais relacionadas com as diversas dimensões consideradas no estudo, bem como o estabelecimento de possíveis ligações entre respostas.

Caraterização sociodemográfica

Uma das questões mais prementes verificada nas respostas aos questionários é a discrepância entre números de respondentes portugueses ($n = 9$) e galegos ($n = 15$). Neste sentido, não se pode descurar as formas distintas de divulgação do estudo nas duas realidades e as características de cada uma delas, factos que podem ter conduzido a esta diferença de adesão (Cohen, Manion, & Morrison, 2007; Maia, 2020), ainda que se considere que, no caso português, os contactos das instituições disponibilizados pela Carta Social (s.d.), deveriam estar mais ativos para os variados tipos de solicitação. No caso galego, sabe-se que a *Fundación Meniños*, no ano de 2019, tinha 18 técnicos especializados no *Programa de Integración Familiar* (Fundación Meniños, 2020). Sabendo que nos sujeitos da Galiza existe um número reduzido de técnicos que não pertencem ao referido programa, e sendo esse programa a referência da intervenção familiar na *Xunta de Galicia*, pode considerar-se que o número de respondentes é muito razoável (Fortin, 2009). A este nível, importa destacar que as orientações legais das duas regiões não vinculam as instituições a participar em estudos

de natureza científica. Não obstante, a Portaria n.º 139/2013, no seu art.º 24.º, refere a necessidade de os CAFAP cooperarem e articularem com outros serviços da comunidade ou entidades que contribuam para reunir os apoios necessários às famílias (e isto, deveria incluir a colaboração em estudos que permitam a melhoria da *praxis*). A *Ley 3/2011*, no seu art.º 38.º, alínea e), sobre princípios orientadores da intervenção com infância e adolescência na Galiza, reflete a importância do estudo dessa problemática e da aplicação de programas e medidas, tanto preventivas como remediativas, numa perspetiva global. Também Melo (2011) e a *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018), organizam e validam os seus programas de intervenção com famílias em risco psicossocial fazendo uma clara ligação entre teoria e prática. Ora, se os técnicos respondentes das duas realidades, na questão 30., indicaram como aspetos a melhorar a formação especializada e até, um dos respondentes galegos, maior evidência científica nas atuações, então significa que esta colaboração entre investigação científica e prática pode ser benéfica para a intervenção com famílias por eles realizada (Agra & Romarís, 2012; Macedo, 2017; Melo & Alarcão, 2009; Villa et al., 2011).

Centrando agora a atenção sobre as características sociodemográficas dos técnicos, emerge subitamente a riqueza de abordagens que se pode encontrar. A diversidade, presente nas duas realidades, do ponto de vista de idades dos técnicos, da categoria profissional, das experiências na área e de funções exercidas, concede ao estudo e à intervenção um carácter dinâmico e multi e pluridisciplinar, necessário para intervenções mais ajustadas e completas (Melo, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). Essa diversidade de características vai ao encontro: da Portaria n.º 139/2013, no art.º 23.º, quando diz que a “intervenção do CAFAP é assegurada por uma equipa técnica multidisciplinar”; da *Ley 3/2011*, art.º 50.º, n.º 3, que refere que na intervenção em situações de risco “Se garantizará la participación de profesionales con las titulaciones técnicas adecuadas en la valoración e intervención en situaciones de riesgo (...)”; da *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018, p. 37), quando afirmam que as intervenções com famílias em risco devem estruturar-se “salvaguardando una visión y actuación multidimensional, manteniendo equipos interdisciplinarios en todos los territorios”.

Dimensão organizacional

A dinâmica da diversidade de características, da multidimensionalidade e multidisciplinariedade da intervenção, referidas anteriormente, são também

consideradas na caracterização dos CAFAP e das instituições galegas de intervenção com famílias em risco psicossocial. De facto, a variedade de técnicos que constituem as equipas e a dispersão territorial da intervenção (com os decorrentes aspetos culturais), cumprem um importante papel no enriquecimento dos contributos partilhados na resposta ao questionário e na concretização da intervenção em si (Melo, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

Refletindo agora sobre a questão 11., abre-se um interessante capítulo acerca do compromisso dos profissionais com a própria organização. As respostas dadas pelos técnicos a essa questão constituem um importante ponto de partida para a análise das questões que surgem depois, relativas aos fatores da própria instituição que favorecem ou dificultam a intervenção (Brown, 2017). Em geral, as respostas das duas realidades, demonstram uma tendência para os técnicos se identificarem sempre ou quase sempre com a instituição onde trabalham (Mendes, 2014). Esse aspeto, sugere maior satisfação e, conseqüentemente, melhor disposição para enfrentar os desafios que surgem no panorama interventivo (Lizote, Verdinelli, & Nascimento, 2017), fazendo antever um conhecimento e uma análise da própria instituição e da própria atuação mais real e, por isso, menos influenciada por sentimentos e pensamentos que a condicionem (Rocha, Cardoso, & Tordera, 2008). A identificação/comprometimento dos técnicos com a instituição e a intervenção que realizam (Mendes, 2014) é também fundamental porque leva a mobilizar as competências pessoais e técnicas adequadas para as ações (Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

Sobre os fatores organizacionais que mais favorecem a intervenção, há uma clara tendência dos técnicos portugueses para valorizarem aspetos da estruturação da intervenção, ou seja, as características promovidas pela própria instituição para que a ação com a família tenha sucesso. Muitos desses fatores apontados são depois repetidos pelos respondentes quando questionados sobre características deles próprios, enquanto técnicos, que favorecem a intervenção. Assim, volta a confirmar-se a identificação dos técnicos com a própria instituição (Lizote, Verdinelli, & Nascimento, 2017), numa clara ligação entre aspetos que valorizam na instituição e aspetos sócio-afetivos que valorizam nas suas competências (Mendes, 2014; Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011). No caso galego, a nível organizacional, também são salientados como favorecedores os aspetos da estruturação da intervenção (verificando-se, como em Portugal, repetição nas respostas sobre características sócio-afetivas dos técnicos que favorecem), mas com uma prevalência maior de fatores ligados à relação com a família, enfatizando a criação de vínculo e colocando o enfoque, de um modo geral, nas

competências da família e no respeito por ela. Isto, concorda com as indicações dadas por diversos autores espanhóis que se debruçaram sobre a temática e que referem a criação de vínculo e o centrar-se nas potencialidades da família como determinantes para o sucesso da ação (Hidalgo et al., 2009; Villa et al. 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). Em ambos os casos, o funcionamento e características das equipas técnicas, têm também um peso substancial no sucesso da intervenção, concordando assim com os trabalhos de Barrocas (2017), de Rivero et al. (2013) e da Xunta de Galicia e Fundación Meniños (2018) e respeitando os diplomas legais subjacentes (Portaria n.º 139/2013, art.º 23.º, n.º 2 e Ley 3/2011, art.º 50.º, n.º 3). Dos dois contextos, esperava-se ainda uma insistência no carácter sistémico das intervenções, promovido pelas organizações (Alarcão, 2006; Hidalgo et al., 2009; ISS, I.P., 2019; Macedo, 2017; Melo, 2011; Portaria n.º 139/2013, art.º 5.º, alínea b); Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018), mas esse aspeto foi poucas vezes referido. No caso português, era expectável maior consideração à valorização das competências da família (Portaria n.º 139/2013, art.º 5.º, alínea c); Rivero et al., 2013).

No que concerne às características organizacionais que mais dificultam a intervenção, os técnicos portugueses focam-se em aspetos gerais relacionados com os procedimentos burocráticos, legais e de organização do trabalho, atribuindo também algum destaque à insuficiência de recursos, concordando com os estudos de Barrocas (2017), Correia (2018), Pena (2019) e Santos (2019). Estas situações são, na questão 30., apontadas pelos técnicos portugueses como aspetos a melhorar, manifestando coerência entre fatores organizacionais que dificultam a intervenção e propostas de melhoria. Num patamar diferente, encontram-se as respostas dos técnicos galegos, que assumiram características específicas do perfil familiar como fator organizacional preponderante para o insucesso das intervenções. Esta tendência de respostas pode ter diversas leituras. Por um lado, este desvio ao que era solicitado, pode dever-se à relutância dos técnicos em apontar características mais negativas sobre a sua organização, por motivos impossíveis de determinar. Por outro lado, podem considerar as famílias como agentes de mudança e contínua adaptação da própria organização, porque sendo o foco de toda a atuação, e estando nela plenamente integradas, têm um peso determinante no funcionamento institucional. Este último aspeto, se confirmado, concordaria com diversos autores espanhóis, que consideram a família, que participa, colabora e se envolve, como ator principal da intervenção em todas as suas vertentes (Agra, 2017; Agra & Romarís, 2012; Hidalgo et al., 2009; Melendro, De-Juanas, & Bravo, 2016; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018) e explicaria a reincidência dos

técnicos galegos em considerar o perfil familiar como característica específica dos técnicos que mais dificulta, na resposta à questão 27. Porém, nas propostas de melhoria da intervenção (questão 30.), os técnicos galegos não fazem qualquer menção à transformação das características da família (e.g. maior participação, maior consciência das dificuldades), cuja indicação sugeriria maior coerência. Importa, todavia, ressaltar que, apesar do desvio de respostas, os técnicos galegos não deixaram de apontar aspetos mais próximos do pretendido, como problemas na estruturação da intervenção, de falta de recursos e dificuldades no trabalho em rede, que, na perspetiva da *Xunta de Galicia* e da *Fundación Meniños* (2018), devem ter-se sempre em atenção.

Dimensão familiar

Começando pelo número de famílias que cada instituição acompanhou em 2019, interessa sublinhar que, nem num nem no outro caso, os valores assumidos correspondem com exatidão à realidade, porque nem todos os técnicos ou regiões participaram no estudo. No caso da Galiza, a média de famílias por instituição foi de 49.67. Confrontando com a *Memoria 2019 do Programa de Integración Familiar* (Fundación Meniños, 2020), percebe-se que em nenhuma subdivisão territorial da *Fundación* foi ultrapassado o valor de 37 famílias acompanhadas. Longe da média de famílias acompanhadas pelos CAFAP, que se encontra nos 79.78. Este facto, é coerente com uma parte substancial das sugestões que os técnicos portugueses deram para melhorar a intervenção (i.e. aumentar recursos humanos, reduzir número de casos por técnicos e parilha de técnicos), relevando um problema já identificado por outros autores (Barrocas, 2017; Correia, 2018; Pena, 2019; Santos, 2019).

Os encaminhamentos, em 2019, foram sobretudo realizados pelos tribunais e pelo ISS, I.P., em Portugal, e pelo *Servicio de Familia e Menores da Xunta de Galicia*, na Galiza. Sendo o grupo de respondentes galegos maioritariamente constituído por técnicos do *Programa de Integración Familiar*, e tendo em conta que este último é o mais relevante no serviço prestado nesta área na *Xunta de Galicia* (Fundación Meniños, 2020; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018), é natural que o encaminhamento tenha sido, na maior parte das vezes, realizado por aquele organismo público. Em Portugal, esse encaminhamento é mais equilibrado pelas disposições legais vertidas no art.º 15.º, da Portaria n.º 139/2013.

Sobre os tipos familiares mais comuns, em 2019, destacaram-se em Portugal os pais a viver juntos, seguidos do tipo “pai ausente” e “outros cuidadores da família alargada”. Na Galiza, o destaque foi para pais ausentes, resultado corroborado pela

Memoria 2019 do Programa de Intervención Familiar da Fundación Meniños (2020), seguindo-se os de pais a viver juntos e de pais divorciados com guarda partilhada de menor. Neste âmbito, alguns autores sublinham que a desestruturação da família, com ausências prolongadas ou intermitentes e até presenças conflituosas, atenta ao bom funcionamento das relações nela estabelecidas, podendo, enquanto fatores de risco, condicionar o desenvolvimento saudável dos seus elementos, dificultando, conseqüentemente, o desenrolar da intervenção (Agra, 2017; Garcia et al., 2009; Macedo, 2017; Rivero et al., 2013; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

Relativamente à questão 17., em que se pedia aos técnicos uma indicação qualitativa sobre as modalidades de intervenção praticadas com as diferentes famílias, a resposta mais frequente e unânime foi a de preservação familiar, em ambos os contextos. Há ainda a registar que nenhum dos respondentes galegos selecionou o Ponto de Encontro Familiar, por ser uma modalidade de atuação proposta pela *Xunta de Galicia*, mas que não está incorporada no *Programa de Intervención Familiar* (Fundación Meniños, 2020). Tendo a preservação familiar, em ambas as realidades, o intuito de ajudar o contexto familiar, através da redução de fatores de risco e aumento de fatores de proteção, procurando evitar a retirada dos menores (Portaria n.º 139/2013, art.º 8.º, n.º 2; Fundación Meniños, 2020) , depreende-se das respostas que há uma tentativa sólida de prevenção e o reconhecimento de potencialidades e fatores de proteção que a favoreçam (Hidalgo et al., 2009; Macedo, 2017; Melo, 2011; Rios & Williams, 2008; Rivero et al., 2013; Villa et al., 2011; Xunta de Galicia e Fundación Meniños, 2018). Ainda que com caráter mais remediativo, a modalidade de reunificação familiar tem também algum peso no panorama interventivo, mas, visando o regresso do menor ao seu contexto familiar, é também uma forma, mais intensiva, mas igualmente positiva, de apelar às potencialidades da família, reconhecendo a possibilidade de um futuro conjunto mais equilibrado e positivo para todos os elementos (Fundación Meniños, 2020, Melo, 2011; Portaria n.º 139/2013, art.º 8.º, n.º 3; Rios & Williams, 2008; Xunta de Galicia e Fundación Meniños, 2018).

A questão 18., à semelhança da 17., também pedia uma indicação qualitativa, que nem sempre é fácil de dar, se se tiver em conta a multiplicidade de diferenças entre as características das famílias e o seu grau de compreensão e adesão à intervenção (Agra, 2017; Garcia et al., 2009; Macedo, 2017; Rivero et al., 2013; Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). A Portaria n.º 139/2013, no art.º 13.º, n.º 1, refere que é necessário criar consciência nas famílias sobre as suas necessidades e potencialidades. Na mesma linha, Agra e Romarís (2012), a *Fundación*

Meniños (2020), Macedo (2017), Melo (2011), Rodrigues et al. (2011) e a *Xunta de Galicia* e *Fundación Meniños* (2018), referem que, a consciência das famílias para a necessidade de melhorarem as suas competências, é um aspeto indispensável para conseguir que a intervenção tenha um maior e mais constante nível de envolvimento e participação. Ainda que seja difícil encontrar concordância nas respostas dos técnicos das duas realidades, é relevante, no caso da Galiza, que nas extremidades (“plenamente conscientes” e “nunca conscientes”) prevaleça a indicação de “pocas famílias”, pelo que, o nível de consciência nunca é total e também não é de todo inexistente. Neste âmbito, os respondentes galegos são coerentes, quando, ao falar das características das famílias que favorecem e dificultam a intervenção, reiteram aspetos como a consciência das dificuldades e necessidades e a motivação para a mudança. No caso dos técnicos portugueses, é também difícil assumir concordância num dos níveis de consciência das famílias, embora pareçam prevalecer os níveis “às vezes conscientes” e “muitas vezes conscientes” como aqueles que correspondem ao maior número de famílias. Ainda que com menor frequência do que na Galiza, também houve técnicos portugueses coerentes com este apontamento do nível de consciência ao fazerem referências relacionadas nas características familiares favorecedoras ou constrangedoras da intervenção.

As leis que regulam a intervenção com famílias em risco psicossocial nas duas realidades são claras quanto à necessidade de fomentar a sua participação nas diversas fases do processo de intervenção. A Portaria n.º 139/2013, além da alínea e) do art.º 5.º, em que sublinha a promoção da participação e corresponsabilização da família, tem também no n.º 3 do art.º 9.º uma indicação clara a esse respeito. Da mesma forma, o art.º 57.º da *Ley 3/2011*, é dedicado à necessária cooperação da família no desenvolver da intervenção. Os resultados portugueses, provenientes da questão 19., são tendencialmente positivos, sendo que colocam maioritariamente o nível de participação das famílias nos patamares de “participam quase sempre” e “participam sempre”. As respostas dos técnicos galegos à mesma questão, indicam uma prevalência muito semelhante. O esforço dos técnicos em promover a participação parece, assim, ser uma linha condutora da atuação, respeitando o aconselhado por quase todos os autores portugueses e espanhóis que se debruçaram sobre esta temática (Agra, 2017; Agra & Romarís, 2012; Barrocas, 2017; Hidalgo et al., 2009; Macedo, 2017; Melendro, De-Juanas, & Bravo, 2016; Melo, 2011; Pena, 2019; Rios & Williams, 2008; Rivero et al., 2013; Rodrigues et al., 2011; Villa et al., 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018) e manifestando clara coerência com as suas próprias respostas às questões

relativas às características familiares que favorecem ou dificultam a intervenção, em que foi inevitável a criação da categoria “participação”.

Pensar em níveis gerais de participação da família requeria, complementarmente, uma reflexão sobre em que fases específicas da intervenção se verificava maior assiduidade e envolvimento (Melo, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). Assim, na resposta à questão 20., nas duas realidades, encontraram-se técnicos que relativizaram, ou afirmando que não há fases em que há mais participação ou refugiando-se em respostas como “depende” ou “é variável”. Ainda assim, existe uma certa prevalência, em ambos os contextos, de considerar a fase do diagnóstico ou fases iniciais da intervenção como aquelas de maior adesão e envolvimento das famílias. Isto, sugere que a implicação em fases posteriores possa tornar-se irregular ou até desaparecer, à semelhança do que já afirmavam Sampaio, Cruz e Carvalho (2011) e a *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018), quando sublinhavam momentos da intervenção e/ou tipos de famílias em que a participação foi, em geral, mais escassa. Todavia, como foi já salientado, os técnicos de ambos os contextos, em respostas posteriores, não deixaram de enfatizar esta dimensão.

No que diz respeito a características/forças/attitudes das famílias que mais favorecem a intervenção, os técnicos de ambas as realidades, não hesitaram em apontar fatores relacionados com a própria participação/envolvimento da família. O estar conscientes, motivadas e envolvidas, com sentido colaborativo, parece ser determinante para atuações bem conseguidas (Melendro, De-Juanas, & Bravo, 2016). Ainda que menos referidas, têm também um peso preponderante as relações familiares estáveis, positivas, com uma clara existência de vínculo entre os elementos e com histórias familiares sem grandes danos emocionais e psicológicos. Estes dois âmbitos (participação e relações positivas) são também muito valorizados pelos autores dos dois países, que corroboram esta ideia de fatores familiares favorecedores (Agra, 2017; Agra & Romarís, 2012; Barrocas, 2017; Hidalgo et al., 2009; Macedo, 2017; Melo, 2011; Pena, 2019; Rios & Williams, 2008; Rivero et al., 2013; Rodrigues et al., 2011; Villa et al., 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018), na mesma linha do já destacado no parágrafo anterior.

Ao mencionarem os aspetos que mais dificultam a intervenção, os técnicos dos dois contextos, foram coerentes com o que referiram enquanto fatores positivos (participação e relações familiares positivas), vendo aqui a sua ausência como constrangimento. Não obstante, há a sinalizar o acréscimo de uma nova dimensão nas respostas, ligada à história familiar marcada por doença mental, dependências e

intervenções múltiplas, fatores que já tinham sido notados por Macedo (2017), Melo (2011) e pela *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018). Embora nesta questão (22.) este último aspeto tenha sido diversas vezes referido, não se encontram posteriormente (nem nos indicadores que sugerem o sucesso da intervenção – questão 28. – nem nas sugestões de melhoria – questão 30.) menções a esta problemática, à exceção de um técnico galego que sugere “mais respostas de saúde mental”.

Sobre a taxa de sucesso das intervenções (questão 23.), que conduzia os técnicos por uma reflexão sobre os objetivos delineados nos planos de intervenção de cada família e o seu efetivo cumprimento, são preocupantes os baixos resultados da situação portuguesa, até porque na Portaria n.º 139/2013, no art.º 9.º, n.º 4, alínea a) e alínea d), respetivamente, consta que é necessário “Atualizar permanentemente o diagnóstico da situação familiar” e “Aferir os resultados alcançados face aos objetivos definidos no PIAF”, e no art.º 10.º, n.º 5, do mesmo documento, que “O PIAF é avaliado, em regra, semestralmente, e revisto sempre que necessário”. O caso galego é tendencialmente mais positivo, com uma taxa média de sucesso apresentada pelos técnicos na ordem dos 62%. Estes resultados, embora indicativos e muito recentes, encontram uma certa correspondência no trabalho da *Xunta de Galicia* e da *Fundación Meniños* (2018, pp. 83-84), que ao apresentarem os resultados de duas áreas distintas de intervenção, indicaram as seguintes taxas de melhoria: *establecemento de normas y límites familiares* (53,3%) e *mejora de la organización familiar* (46.3%). A este nível, apenas três respondentes portugueses, ao pronunciar-se sobre estratégias específicas de intervenção (questão 25.) e sobre características específicas dos técnicos que dificultam a intervenção (questão 27.), individuaram, respetivamente: “reformulação constante das hipóteses sistémicas”; “planificação não eficiente de sessões” e “incapacidade para sintonizar com a família”. Houve também técnicos galegos que, na resposta à questão 27., apontaram “definição desadequada de objetivos” e “objetivos não partilhados”. Não obstante os contributos referidos nesse âmbito, esperava-se maior destaque dado pelos técnicos.

Dimensão técnica

Cruz e Carvalho (2015, p. 13) afirmavam que “o perfil, atitude e postura dos profissionais responsáveis por dinamizar este tipo de intervenções nas instituições é essencial, devendo a sua formação ser diversificada e contínua, no sentido de serem capazes da criação de espaços relacionais de informalidade e confiança”. Ao analisar o *Programa de Integración Familiar*, a *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018, p.

12) referiam que há uma intenção constante de “Participar en la mejora de las competencias profesionales del personal técnico (...) tanto para el desarrollo de la investigación como para proponer mejoras”. Encontrar, em ambos os contextos, um número tão elevado de menções a suportes teóricos, metodológicos e práticos da intervenção, revela uma clara preocupação dos técnicos em sustentar e adequar continuamente as suas atuações, revelando consciência sobre a importância de as tornar efetivamente concertadas a cada situação (Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). Embora com um número muito mais elevado de referências a estes suportes, os resultados galegos condizem com os portugueses, sendo que a principal diferença diz respeito, concretamente, aos suportes teóricos e metodológicos. Em Portugal, são muito utilizados o MAIFI (Melo, 2011) e o Programa “Os Anos Incríveis”, adaptação portuguesa do Programa “The Incredible Years®” de Carolyn Webster-Stratton (The Incredible Years®, s.d.). Já na Galiza, prevalecem a Teoria do Apego ou da Vinculação, de John Bowlby (concorda com as respostas galegas sobre os fatores “vínculo” e “empatia” enfatizados nas características organizacionais, familiares e específicas dos técnicos que mais favorecem a intervenção), e o *Programa de Competencia Familiar*. Este último, segundo Orte, Garma e Brage (2007), deve assumir-se no plural, por ser a nomenclatura atribuída a muitos programas em diferentes contextos. Todavia, interessa ressaltar que os técnicos galegos de intervenção familiar, intimamente ligados ao *Programa de Integración Familiar* (Fundación Meniños, 2020), seguem a sua estrutura, à semelhança do que fazem os técnicos portugueses, por exemplo, com o MAIFI e com o Programa “Os Anos Incríveis”. Sobre esta dimensão, há ainda a sublinhar a concordância entre técnicos das duas realidades quanto à entrevista e observação como instrumentos e técnicas privilegiadas de recolha de informação, em continuidade com o afirmado por Sampaio, Cruz e Carvalho (2011), por Villa et al. (2011) e pela *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018).

Na questão 25., ao analisar as respostas sobre ferramentas e estratégias que apresentam melhores resultados na intervenção, foi inevitável a criação da categoria de “estratégias específicas de intervenção”, que, ao agrupar o maior número de menções, mostrou grande disparidade de respostas. Acredita-se que essa disparidade esteja relacionada com as normais e enriquecedoras diferenças entre famílias e entre abordagens dos técnicos, que não só são benéficas, mas também indispensáveis (Carvalho & Cruz, 2015; Macedo, 2017; Melo, 2011; Villa et al, 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018). Foi também relevante que alguns técnicos galegos

tenham destacado a relação/vínculo terapêutico estabelecido com as famílias, facto que sugere a tentativa de promover a confiança e a adesão (Bel, 2017; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

Para *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018), as características formativas e humanas dos técnicos devem absolutamente adequar-se ao trabalho que lhes é solicitado com as famílias, numa perspetiva de constante melhoria de competências. Sampaio, Cruz e Carvalho (2011, p. 31) afirmavam que “[ao] aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e científicos, deve igualmente associar-se, de modo significativo e complementar, o desenvolvimento de algumas características pessoais e competências sociais e relacionais nos profissionais”. As respostas à questão 26., em ambos os contextos, enfatizam a clara valorização dos técnicos da dimensão sócio-afetiva, manifestando coerência com os aspetos favorecedores e constrangedores das organizações e das famílias que já tinham anteriormente apontado. Assim, o vínculo, a empatia, o respeito e o sentido de colaboração, são características que predominam nas duas realidades, porém com maior evidência e concordância na Galiza.

Na questão 27., pretendia-se uma reflexão dos respondentes sobre atuações que não tivessem tido o sucesso previsto, procurando encontrar características deles próprios, enquanto técnicos, que tivessem dificultado a intervenção. Mesmo tentando promover a reflexão concreta sobre atuações reais de maior insucesso, houve um grande desvio de respostas, centradas em características organizacionais ou familiares que dificultam a intervenção e que já tinham sido referidas anteriormente. Este facto, pode sugerir ou a má formulação da questão em causa e conseqüente incompreensão (Maia, 2020), ou a dificuldade dos técnicos em analisar atuações menos conseguidas, procurando colocar as causas do insucesso em questões externas (M. Ferreira, 2019).

A categorização de respostas da questão 28. foi relativamente simples, muito porque os técnicos foram organizados em apresentar indicadores que para eles sugerem o sucesso da intervenção, centrando-os em competências mobilizadas pelas famílias nas suas relações internas e a forma de relacionamento dos seus elementos com o exterior (Relvas, 2003). As respostas portuguesas e galegas são muito parecidas, e até complementares, podendo significar uma visão muito semelhante de intervenção. Verificou-se, no total de contagem, um número elevado de menções sobre indicadores, nas duas realidades, com prevalência de valorização de competências intrafamiliares, sendo que os técnicos portugueses se centraram mais na erradicação de fatores de risco e os galegos no estabelecimento de vínculo (em consonância com o que tinham vindo a destacar). Sobre a relação da família com o exterior, o aspeto mais mencionado

nos dois contextos foi a autonomia, seguindo-se a confiança com as redes de apoio formal. Todas as referências feitas estão, direta ou indiretamente, relacionadas com o consignado nas respetivas leis, que enfatizam a autonomia, a colaboração, o equilíbrio emocional e a capacitação das famílias como aspetos centrais da intervenção (Ley 3/2011; Portaria n.º 139/2013), e concretizam o perspectivado pelos diversos autores, espanhóis e portugueses (Agra, 2017; Agra & Romarís, 2012; Barrocas, 2017; Cruz & Carvalho, 2015; Hidalgo et al., 2009; Macedo, 2017; Melo, 2011; Pena, 2019; Rios & Williams, 2008; Rivero et al., 2013; Rodrigues et al., 2011; Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011; Villa et al., 2011; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018), que enfatizam exatamente as mesmas competências familiares como necessário produto das intervenções.

As respostas à questão 29. dão conta de uma predominância dos técnicos portugueses em apenas confiarem “às vezes” no seu próprio trabalho. No caso da Galiza, a maior parte confia “casi siempre”, ainda que o número de técnicos a colocar-se em “a veces” tenha sido também substancial. Reside um sinal positivo no facto de nenhum respondente se colocar em posições inferiores (Costa, 2002). Depois de todas as reflexões promovidas ao longo da resposta ao questionário, esta questão visava perceber, a nível global, como os técnicos se sentem em relação à intervenção que concretizam com as famílias, procurando obter uma indicação, ainda que simplista, do autoconceito profissional de cada um, cujo nível, conforme seja mais ou menos elevado, pode, respetivamente, favorecer ou dificultar o trabalho a realizar (Bardagi & Boff, 2010; Souza & Puente-Palacios, 2011). Ainda que pouco sustentada, fica a dúvida sobre uma possível relação entre autoconceito profissional baixo e percentagem baixa de sucesso na intervenção, no caso português.

Sobre sugestões de melhoria para o panorama interventivo (questão 30.), as respostas entre as duas realidades são também, de um modo geral, semelhantes. No caso português, são mais evidentes propostas de melhoria da estruturação da intervenção, com indicação de mais prevenção e intervenção precoce, dimensões destacadas por Cruz e Carvalho (2015), Sampaio, Cruz e Carvalho (2011) e Rios e Williams (2008), aspeto também referido pelos técnicos galegos, em concordância com Agra e Romarís (2012), com Villa et al. (2011) e *Xunta de Galicia e Fundación Meniños* (2018). É também mencionada, nos dois casos, a dimensão do trabalho em rede, manifestando coerência com algumas indicações pontuais a esse respeito que os técnicos já vinham dando em respostas anteriores e que muitas vezes tende a dificultar a intervenção com as famílias, a par das questões relacionadas com a escassez de

recursos (Barrocas, 2017; Correia, 2018) e com a indispensável capacitação transversal dos técnicos (sugestão mais referida pelos técnicos galegos embora, nas características dos técnicos que mais favorecem a intervenção, tivessem dado mais ênfase à dimensão sócio-relacional) (Sampaio, Cruz, & Carvalho, 2011; Macedo, 2017; Melendro, De-Juanas, & Bravo, 2016; Melo, 2011; Pena, 2019; Xunta de Galicia & Fundación Meniños, 2018).

CONCLUSÃO

O estudo constituiu uma tentativa de análise qualitativa comparativa das perceções dos técnicos interventores sobre fatores de ordem organizacional, familiar e técnica que favorecem e dificultam a intervenção com famílias em risco psicossocial, numa abordagem que teve em conta o trabalho desenvolvido, em 2019, pelos CAFAP da região Norte de Portugal (NUT II) e pelos técnicos de intervenção familiar da *Xunta de Galicia* (com enfoque no PIF, por ser o programa de intervenção familiar mais relevante nessa realidade). Para a interpretação dos resultados, foi indispensável uma visão flexível de cada contexto, sem tendências para generalizações, pelas naturais diferenças culturais, demográficas, sociais e metodológicas decorrentes das características que diferenciam cada instituição, cada família e cada técnico. Neste sentido, e em circunstâncias sociais normais, teria sido oportuna a realização de visitas, entrevistas e análise documental em cada local específico, incluindo, obrigatoriamente, o contributo direto das famílias na reflexão. Numa primeira confrontação entre resultados e referências bibliográficas e legais relacionadas, emergiu a certeza de ter de existir maior avaliação e validação científica das ações levadas a cabo pelas instituições e pelos técnicos e maior abertura a estudos que pretendam analisar esta área específica de intervenção, sobretudo em contexto português. A sustentação das atuações dos CAFAP no MAIFI e no programa “Os anos incríveis” e o relatório de otimização e validação do PIF na Galiza, são bons indicadores do caminho percorrido pelas organizações e pelos técnicos quanto à estruturação da intervenção.

Nos dois contextos, os dados de caracterização das organizações e dos técnicos, evidenciam uma riqueza enorme de perspetivas, pela abrangência territorial das ações e pela heterogeneidade das formações de base, das idades e das experiências dos técnicos. É positivo, também, que a generalidade dos técnicos das duas realidades se identifique sempre ou quase sempre com a organização onde intervém. Em Portugal, parecem prevalecer fatores organizacionais favorecedores e constrangedores da intervenção relacionados com a estruturação da ação, com enfoque particular em questões de recursos, organização e funcionalidade do trabalho e de funcionamento da equipa técnica, enquanto que, na Galiza, é mais valorizada a dimensão da criação de vínculo/empatia com a família e do reconhecimento das suas potencialidades. Em ambos os casos, esperavam-se mais referências ao caráter sistémico praticado pelas respetivas organizações e, em Portugal, uma tendência maior para a assumir as forças da família como fundamentais nas ações. Há ainda a salientar um desvio de respostas dos técnicos galegos quanto a fatores organizacionais que dificultam a intervenção,

quando assumiram características específicas da família como principal constrangimento institucional da ação.

Ainda que indicativo, o número médio de famílias acompanhadas em 2019 por CAFAP foi muito superior ao das equipas da Galiza, facto que pode justificar a insistência dos técnicos em aspetos relacionados com os recursos e organização do trabalho. A modalidade de preservação familiar é a mais praticada em ambos os contextos, sublinhando o trabalho preventivo que subjaz a atuação dos técnicos e das entidades. Sobre os níveis de consciência das famílias para a necessidade de intervenção, há, nas duas realidades, uma clara prevalência de colocação em tendências centrais, sendo o “às vezes consciente” o nível mais preponderante. Sobre a participação das famílias, a tendência é ligeiramente mais positiva, porque, tanto no norte de Portugal como na Galiza, o participar sempre ou quase sempre é o mais predominante, ainda que a fase inicial da intervenção seja, para muitos técnicos, aquela em que há mais participação. Estes aspetos, são coerentes com o apontado posteriormente, em ambos os casos, sobre a participação enquanto fator que mais favorece ou dificulta a intervenção, característica à qual se junta a de relações positivas ou negativas na família e outros problemas de saúde graves. A taxa de sucesso das intervenções parece encontrar-se em níveis muito baixos na realidade portuguesa.

Os técnicos galegos mencionaram mais suportes teóricos, metodológicos e práticos da intervenção, mas, em ambos os casos, são referências válidas. Sobre características específicas dos técnicos que influenciam a atuação, foi mais frequente o nível das competências sócio-afetivas, nos dois contextos. No caso galego, verificou-se um desvio de respostas, tendo sido apontados mais fatores negativos sobre a estruturação da intervenção e características das famílias do que sobre características negativas próprias dos técnicos. Relativamente aos indicadores de sucesso, o foco foi a família, na positividade das suas relações internas e com o exterior. Notou-se maior nível de confiança dos técnicos galegos nas suas atuações. São sugeridas, de forma complementar e concordante entre as duas realidades, melhorias ao nível da prevenção, do trabalho em rede, dos recursos e da capacitação dos técnicos.

Em geral, e apesar de alguns desvios nas respostas, existe coerência no que é mencionado pelos técnicos das duas realidades ao longo de todo o questionário, e uma concordância global com o que está disposto nas respetivas leis e com o que é afirmado pelos autores que se debruçaram sobre a temática. Seria pertinente um trabalho de continuação da análise desta realidade de intervenção social, com amostras mais alargadas e outro tipo de instrumentos validados de recolha de dados (e.g. escalas).

BIBLIOGRAFIA

- Agra, L. (2017). *El Programa de Educación y Apoyo Familiar: La intervención con familias en riesgo y/o exclusión social en el contexto de los Servicios Sociales en Galicia* [Tese de doutoramento, Facultade de Ciencias Políticas e Sociais da Universidade de Santiago de Compostela]. Minerva - Repositorio Institucional da Universidade de Santiago de Compostela. <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/15694>
- Agra, L., & Romarís, M. (2012). Intervención en familias con menores en situación de Riesgo. *IPSE-ds*, 5, 47-69.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares*. Quarteto.
- Ávarez-Dardet, S., Hidalgo, V., Jiménez, L., Lorence, B., & Hidalgo, J. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de Psicología*, 26(2), 378- 389. https://www.researchgate.net/publication/46183373_Perfil_psicosocial_de_familias_en_situacion_de_riesgo_Un_estudio_de_necesidades_con_usuarias_de_los_Servicios_Sociales_Comunitarios_por_razones_de_preservacion_familiar
- Baptista, I. (2001). Família e intervenção social. In L. Silva (Coord.). *Acção social na área da família* (pp. 49-51). Universidade Aberta.
- Baptista, C., & Sousa, M. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha* (4ª Ed.). Pactor
- Bardagi, M., & Boff, R. (2010). Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes, *Avaliação (Campinas)*, 15(1), 41-56. <https://pdfs.semanticscholar.org/4e05/9c4d5be7261816318fe7d72419b243e04cb d.pdf>
- Bardin, L. (2015). *Análise de Conteúdo* (4.ª Ed.). Edições 70
- Barrocas, A. (2017). *Práticas implementadas pelos CAFAP na intervenção com famílias: percepções dos técnicos sobre fatores de sucesso* [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências da Família da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa]. Veritati - Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/23861>
- Bel, C. (2017). *La alianza terapéutica en terapia familiar con progenitores separados en conflicto: un modelo del proceso de cambio intrasistema* [Tese de doutoramento, Universitat Ramon Llull]. Repositori Institucional Universitat Ramon Llull. <http://catalogo.rebiun.org/rebiun/record/Rebiun18990246>

- Bogdan, R., & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Brown, A. (2017). Identity Work and Organizational Identification. *International Journal of Management Reviews*, 19(3), 296-317. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12152>
- Campos, A. (2009). *O relacionamento Portugal - Galiza: das afinidades históricas e linguísticas à cooperação económica* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20304/2/mestanacamposrelacionamento000084755.pdf>
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012, dezembro 6-7). *1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens* [Paper presentation]. III Seminário de I&DT, C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação, Instituto Politécnico de Portalegre. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf
- Cardoso, A., Guerreiro, A., Silva, A., & Lansdown, G. (2017). *Formação em Direitos das Crianças – A Convenção em Prática Referencial de Formação*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. https://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20170516152537-1theam_cesis_referencial_de_formacao_convencao_em_pratica.pdf
- Caregnato, R., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, 15(4), 679-684.
- Carta Social (s.d.). *Crianças e Jovens em situação de Perigo: Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental*. http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_valencia&cod_distrito=0&cod_concelho=0&cod_freguesia=0&cod_area=13&cod_valencia=1301
- Carvalho, A. (2015). *Proteção de Crianças e Jovens em Portugal* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/16764>
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007). *Research methods in education*. Routledge.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. CNPDPCJ. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de>

+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+atividade+das+CPCJ+do+ano+de+2019/e168c7fb-ddc8-4524-ba20-9511d8a5ae27

- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (s. d.). *Conceito de Risco/ Conceito de Perigo*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/materiais-diversos/a-crianca-em-risco/conceito-de-riscoperigo.aspx>
- Constituição da República Portuguesa (1976). Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>
- Correia, A. (2018). *Os centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) na produção académica nacional (2008-2015)* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/835>
- Costa, P. (2002). Escala de autoconceito no trabalho: construção e validação. *Psicologia: Teor e Pesquisa*, 18(1), 75-81. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100009>.
- Cruz, H., & Carvalho, M. (2015). Práticas e reflexões em diálogo: intervenção em famílias de jovens em acolhimento em instituição. In M. Carvalho, H. Cruz, & A. Salgueiro (Eds.), *FAMÍLIA(S) Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 4-15). Fundação Calouste Gulbenkian. https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202305/Miolo-Fam%C3%ADlias-Dia-11_06_revisto-Mergulhar.pdf
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica: o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19_139.pdf
- Duarte, M. (2010). *Percepções, Sentimentos, Receios de Famílias de Crianças com Deficiência: Um Estudo de Casos Múltiplos* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Digital da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.ucp.pt/bitstream/10316/15579/3/Percep%C3%A7%C3%B5es,%20sentimentos%20e%20receios%20de%20fam%C3%ADlias.pdf>
- Ferreira, M. (2019). Teoria(s) da atribuição: um quadro explicativo para o rendimento académico. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 1-24. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240037>
- Ferreira, V. (2019). A cooperação transfronteiriça na Euroregião Galiza-Norte de Portugal. *Janus.net: e-journal of International Relations*, 10(1), 150-158.

- <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/87241/1/A%20cooperacao%20transfronteirica%20na%20Eurorregiao%20Galiza-Norte%20de%20Portugal.pdf>
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Monitor
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação: da conceção à realização* (5.^a Ed). Lusociência.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3.^a Ed). Instituto Piaget.
- Fundación Meniños (2020). *Programa de Intervención Familiar Memoria 2019*. Fundación Meniños.
https://www.meninos.org/index.php?V_dir=MSC&V_mod=shownews&V_idmod=122&idn=1705
- Fundación Meniños (s.d.). *Un entorno familiar com riesgo*.
https://www.meninos.org/entorno_familiar_riesgo.es.html
- Hidalgo, V., Álvarez-Dardet, S., Hidalgo, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicosocial: Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología*, 27(2-3), 413-426.
https://www.researchgate.net/publication/41207334_La_intervencion_con_familias_en_situacion_de_riesgo_psicosocial_Aportaciones_desde_un_enfoque_psicoeducativo
- Hutz, C. (2002). *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência*. Casa do Psicólogo.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2019). *Apoios Sociais e Programas: Crianças e jovens em situação de perigo*. <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2020). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P. <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (2011). *Teorias e modelos do processo de aprendizagem*.
https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49579/mod_scorm/content/0/teo01/03teo01.htm

- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, da Assembleia da República (1999). Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>
- Lemos, F., Scheinvar, E., & Nascimento, M. (2014). Uma análise do acontecimento “crianças e jovens em risco”. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 158-164. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100017>
- Ley 3/2011, de 30 de junio, de apoyo a la familia y a la convivencia de Galicia. Comunidad Autónoma de Galicia (2011). «DOG» núm. 134, de 13 de julio de 2011, «BOE» núm. 182, de 30 de julio de 2011. <https://www.boe.es/buscar/pdf/2011/BOE-A-2011-13120-consolidado.pdf>
- Lizote, S., Verdinelli, M., & Nascimento, S. (2017). Relação do comprometimento organizacional e da satisfação no trabalho de funcionários públicos municipais. *Revista de Administração Pública*, 51(6), 947-967. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156382>
- Lois-González, R. (2016). Galiza no espaço lusófono. Uma aproximação a partir da Geografia. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 10, 9-33. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.001>
- Macedo, C. (2017). *Famílias em risco psicossocial: funcionamento familiar, competências parentais, apoio social e bem-estar* [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve]. Sapientia - Repositório da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/10791>
- Maia, A. (2020). *Questionário e Entrevista na Pesquisa Qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo*. Pedro & João Editores. https://www.researchgate.net/publication/341259892_Questionario_e_entrevista_na_pesquisa_qualitativa_Elaboracao_aplicacao_e_analise_de_conteudo
- Magalhães, T. (2005), *Maus-tratos a crianças e jovens. Guia prático para profissionais* (4.ª Ed.). Quarteto.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística. Com utilização do SPSS* (7ª Ed.). Edições Sílabo, Lda.
- Mellendo, M., De-Juanas, A., & Bravo, A. (2016). Déficits en la intervención socioeducativa con familias de adolescentes en riesgo de exclusión. *Revista Bordón, Advanced Online Publication*, 1-16. <https://doi.org/10.13042/Bordon.2016.48596>
- Melo, A. (2011). *As forças dos profissionais e da família multidesafiada na protecção da criança: um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP*

- [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/18471>
- Melo, A., & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: proposta de um modelo global de organização. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), 55-64. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/07.pdf>
- Melo, A., & Alarcão, M. (2011). Avaliação em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador. *Análise Psicológica*, 29(3), 451-466. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0870-82312011000300006&lng=pt&nrm=iso
- Mendes, A. (2014). *Identificação organizacional, satisfação organizacional e intenção de turnover: estudo com uma amostra do setor das telecomunicações* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/18253>
- Moreno, L., & Morcillo, A. (2019). *Estatística Descritiva*. Universidade Estadual de Campinas. 10.13140/RG.2.2.15977.44649
- Murthy, D. (2008). Digital Ethnography: An Examination of the Use of New Technologies for Social Research. *Sociology*, 42(5), 837-855. <http://dx.doi.org/10.1177/0038038508094565>
- Nascimento, A., & Menandro, P. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2, 72-88.
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 95-107. https://www.researchgate.net/publication/270876630_Familias_em_risco_psicosocial_desafios_para_a_avaliacao_e_intervencao
- Oliveira, A., & Santana, P. (2014, novembro 24-27). *Famílias Homoparentais: reflexões acerca do ser família na contemporaneidade* [Paper presentation]. 18º Redor, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Brasil. www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/667/831
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis

- Orte, C., Garma, C., & Brage, L. (2007). Análisis del grado de fidelidad en la ejecución de un programa de competencia familiar. *Pedagogía social: revista interuniversitaria* Madrid, 14(14), 95-103. https://www.researchgate.net/publication/39383513_Analisis_del_grado_de_fidelidad_en_la_ejecucion_de_un_programa_de_competencia_familiar
- Parradellas, X., & Fabeiro, C. (2017). La Euroregión Galicia-Norte de Portugal y los modelos de cooperación transfronteriza. *Polígonos Revista de Geografía*, 29, 11-35. 10.18002/pol.v0i29.5199
- Pena, M. (2019). *Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das famílias e dos profissionais* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Veritati – Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/29538>
- Pena, R. (2005). *Manual do Formando – MPPO*. Editora Bee Consulting
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*. Edições Sílabo.
- Pinto, A. (2014). *Pensar a HOMOPARENTALIDADE... A partir das atitudes de diferentes profissionais relativamente à parentalidade homossexual* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4305/1/DM%20Andreia%20Vaz%20Pinto.pdf>
- Pinto, I., Campos, C., & Siqueira, C. (2018). Investigação qualitativa: perspetiva geral e importância para as ciências da nutrição, *Acta Portuguesa de Nutrição*, 14, 30-34. <https://dx.doi.org/10.21011/apn.2018.1406>
- Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2013). Diário da República n.º 64/2013, Série I de 2013-04-02. <https://data.dre.pt/eli/port/139/2013/04/02/p/dre/pt/html>
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família: Perspetiva Sistémica*. Afrontamento.
- Relvas, A. (2003). *Por detrás do espelho. Da teoria à terapia familiar* (2.ª Ed.). Quarteto.
- Rios, K., & Williams, L. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 799-806. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400018>
- Rivero, C., Sousa, L., Grilo, P., & Rodrigues, S. (2013). *Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social*. EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria. https://www.eapn.pt/docs/publicacao_praticas_colaborativas.pdf

- Rocha, F., Cardoso, L., & Tordera, N. (2008). The importance of Organizational Commitment to Knowledge Management. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 14(2), 211-232. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0872-96622008000200006&lng=en&nrm=i
- Rodrigues, A., Ribeiro, A., Castilho, C., Gamito, D., Poppe, F., Lopes, H., Fernandes, L., & Morato, P. (2011). Para pais sobre filhos – Um projecto de intervenção com famílias. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 227-249). Princípia.
- Rosemberg, F., & Mariano, C. (2010). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 693-728. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300003>.
- Sampaio, D.; Cruz, H., & Carvalho, M. (Eds.) (2011). *Crianças e Jovens em Risco: a família no centro da intervenção*. Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Princípia
- Sampedro, L. (2012). *Para compreender e euro-região Galiza-Norte de Portugal* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/21426>
- Santos, C. (2019). *REFLET(IR) - Um projeto de Educação e Intervenção Social num CAFAP* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/14828>
- Santos, P. (2012). *Hiperatividade e Défice de Atenção em Contexto Escolar: Estudo Comparativo das Perceções e Impacto em Professores do Ensino Básico* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3615/3/DM_Paulosantos.pdf
- Scarpellini, M., & Carlos, V. (2011, agosto 18-19) *Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana* [Paper presentation]. II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, Brasil. <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Marister.pdf>
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projectos sociais: Casos práticos*. Porto Editora

- Souza, F., Costa, A., & Moreira, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do Software WebQDA. *EDUSER: Revista de Educação*, 3(1), 19-30.
- Souza, M., & Puentes-Palacios (2011). A influência do autoconceito profissional na satisfação com a equipe de trabalho. *Estudos de Psicologia*, 28(3), 315-325. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000300003>.
- The Incredible Years® (s.d.). *For Researchers*. <https://www.incredibleyears.com/for-researchers/>
- Villa, R., Hermida, J., Fernández, G., & Díaz, S. (2011). *Estrategias de intervención en el ámbito familiar: Guía para promover la implicación y la participación de la familia en los programas preventivos*. Diputació de Barcelona. http://www.prevencionbasadaenlaevidencia.net/uploads/PDF/EG_Estrategiasintervencionfamiliar_DIBA.pdf
- Xunta de Galicia (2020). *Estadística de protección de menores 2019*. Xunta de Galicia. https://politicassocial.xunta.gal/sites/w_polso/files/arquivos/publicacions/estadistica_menores_castellano_2019_maqueta_definitivo.pdf
- Xunta de Galicia (2013). *Guía de recursos del sistema de protección de menores*. Xunta de Galicia. https://politicassocial.xunta.gal/sites/w_polso/files/arquivos/publicacions/definitivo_guia_menores_castellano_0.pdf
- Xunta de Galicia (s.d.). *Recursos: Planes y programas*. <https://politicassocial.xunta.gal/es/temas/familia-e-infancia/proteccion-de-la-infancia>
- Xunta de Galicia & Fundación Meniños (2018). *Investigación para la validación y optimización del Programa de Integración Familiar*. Fundación Meniños. https://www.bienestaryproteccioninfantil.es/imagenes/tablaContenidos03SubSec/2018_Meninos_Investigacion%20PIF.pdf

ANEXOS

Anexo A - Cronograma dos procedimentos para realização do estudo

<i>De setembro 2019 a abril de 2020</i>	-Pesquisa bibliográfica e decisão sobre a temática.
<i>Maio de 2020</i>	-Enquadramento teórico e definição da metodologia, da questão de estudo, objetivos, sujeitos, instrumentos e técnicas de análise de dados.
<i>De junho a setembro de 2020</i>	-Construção do questionário para os CAFAP.
<i>De 1 a 15 de setembro de 2020</i>	-Seleção dos CAFAP e Teste-Piloto em Portugal.
<i>Outubro de 2020</i>	-Tradução e adaptação do questionário ao contexto galego e apresentação e aprovação na Galiza por responsável da Fundación Meniños. -Introdução de alterações no questionário para a Galiza.
<i>De 1 a 15 de outubro de 2020</i>	-Pedidos de colaboração aos CAFAP. (Novas solicitações de colaboração em novembro e inícios de dezembro de 2020)
<i>De 15 de outubro a 15 de dezembro 2020</i>	-Recolha dos dados nos CAFAP do norte de Portugal e na Galiza
<i>De 15 de dezembro 2020 a 25 de janeiro 2021</i>	-Aplicação dos procedimentos de análise dos dados. -Sistematização dos resultados para apresentação.
<i>25 de janeiro a 5 de fevereiro de 2021</i>	-Discussão dos resultados.

Anexo B – E-mail de formalização de pedido aos coordenadores dos CAFAP para colaboração em estudo

Assunto: Pedido de colaboração em estudo

Ex.mo(a) Senhor(a) Diretor(a) da valência CAFAP do(a) (...)

O meu nome é Edgar Correia Campos e sou aluno do 2º ano do mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação de Viseu. Encontro-me, neste momento, a realizar a recolha de dados para a conclusão da minha dissertação, orientada pela Professora Doutora Susana Fonseca e pela Professora Doutora Maria João Amante, que terá como tema específico a análise da perceção dos técnicos de intervenção familiar sobre o seu próprio trabalho com as famílias na instituição em que exercem a sua atividade profissional.

Assim, venho, por este meio, solicitar a sua colaboração no sentido de autorizar e indicar um técnico, e respetivo contacto e-mail, para responder a um questionário, cujo preenchimento tem uma duração prevista de 20 minutos. Asseguro ainda que, todos os dados que obtiver, serão apenas utilizados para fins de investigação, com a total garantia de anonimato e confidencialidade.

Agradeço, desde já, a atenção dispensada, ficando a aguardar resposta e disponibilizando-me para esclarecimentos adicionais entendidos por convenientes.

Cordialmente

Edgar Correia Campos – Aluno nº 11774 da ESE de Viseu

(edgarcorreiacampos@gmail.com; Tel. nº 967309654)

Anexo C - Questionário aos técnicos dos CAFAP

08/02/2021

Questionário a técnicos de CAFAP

Questionário a técnicos de CAFAP

No âmbito da unidade curricular de Dissertação/Projeto/Estágio, do mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, pretende-se a sua colaboração na resposta a um questionário, cujo objetivo é analisar a perspetiva dos técnicos dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), da região norte de Portugal continental (NUTS II), relativamente à intervenção realizada com famílias em risco psicossocial. A resposta ao questionário constituirá uma útil ferramenta para obter novos conhecimentos de validade científica nesta área.

A participação é voluntária, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos dados, apenas utilizados para fins de investigação. Tem a possibilidade de negar a participação ou de se retirar do estudo a qualquer momento. O tempo estimado para resposta ao questionário é de 20 minutos. Não existem respostas certas ou erradas, pelo que é importante que responda a todas as perguntas de carácter obrigatório.

Agradece-se, desde já, a sua disponibilidade e sincera colaboração.

Edgar Correia Campos

***Obrigatório**

1. Declaro que tomei conhecimento da finalidade e condições de realização do estudo, concordando com a participação no mesmo. *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não. (caso seleccione esta opção, não prossiga na resposta ao Questionário)

Caraterização geral

2. Género: *

Marcar apenas uma oval.

Feminino.

Masculino.

Outro.

3. 3. Idade em anos (ex.: 30): *

4. 4. Categoria profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- Assistente Social.
- Psicólogo(a).
- Educador(a) Social.
- Técnico(a) da área da Mediação Familiar.
- Outra.

5. 5. Experiência profissional com crianças e jovens em risco ou famílias em risco psicossocial anterior ao trabalho em CAFAP: *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.

6. 6. Tempo de experiência profissional em CAFAP: *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano.
- 1 ano.
- 2 anos.
- 3 anos.
- 4 anos.
- 5 anos.
- Mais de 5 anos.

7. 7. Função(ões) desempenhada(s) no CAFAP (selecione tudo o que for aplicável): *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Intervenção direta com as famílias.
- Direção/Coordenação Técnica.
- Outra.

Funcionamento do CAFAP

8. 8. Localização geográfica do CAFAP em que trabalha: *

Marcar apenas uma oval.

- Aveiro.
- Braga.
- Bragança.
- Porto.
- Viana do Castelo.
- Vila Real.
- Viseu.
- Outra: _____

9. 9. Elementos que compõem a equipa técnica do CAFAP onde trabalha (selecione todas as opções que correspondem à sua realidade): *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Assistente Social.
- Educador(a) Social.
- Psicólogo(a).
- Técnico(a) da área da Mediação Familiar.
- Outro(s).

10. 10. Modalidades praticadas no CAFAP onde trabalha (selecione todas as opções que correspondem à sua realidade): *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Preservação familiar.
 Reunificação familiar.
 Ponto de encontro familiar.

11. 11. Enquanto técnico(a), revê-se na missão, visão, valores e modalidades de trabalho do CAFAP onde exerce as suas funções?

Marcar apenas uma oval.

- Sempre.
 Quase sempre.
 Às vezes.
 Quase nunca.
 Nunca.

12. 12. Quais são as três principais características organizacionais do CAFAP onde trabalha que favorecem o sucesso das intervenções? (responda da mais importante para a menos importante) *

13. 13. Quais são as três principais características organizacionais do CAFAP onde trabalha que dificultam o sucesso das intervenções? (responda da mais importante para a menos importante) *

Análise global da participação das famílias

14. 14. Quantas famílias foram acompanhadas pelo CAFAP em que trabalha no ano de 2019? (responda em números) *

15. 15. Qual foi a entidade que mais famílias referenciou ao CAFAP onde trabalha em 2019? *

Marcar apenas uma oval.

- Tribunais.
- Comissões de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
- Instituto da Segurança Social, I.P.
- Outras entidades públicas.
- Outras entidades privadas.

16. 16. Identifique os três principais tipos de família que foram acompanhadas pelo CAFAP em 2019: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pais a viver juntos.
- Pais separados/divorciados com a guarda partilhada do(a) menor.
- Mãe ausente.
- Pai ausente.
- Outros(as) cuidadores(as) da família alargada.
- Outros(as) cuidadores(as) da comunidade.

Outra: _____

17. 17. Da intervenção com as famílias acompanhadas em 2019, com que frequência foram praticadas as várias modalidades? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma família	Poucas famílias	Metade das famílias	Muitas famílias	Todas as famílias
Preservação familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reunificação familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ponto de encontro familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. 18. Qual é o nível de consciência das famílias face à necessidade da intervenção em que participarão (ex.: aquisição de competências, melhoria das relações familiares e sociais)? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma família	Poucas famílias	Metade das famílias	Muitas famílias	Todas as famílias
Totalmente conscientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes conscientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Às vezes conscientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poucas vezes conscientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nada conscientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. 19. Qual é o nível de participação/ envolvimento das famílias nas diversas fases de intervenção (diagnóstico, elaboração e execução do PIAF, avaliação final global, etc.)? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma família	Poucas famílias	Metade das famílias	Muitas famílias	Todas as famílias
Participam sempre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participam quase sempre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participam às vezes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participam poucas vezes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nunca participam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. 20. É possível notar, em alguma(s) das fases da intervenção, maior participação/ envolvimento por parte das famílias? Se sim, refira qual(ais). Se a resposta for negativa, passe à questão seguinte.

21. 21. Quais são, na sua opinião, as três principais forças/ atitudes positivas da família ou de algum dos seus membros que favorecem o sucesso da intervenção? (responda da mais importante para a menos importante) *

22. 22. Quais são, na sua opinião, as três principais dificuldades/ atitudes negativas das famílias ou de algum dos seus membros que condicionam negativamente o sucesso da intervenção? (responda da mais importante para a menos importante) *

23. 23. No ano de 2019, qual foi aproximadamente a taxa de sucesso (em %) das intervenções realizadas (tendo em conta, por exemplo, o cumprimento dos objetivos previstos no PIAF)? *

Análise global da intervenção dos técnicos

24. 24. Indique, sucintamente, os principais programas, projetos, métodos, referenciais teóricos e/ou instrumentos que usa para a intervenção com as famílias (no diagnóstico, elaboração do PIAF, avaliação, etc.). *

25. 25. Refira uma ou mais dessas ferramentas/ estratégias que, normalmente, apresenta(m) resultados mais positivos na intervenção com as famílias. *

26. 26. Quais são, na sua opinião, as três principais competências que um(a) técnico(a) de CAFAP deve mobilizar para ter sucesso na intervenção com as famílias? (responda da mais importante para a menos importante) *

27. 27. Pense em algumas intervenções que não tenham tido o sucesso previsto. Consegue identificar os fatores que, do ponto de vista técnico, contribuíram para esse insucesso? (responda do mais importante para o menos importante) *

28. 28. Descreva, de um modo geral, quais são para si os principais indicadores que sugerem o sucesso da intervenção em CAFAP com a família. *

29. 29. Sente, enquanto técnico(a), que o seu trabalho com as famílias tem bons resultados no efetivo empoderamento de cada uma delas (autonomia familiar, boas perspetivas de vida pessoal e social de cada um dos seus elementos)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sempre.
- Quase sempre.
- Às vezes.
- Quase nunca.
- Nunca.

30. 30. Na sua opinião, que tipos de apoios/ melhorias poderiam ser implementadas por parte da sua Instituição, de outras instituições com responsabilidade pública ou do Governo para realizar intervenções em CAFAP com maior sucesso? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo D - Cuestionario a técnicos de intervención familiar - Galicia

08/02/2021

Cuestionario a técnicos de intervención familiar - Galicia

Cuestionario a técnicos de intervención familiar - Galicia

En el ámbito de la tesis del máster en Intervención Psicosocial con Niños y Jóvenes en Riesgo, de la Escola Superior de Educação de Viseu - Portugal, solicitamos tu colaboración realizando un cuestionario, cuyo propósito es analizar la perspectiva de las figuras profesionales de recursos de intervención familiar, de la región de Galicia, sobre la acción realizada con familias en dificultad social. La información que nos proporcionas es anónima y de gran utilidad para mejorar el conocimiento científico en esta área. Tienes la posibilidad de negar la participación o retirarte del estudio en cualquier momento. El tiempo estimado para responder al cuestionario es de 20 minutos. No hay respuestas correctas o incorrectas, por lo que es importante responder a todas las preguntas obligatorias.

Te agradecemos de antemano el esfuerzo.
¡Gracias!

Edgar Correia Campos

*Obrigatório

1. Declaro conocer la finalidad y las condiciones para la realización del estudio, aceptando participar en él. *

Marcar apenas uma oval.

- Si.
- No. (si seleccionaste esta opción, no procedas a contestar el cuestionario)

CARACTERIZACIÓN GENERAL

2. Sexo. *

Marcar apenas uma oval.

- Hombre.
- Mujer.
- Ninguna de estas opciones me representa.

3. 3. Edad en años. (Ejemplo: 30) *

4. 4. Categoría profesional. *

Marcar apenas una oval.

- Educador(a) Social.
 Psicólogo(a).
 Pedagogo(a)/Educador(a)
 Trabajador(a) Social.
 Técnico de Mediación Familiar
 Otra: _____

5. 5. Experiencia profesional con niños y jóvenes en dificultad social o familias en riesgo de exclusión social previa al trabajo en recursos de intervención familiar. *

Marcar apenas una oval.

- Sí.
 No.

6. 6. Tiempo de experiencia profesional en el recurso actual de intervención familiar. *

Marcar apenas una oval.

- Menos de 1 año.
 1 año.
 2 años.
 3 años.
 4 años.
 5 años.
 Más de 5 años.

7. 7. Funciones realizadas en el recurso de intervención familiar en el que trabajas. (selecciona todas las opciones que se apliquen a tu situación) *

Marcar todo o que for aplicábel.

- Intervención directa con las familias/unidades de convivencia.
 Equipo directivo (director(a), coordinador(a), subdirector(a), ...).

Outra: _____

FUNCIONAMIENTO DEL RECURSO DE INTERVENCIÓN FAMILIAR

8. 8. Localización geográfica del recurso de intervención familiar en el que trabajas.

*

Marcar apenas una oval.

- A Coruña.
 Lugo.
 Ourense.
 Pontevedra.
 Santiago de Compostela.
 Vigo.
 Outra: _____

9. 9. Figuras profesionales que integran el equipo técnico del recurso de intervención familiar en el que trabajas. (selecciona todas las opciones que se apliquen a tu realidad) *

Marcar todo o que for aplicábel.

- Educador(a) Social.
 Psicólogo(a).
 Pedagogo(a)/Educador(a).
 Trabajador(a) Social.
 Técnico de Mediación Familiar.

Outra: _____

10. 10. Modalidades que se practican en el recurso de intervención familiar en el que trabajas. (selecciona todas las opciones que se apliquen a tu realidad) *

Marcar todo o que for aplicábel.

- Preservación Familiar (Programa de Integración Familiar).
 Reunificación Familiar (Programa de Integración Familiar).
 Punto de Encuentro Familiar.

Outra: _____

11. 11. Como técnico(a), ¿te identificas con las señas de identidad (misión, visión, valores) y modalidades de actuación del recurso de intervención familiar en el que trabajas? *

Marcar apenas una oval.

- Siempre.
 Casi siempre.
 A veces.
 Casi nunca.
 Nunca.

12. 12. ¿Cuáles son las tres características, desde el punto de vista institucional y organizativo, del recurso de intervención familiar en el que trabajas que favorecen el éxito de la intervención? (responde de lo más importante a lo menos importante) *

13. 13. ¿Cuáles son las tres características, desde el punto de vista institucional y organizativo, del recurso de intervención familiar en el que trabajas que dificultan el éxito de la intervención? (responde de lo más importante a lo menos importante) *

ANÁLISIS GENERAL DE LA FAMILIA/UNIDAD DE CONVIVENCIA

14. 14. ¿Cuántas familias/unidades de convivencia fueron apoyadas por el recurso de intervención familiar en el que trabajas durante 2019? (Ejemplo: 20) *

15. 15. ¿Qué entidad derivó a más familias al recurso de intervención familiar en el que trabajas durante 2019? *

Marcar apenas una oval.

- Juzgados.
- Servicio de familia e menores de Xunta de Galicia.
- Servicios Sociales/Municipales.
- Consellería.
- Otra: _____

16. 16. Identifica los tres tipos principales de sistema parental de familias/unidades de convivencia apoyadas desde el recurso de intervención familiar en el que trabajas durante 2019. *

Marcar todo o que for aplicábel.

- Los progenitores viven juntos.
- Progenitores separados/divorciados com responsabilidad compartida.
- Madre ausente.
- Padre ausente.
- Otro(s) cuidador(es) de la familia extensa.

Outra: _____

17. 17. De las familias/unidades de convivencia acompañadas en 2019 en el recurso de intervención familiar en el que trabajas, ¿con qué frecuencia se practicaron las diferentes modalidades? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Ninguna familia/ un.conv.	Pocas familias/ un.conv.	Mitad de las familias/ un.conv.	Muchas familias/ un.conv.	Todas las familias/ un.conv.
Preservación familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reunificación Familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Puntos de Encuentro Familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Otro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. 18. ¿Cuál es el nivel de conciencia que tienen las familias/unidades de convivencia sobre la necesidad de intervención (Ejemplo: adquisición de habilidades, mejora de las relaciones familiares y sociales) en el que van a participar? *

Marcar apenas una oval por linha.

	Ninguna familia/ un.conv.	Pocas familias/ un.conv.	Mitad de las familias/ un.conv.	Muchas familias/ un.conv.	Todas las familias/ un.conv.
Plenamente consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muchas veces consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A veces consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pocas veces consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nunca consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. 19. ¿Cual es el nivel de participación/implicacion de las familias/unidades de convivencia en las diferentes fases de la intervención (diagnóstico inicial, elaboración e implementación del programa socioeducativo - PIF/PEI/PIAF - , evaluación global, etc.)? *

Marcar apenas una oval por linha.

	Ninguna familia/ un.conv.	Pocas familias/ un.conv.	Mitad de las familias/ un.conv.	Muchas familias/ un.conv.	Todas las familias/ un.conv.
Participan siempre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participan muchas veces	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participan a veces	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participan pocas veces	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nunca participan	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. 20. ¿Es posible notar una mayor participación/implicación de las familias/unidades de convivencia en alguna de las fases de intervención? Si la respuesta es sí, dice cuál(es). Si la respuesta es no, pasa a la siguiente pregunta.

21. 21. ¿Cuáles son, en tu opinión, las tres principales fortalezas/actitudes positivas de la familia/unidad de convivencia o de alguno de sus elementos que favorecen el éxito de la intervención? (responde de la más importante a la menos importante) *

22. 22. ¿Cuáles son, en tu opinión, las tres principales dificultades/actitudes negativas de las familias/unidades de convivencia o de alguno de sus elementos que inciden negativamente en el éxito de la intervención? (responde de la más importante a la menos importante) *

23. 23. En 2019, ¿cuál fue la tasa de éxito (%) de las intervenciones realizadas (considerando, por ejemplo, el cumplimiento de los objetivos marcados en el proyecto socioeducativo - PIF/PEI/PIAF)? *

ANÁLISIS GLOBAL DE LA INTERVENCIÓN DE LOS TÉCNICOS

24. 24. Indica brevemente los principales programas, proyectos, métodos, referencias teóricas y/o instrumentos utilizados para la intervención con las familias/unidades de convivencia (en el diagnóstico, elaboración del PIF/PEI/PIAF, evaluación, etc.). *

25. 25. Indica una o más de estas herramientas/estrategias que suelen tener más éxito en la intervención con las familias/unidades de convivencia. *

26. 26. ¿Cuáles son, en tu opinión, las tres competencias principales que un(a) técnico(a) de intervención familiar debe utilizar para tener éxito en la intervención con las familias/unidades de convivencia? (responde de la más importante a la menos importante) *

27. 27. Piensa en algunas intervenciones que no han tenido éxito. ¿Puedes identificar los factores que, desde un punto de vista técnico, contribuyeron a esta dificultad? (responde de la más importante a la menos importante) *

28. 28. Describe, en general, cuáles son los principales indicadores que para ti sugieren el éxito de la intervención con familias/unidades de convivencia. *

29. 29. ¿Sientes, como técnico(a), que tu trabajo con las familias/unidades de convivencia tiene buenos resultados en el empoderamiento efectivo de cada una de ellas (autonomía familiar, buenas perspectivas sobre la vida personal y social de cada uno de sus elementos)? *

Marcar apenas una oval.

- Siempre.
- Casi siempre.
- A veces.
- Casi nunca.
- Nunca.

30. 30. En tu opinión, ¿qué tipos de apoyos/mejoras podría implementar tu institución, otras instituciones con responsabilidad pública o el Gobierno para realizar intervenciones familiares más exitosas? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo E - Categorias e subcategorias das respostas dos técnicos galegos sobre os principais suportes intervenção

Dimensão	Categorias	F.	Subcategorias	F.
			Teoria do apego	5
			Programa de Competencia Familiar	3
			Siegel	1
	Referenciais teóricos e metodológicos	13	González	1
			Escudero	1
			Van der Kolk	1
			Barudy	1
			Entrevista	7
			Observação	4
	Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de informação	24	Mapa emocional	3
			Visitas domiciliárias	2
			Genograma	2
			Mapa de apoio social	1
			Urica	1
			Escala de Clima Familiar	1
			Kampfer	1
			Mapa de rede	1
			BASC	1
			Sessões formativas	15
Suportes da intervenção			Competências parentais	4
			Intervenção sistémica	4
			Análise das competências e potencialidades da família	3
			Acompanhamento socioeducativo	2
			Construção conjunta do plano	2
	Estratégias específicas de intervenção	44	Terapia de grupo	2
			Reconhecimento do dano	2
			Mirada apreciativa	1
			Relação terapêutica	1
			Chamadas telefónicas de monitorização	1
			“Escuela de famílias”	1
			Intervenção individual	1
			Encaminhamento a respostas especializadas	1
			Intervenção no trauma	1
			Intervenção narrativa	1
			Intervenção nas emoções	1
			Parentalidade positiva	1